

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
CURSO DE DOUTORADO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUÍSTICA APLICADA

DANI RODRIGUES MOREIRA

O PODER DA LINGUAGEM DE EXPRESSAR E (RE)PRODUZIR
IDEOLOGIAS: MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL –
POSIÇÕES ENUNCIATIVAS NOS EDITORIAIS DE *VEJA* E *CARTA CAPITAL*

PELOTAS
2017

DANI RODRIGUES MOREIRA

**O PODER DA LINGUAGEM DE EXPRESSAR E (RE)PRODUZIR
IDEOLOGIAS: MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL –
POSIÇÕES ENUNCIATIVAS NOS EDITORIAIS DE *VEJA* E *CARTA CAPITAL***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Área de concentração: Linguística Aplicada

Orientador: Prof. Dr. Hilário I. Bohn

**Pelotas
2017**

M838p Moreira, Dani Rodrigues

O poder da linguagem de expressar e (re)produzir ideologias: Manifestações de Junho de 2013 no Brasil – posições enunciativas nos editoriais de *Veja* e *Carta Capital*./ **Dani Rodrigues Moreira. – Pelotas : UCPEL , 2017.**

206 f.

Tese (doutorado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Letras, Pelotas, BR-RS, 2017. Orientador: Hilário I. Bohn.

1.manifestações de rua – junho de 2013. 2.posições enunciativas/ideológicas. 3.editoriais de revistas – *Veja/Carta Capital*. 4.poder midiático. I. Bohn, Hilário I, or. II. Título.

CDD 401.41

DANI RODRIGUES MOREIRA

**O PODER DA LINGUAGEM DE EXPRESSAR E (RE)PRODUZIR
IDEOLOGIAS: MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL –
POSIÇÕES ENUNCIATIVAS NOS EDITORIAIS DE *VEJA* E *CARTA CAPITAL***

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Letras da Universidade
Católica de Pelotas, como requisito parcial para
a obtenção do título de Doutor em Letras.
Área de concentração: Linguística Aplicada

Banca examinadora:

Prof. Dr. Renato Della Vechia (UCPEL)

Profa. Dra. Vanessa D. Damasceno (UFPEL)

Prof. Dra. Lúcia V. S. Grigoletti (UCPEL)

Profa. Dra. Fabiane Marroni (UCPEL)

Prof. Dr. Hilário I. Bohn - Orientador (UCPEL)

Pelotas, 30 de junho de 2017

À Marina, minha primavera diária.

Agradecimentos

Ao meu querido orientador, Prof. Dr. Hilário I. Bohn, por sua sabedoria, pelos valiosos conhecimentos compartilhados, pelas conversas, pela compreensão e carinho de sempre.

À querida Prof. Dr^a. Carmem Matzenauer, não só pela importância que teve na minha formação, mas pela maneira prestativa e carinhosa com que me recebeu no meu regresso ao PPGL.

Ao Instituto Federal Sul Rio-Grandense, pela aprovação do meu projeto e pela concessão do afastamento para capacitação.

À minha família, principalmente aos meus pais, pelo incentivo.

Aos meus tios queridos, especialmente à minha tia Rute, que me mostrou, desde criança, o caminho dos livros.

À Vera, pela fidelidade, por estar sempre ao meu lado.

Ao Ivan, pelas leituras atentas, pelas discussões.

À Marina e ao Sander, pela companhia, carinho e alegria compartilhados nesta e em outras vidas.

À minha grande amiga Silvana Perez, cujas palavras sempre me estimulam a seguir em frente.

Ao casal de amigos Airton e Catarina Barboza, pelo apoio... pela luz que irradiam.

À minha querida irmã de alma, Jossemar Theisen, por sua presença, mesmo que distante, pelo incentivo diário e disponibilidade.

Às amigas Ana Demétrio e Dóris de la Rocha, por acreditarem na minha capacidade e torcerem por mim.

Ao Kim, por sempre estar disposto a ajudar.

Àquele que transcende o nosso completo entendimento, que é a força, a clareza, a sabedoria e o mais profundo amor dentro de cada um de nós. Àquele a quem muitos chamam de Deus!

Na realidade, todo signo ideológico vivo tem, como Jano, duas faces. Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras. Esta 'dialética interna' do signo não se revela inteiramente a não ser nas épocas de crise social e de comoção revolucionária. (BAKHTIN, 2012, p. 48)

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Letras/ Linguística Aplicada
Universidade Católica de Pelotas

O PODER DA LINGUAGEM DE EXPRESSAR E (RE)PRODUZIR IDEOLOGIAS: MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL – POSIÇÕES ENUNCIATIVAS NOS EDITORIAIS DE *VEJA* E *CARTA CAPITAL*

Autora: Dani Rodrigues Moreira
Orientador: Hilário I. Bohn

No mês de junho do ano de 2013, no Brasil, explodiram grandes manifestações de rua, chamadas Jornadas de Junho, as quais vieram na esteira dos protestos ocorridos em vários países do mundo em 2011, e por sua magnitude, foram abordadas exaustivamente pelos principais órgãos de imprensa do país. Partindo-se da importância dessas manifestações para a história recente do Brasil e, considerando-se a forte influência das revistas semanais no desfecho de acontecimentos importantes no país, objetiva-se, neste trabalho, analisar as posições enunciativas das revistas *Veja* e *Carta Capital*, por meio de seus editoriais, sobre tais manifestações. A partir das análises realizadas, apresentam-se reflexões sobre a influência do posicionamento das revistas nos desdobramentos sociopolíticos pós-junho de 2013 no país. Para tanto, utiliza-se da pesquisa qualitativa de caráter interpretativista, apoiando-se no Dialogismo Bakhtiniano, o qual dialoga com ideias de pensadores contemporâneos que se dedicaram a estudar as manifestações de rua no mundo e no Brasil, como Manuel Castells, Zygmunt Bauman, Carlo Bordoni, Slavoy Žižek, Boaventura Santos, dentre outros, além de dialogar também com ideias de autores, como John Thompson, Manuel Castells e Dênis de Moraes, os quais apresentam estudos sobre o poder da mídia. Os resultados do estudo indicam que o texto funciona como espaço dialógico, em que se revelam determinados posicionamentos enunciativos/ideológicos por parte de quem enuncia, constituídos de acordo com determinados valores e interesses. Os editoriais de *Veja* apontam que a mudança discursiva da revista com relação às *Jornadas de Junho* não implica em mudança de posição enunciativa, confirmando a posicionamento ideológico conservador de tal veículo de comunicação. Já o editorial de *Carta Capital*, através da sua posição enunciativa, reafirma a linha progressista que a revista declara seguir. Também os resultados vão no sentido de que *Veja*, através de seu discurso antigovernista, conjuntamente com outros órgãos da imprensa conservadora importantes no Brasil, esteve na vanguarda dos desdobramentos pós-junho de 2013 no país.

Palavras-chave: Manifestações de rua – junho de 2013. Posições enunciativas/ideológicas. Editoriais de revistas – *Veja/Carta Capital*. Poder midiático.

ABSTRACT

Doctoral Thesis
Postgraduate Program in Letters / Applied Linguistics
Catholic University of Pelotas

THE POWER OF LANGUAGE TO EXPRESS AND (RE)PRODUCE IDEOLOGIES: MANIFESTATIONS OF JUNE 2013 IN BRAZIL – ENUNCIATIVE POSITIONS IN THE EDITORIALS OF THE MAGAZINES *VEJA* AND *CARTA CAPITAL*

Author: Dani Rodrigues Moreira
Advisor: Hilário I. Bohn

In June 2013, the main Brazilian national media, exhaustively addressed the large street demonstrations, known as the Journeys of June, which exploded across the country in the wake of the protests that had occurred in several other countries of the world since 2011. Based on the importance of these manifestations for the recent political history of Brazil, and considering the strong influence of weekly magazines in the outcome of these events in the country, the objective of this study is to analyze the enunciative positions of the magazines *Veja* and *Carta Capital*, through their editorials when addressing these manifestations. Based on the analysis, as well as discussing the influence of these positions on the post-June 2013 socio-political developments in the country. To achieve such objectives, the researcher uses the qualitative research paradigm of the bakhtinian Dialogical Discourse Analysis as suggested in Bakhtin, which also dialogues with the ideas of contemporary thinkers who have dedicated themselves in studying similar manifestations recently occurring around the globe, such as Manuel Castells, Zygmunt Bauman, Carlo Bordoni, Slavoy Žižek, Boaventura Santos, among others. It also dialogues with authors such as John Thompson, Manuel Castells and Dênis de Moraes, who have contributed with studies about the power of the contemporary media in social change. The results of the study indicate that texts function as a dialogical space, in which the speaker/writer reveals certain enunciative/ideological positions, constituted according to certain values and interests. *Veja's* editorials show that the discursive change of the magazine in relation to the June Days Manifestations do not imply a change of position, confirming this way the conservative ideological positioning of the magazine. Also, the editorial line of *Carta Capital*, through its enunciative positioning in the editorials, reaffirms the progressive line that it proposes to follow. The analysis and interpretation of the data also show that *Veja*, through its anti-government discourse, along with other important conservative press agencies in Brazil, was at the forefront of the post-june 2013 political developments in the country.

Keywords: Street manifestations – june 2013. Enunciative/ideological positions. Magazine editorials – *Veja/Carta Capital*. Media power.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação política	83
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil dos manifestantes da pesquisa IBOPE de 20 de junho de 2013	80
Tabela 2 – Prestígio das instituições nacionais	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Mobilização através das redes sociais	81
Gráfico 2 – Razões para participar das manifestações	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Circulação média semanal de todas as revistas semanais nacionais	111
Quadro 2 – Circulação média semanal das revistas <i>Veja</i> e <i>Carta Capital</i>	111
Quadro 3 – Percentual de vendas das revistas <i>Veja</i> e <i>Carta Capital</i> no mercado das revistas semanais	112
Quadro 4 – Gastos de publicidade da União na Revista <i>Veja</i>	114
Quadro 5 – Gastos de publicidade da União na Revista <i>Carta Capital</i>	115
Quadro 6 – Perfil dos assinantes das revistas <i>Veja</i> e <i>Carta Capital</i>	118
Quadro 7 – Construção do olhar da revista <i>Veja</i> com relação às Manifestações de Junho de 2013 no Brasil	126
Quadro 8 – Posições enunciativas/ideológicas de <i>Veja</i> e <i>Carta Capital</i> sobre os protestos de 2013	126

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Primeiro ato em São Paulo (06/ junho/ 2013)	189
Anexo 2 – Segundo dia de protesto (07/ junho/ 2013)	190
Anexo 3 – Terceiro dia de protesto (11/ junho/ 2013)	191
Anexo 4 – Quarto dia de protesto (13/ junho/ 2013)	192
Anexo 5 – Quinto dia de protesto (17/ junho/ 2013)	193
Anexo 6 – Sexto dia de protesto (18/ junho/ 2013)	194
Anexo 7 – Sétimo dia de protesto (20/ junho/ 2013)	195
Anexo 8 – Editorial da revista <i>Veja</i> (ed. 25, 19 jun. 2013)	196
Anexo 9 – Editorial da revista <i>Veja</i> (ed.26, 26 jun. 2013)	197
Anexo 10 – Editorial da revista <i>Carta Capital</i> (ed.754, 26 jun. 2013)	198
Anexo 11 – Capa da revista <i>Veja</i> (ed.25, 19 jun. 2013)	199
Anexo 12 – Editorial da revista <i>Veja</i> (ed.25, 19 jun. 2013) – linhas numeradas	200
Anexo 13 – Capa da revista <i>Veja</i> (ed.26, 26 jun. 2013)	201
Anexo 14 – Editorial da revista <i>Veja</i> (ed.26, 26 jun. 2013) – linhas numeradas	202
Anexo 15 – Capa da revista <i>Carta Capital</i> (ed.754, 26 jun. 2013)	203
Anexo 16 – Editorial da revista <i>Carta Capital</i> (ed.754, 26 jun. 2013) – linhas numeradas	204

LISTA DE SIGLAS

ADD – Análise Dialógica do Discurso
ANER – Associação Nacional de Editores de Revistas
BBC – Companhia de Transmissão Britânica
CNI – Confederação Nacional das Indústrias
CPL – Campanha pelo Passe Livre
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEM – Democratas
FIFA – Federação Internacional de Futebol
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
MBL – Movimento Brasil Livre
MPL – Movimento Passe Livre
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PF – Polícia Federal
PM – Polícia Militar
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMESP – Polícia Militar do Estado de São Paulo
PP – Partido Popular
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOE – Partido Socialista Operário Espanhol
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
STF – Superior Tribunal Federal
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A PESQUISA	17
 CAPÍTULO I	 24
Movimentos sociais nas praças do mundo no ano de 2011	24
1.1 Movimentos em Rede	24
1.2 Era atual – da globalização à crise do capitalismo, do Estado e da democracia	27
1.3 Movimentos dos indignados pelo mundo	36
1.3.1 Islândia e Tunísia – referência dos movimentos sociais	36
1.3.2 Primavera Árabe	41
1.3.2.1 Ainda sobre a Primavera Árabe – o caso do Egito, da Líbia e da Síria	43
1.3.3 Movimentos sociais na Europa e nos Estados Unidos	49
1.3.3.1 Praças dos Indignados na Espanha	49
1.3.3.2 O movimento <i>Occupy Wall Street</i> nos Estados Unidos	53
 CAPÍTULO II	 58
As Manifestações de Junho de 2013 no Brasil	58
2.1 Considerações sobre o Movimento Passe Livre (MPL), protagonista dos acontecimentos no Brasil	58
2.2 Junho de 2013: as manifestações que tomaram as ruas do Brasil	61
2.2.1 Primeiro ato em São Paulo (06 de junho – quinta-feira)	63
2.2.2 Segundo dia de protesto (07 de junho – sexta-feira)	65
2.2.3 Terceiro dia de protesto (11 de junho – terça-feira)	67
2.2.4 Quarto dia de protesto (13 de junho – quinta-feira)	68
2.2.5 Quinto dia de protesto (17 de junho – segunda-feira)	70
2.2.6 Sexto dia de protesto (18 de junho – terça-feira)	72

2.2.7 Sétimo dia de protesto (20 de junho – quinta-feira)	73
2.3 Leituras sobre os acontecimentos no Brasil	74
CAPÍTULO III	91
O Dialogismo Sociodiscursivo de Bakhtin e seu Círculo: “lugar” de legitimação da análise linguística	91
3.1 Considerações sobre a concepção dialógica da linguagem	91
3.2 Linguagem, signo linguístico/ideológico e ideologia.....	94
3.3 Os gêneros do discurso.....	98
3.4 Editorial: gênero jornalístico opinativo	103
CAPÍTULO IV	106
Contexto e caminhos metodológicos da pesquisa	106
4.1 Contextualização da pesquisa	106
4.1.2 Sobre as revistas <i>Veja</i> e <i>Carta Capital</i>	107
4.2 Tipo de pesquisa e suas bases metodológicas	119
4.3 Seleção dos dados e procedimentos de análise e interpretação	123
CAPÍTULO V	128
O olhar das revistas <i>Veja</i> e <i>Carta Capital</i> sobre as Manifestações de Junho de 2013 no Brasil	128
5.1 Breves considerações extralinguísticas	129
5.2 A construção do olhar de <i>Veja</i> sobre as manifestações.....	130
5.2.1 “Eles querem dizer alguma coisa” `	130
5.2.2 “Sem medo do novo”	139
5.2.3 Percorrendo o caminho entre “Eles querem dizer alguma coisa” e “Sem medo do novo”	143
5.3 O olhar de <i>Veja</i> e <i>Carta Capital</i> na segunda etapa das manifestações	146

5.3.1 “Sem medo do novo” – posições enunciativas/ideológicas de <i>Veja</i> sobre as manifestações e as instituições no Brasil	147
5.3.2 “O PT ficou para trás” – posições enunciativas/ideológicas de <i>Carta Capital</i> sobre as manifestações e as instituições no Brasil	152
5.3.3 Entre “Sem medo do novo” e “O PT ficou para trás”	162
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
 REFERÊNCIAS	178
 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	185
 ANEXOS	188

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A PESQUISA

No ano de 2011, eclodiram grandes manifestações populares, ocupando ruas e praças em várias partes do mundo. No norte da África, no Oriente Médio, na Europa e nas Américas, multidões protestavam pelos mais distintos motivos, envolvendo desde a luta pelo fim das ditaduras até o combate ao capitalismo. Os movimentos, que se organizavam por meio das redes sociais da internet, tiveram início na Tunísia e na Islândia, estendendo-se pelo Mundo Árabe, Espanha, Portugal, Grécia, Inglaterra, Estados Unidos, dentre outros países.

Em 2013, foi a vez do Brasil. As manifestações no país (que também ficaram conhecidas como Jornadas de Junho) vieram na esteira desses movimentos ocorridos em outras partes do mundo. Os protestos originaram-se através da ação coordenada do Movimento Passe Livre - São Paulo (MPL-SP). A reivindicação inicial era pela diminuição da tarifa do transporte público na cidade, mas, com o andamento do mês de junho, tomaram proporções maiores, tanto no que se refere ao número de participantes quanto às próprias reivindicações.

Segundo Castells (2013), apesar desses movimentos mundiais apresentarem demandas diferentes, suas formas de luta compartilham características, principalmente no que se refere à ocupação do espaço público e ao uso de redes sociais da internet como ambiente de discussão e divulgação dos acontecimentos, aspectos também partilhados pelos protestos brasileiros.

Especificamente no que tange ao Brasil, é importante mencionar que tais manifestações, tanto para governos e políticos quanto para a mídia, foram uma grande surpresa. Afinal, tratava-se de um país em ascensão, com crescimento econômico significativo. Além disso, o Brasil é conhecido como o país do futebol, e, justamente, 2013 seria o ano da Copa das Confederações (de 15/junho a 1º/julho) e, em 2014, sediaríamos a tão sonhada Copa do Mundo.

Nada disso impediu que ruas de doze capitais brasileiras e de muitas outras cidades de porte médio do país fossem tomadas por uma onda de manifestações populares. Para que se tenha uma noção mais exata da importância desses levantes, é importante mencionar que, na história recente

do Brasil, algo parecido ocorrera em apenas outros cinco momentos: em 1954, por ocasião da morte do então presidente Getúlio Vargas; em 1964, nas marchas pelo Golpe Militar; em 1968, nos protestos contra o Golpe Militar; em 1984, durante o Movimento Diretas Já; em 1992, que resultou o *impeachment* do presidente do país na época, Fernando Collor de Melo.

De acordo com Fernandes & Roseno (2013), pela primeira vez na história do Brasil, um movimento social percorreu o território nacional em apenas quinze dias, incluindo capitais e cidades do interior dos estados. Segundo Gohn (2014), só no dia 20 de junho, os protestos, em todo o Brasil, reuniram mais de 1 milhão de pessoas em 75 cidades do país. Essas breves considerações mostram a magnitude das Manifestações de Junho de 2013.

Nesse contexto, considerando suas proporções e sua importância na história sociopolítica do país, faz-se relevante observar o “olhar” da imprensa sobre tais manifestações. Sabe-se que a mídia, historicamente, tem um grande poder. No Brasil, sem minimizar a importância de outros meios de comunicação, temos quatro revistas semanais de informação (*Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital*), sendo que suas notícias de capa (sobre as quais a revista expõe seu ponto de vista através do editorial)¹ já influenciaram acontecimentos importantes no país.

No sentido de ilustrar o que está sendo mencionado, de modo bastante sucinto, em março de 1988, a Rede Globo de Televisão (maior rede televisiva do Brasil) e a revista *Veja* (maior revista de informação geral semanal no Brasil) lançaram Fernando Collor de Mello, então governador de Alagoas, como o político “caçador de marajás”. Na mesma semana, o assunto foi manchete no Jornal Nacional, mais importante jornal televisivo do país, e capa da revista *Veja*. Tal capa (ed. 1020, de 23/03/1988) estampava o rosto de Fernando Collor de Mello, com a seguinte manchete: “Collor de Mello – O caçador de marajás”. A partir desse momento, Collor começou a ganhar visibilidade na mídia nacional, elegendo-se presidente em 1989.

¹ Logicamente, não são todos os leitores que leem editoriais, entretanto é através dos editoriais que as revistas se posicionam sobre as matérias de capa. Sendo assim, para este trabalho, são importantíssimos, uma vez que revelam o posicionamento adotado pelas revistas, o qual está presente, ainda que de forma velada, tanto no discurso verbo-visual das capas (às quais muitas pessoas têm acesso, já que são expostas nas bancas, na internet, veiculadas, muitas vezes, em jornais televisivos importantes) quanto no discurso da matéria principal (matéria mais lida das revistas).

Fernando Lattman-Weltman, em sua obra “A imprensa faz e desfaz um presidente”, publicada em 1994, considera decisiva a cobertura da mídia para a eleição de Collor. Em começo de setembro de 1992, quando o então presidente já vinha sofrendo um processo de desgaste por denúncias de corrupção em seu governo, a capa da *Veja* (ed. 1251, de 9/09/1992), que ficou na história, trouxe a manchete “O jardim do Marajá da Dinda – As mentiras de Collor sobre a reforma de 2,5 milhões de dólares em sua casa”. A imagem de capa era das cachoeiras do jardim da casa onde residia o então presidente. Sua repercussão foi imensa. No final de setembro do mesmo ano, a Câmara dos Deputados aprovou, por ampla maioria, o começo do processo de *impeachment*, que culminou com a saída do presidente do cargo. Logicamente, apesar da importância da cobertura feita pela imprensa com relação ao desfecho da situação, havia um contexto político-econômico concreto, que permitia a essa atuar “desfazendo” a imagem de Collor construída anteriormente, como as medidas econômicas radicais e infrutíferas adotadas pelo governo para tentar combater a inflação no país (dentre as quais, o confisco das poupanças por 18 meses, o que causou grande insatisfação popular), os escândalos de corrupção, além de a fraca sustentação política do governo (com poucos partidos no Congresso apoiando o presidente).

Partindo-se do exposto, considerando-se, então, as proporções e a inegável importância das Manifestações de Junho de 2013 no Brasil, além da forte influência das revistas semanais no desfecho de acontecimentos importantes no país, é fundamental estudar o discurso político-ideológico dessa mídia ante às manifestações. Dentro desse contexto, o tema do estudo envolve o posicionamento das revistas *Veja* e *Carta Capital* sobre as Manifestações de Junho de 2013, por meio do discurso veiculado em seus editoriais publicados à época.

Nessa conjuntura, este trabalho dispõe-se a discutir algumas questões, em especial: (1) como as revistas *Veja* e *Carta Capital*, através de seus editoriais, se posicionaram frente às Manifestações de Junho de 2013 no Brasil? e (2) quais suas possíveis relações com o cenário sociopolítico que se formou no Brasil após o junho de 2013 (considerando-se que as revistas de informação expressam posicionamentos ideológicos através de seus discursos, por meio dos quais são importantes formadoras de opinião)?

A partir dos elementos apresentados, a presente tese tem como objetivo geral analisar as posições enunciativas/ideológicas das revistas *Veja* e *Carta Capital*, por meio de seus editoriais, sobre as Manifestações de Junho de 2013 no Brasil. Tal objetivo desdobra-se nos seguintes objetivos específicos que visam a:

1) analisar a construção do olhar da revista *Veja* com relação às Manifestações de Junho de 2013, através da comparação entre os dois primeiros editoriais publicados pela revista sobre os protestos;

2) verificar as posições enunciativas/ideológicas de *Veja* e *Carta capital* sobre as manifestações, estabelecendo uma comparação entre o posicionamento das revistas.

As análises advindas dos objetivos acima somadas à contribuição de autores importantes sobre a conjuntura atual no Brasil, possibilitam apresentar, ao final do trabalho, reflexões envolvendo as posições enunciativas/ideológicas das revistas e sua possível influência nos desdobramentos sociopolíticos pós-junho de 2013 no Brasil.

A metodologia usada para a realização da pesquisa segue orientações da pesquisa qualitativa de caráter interpretativista, apoiando-se na Análise Dialógica do Discurso (ADD)² (BAKHTIN, 1976, 2002, 2011, 2012), a qual estabelece um diálogo com ideias de pensadores contemporâneos que se dedicaram a estudar as manifestações de rua no mundo e no Brasil, como Manuel Castells, Zygmunt Bauman, Carlo Bordoni, Slavoy Žižek, Boaventura Santos, dentre outros, além de dialogar também com as ideias sobre o poder da mídia, de John Thompson, Manuel Castells e Dênis de Moraes.

Na ADD, toma-se o discurso (enunciado) para o entendimento das questões que compreendem as atividades humanas. Seu caráter dialógico aborda o discurso como o lugar de onde brotam sentidos que são produzidos por sujeitos numa inter-relação constitutiva. Nessa perspectiva, o enunciado é marcado por índices sociais de valor (que determinam as posições enunciativas/ideológicas dos sujeitos), sendo permeado por uma associação de vozes (presentes, passadas e futuras), as quais dão sentido à língua e às

² Dentre as teorias que poderiam embasar o presente trabalho, pode-se citar a Análise do Discurso de Linha Francesa (AD), a Análise Crítica do Discurso (ACD), a Semiótica, entretanto optou-se por usar como apoio o Dialogismo Bakhtiniano.

práticas sociais. Com base nesses pressupostos, para efeitos de estudos da linguagem, não se pode perder de vista a historicidade, os sujeitos e o social.

Nesta pesquisa, partindo-se, então, dos princípios da ADD, considera-se que as revistas, por meio de seus discursos, sempre falam de um dado lugar, assumindo determinada posição enunciativa, a qual é estabelecida pela sua visão de mundo, pelos seus valores e com base na atitude responsiva de seu interlocutor. Através da enunciação, produto da interação social, interage-se com o outro, atua-se sobre ele, podendo levá-lo a aceitar o “dito” ou não. Sendo assim, a imprensa, por meio da linguagem, tem a capacidade de expressar e (re)produzir ideologias.

O presente trabalho está organizado em cinco capítulos após a introdução. O primeiro, intitulado, *Movimentos Sociais nas Praças do Mundo no Ano de 2011*, inicia-se apresentando as características comuns aos movimentos sociais de 2011, incluindo a importância das redes sociais da internet, como meio que propiciou sua organização e discussão. A seguir, traz a opinião de sociólogos e filósofos sobre a era contemporânea, estabelecendo relações entre as manifestações e a crise do capitalismo globalizado e da democracia. A partir daí, são contextualizados os manifestos ocorridos em diversos países do mundo, incluindo os protestos na Islândia e na Tunísia e a Primavera Árabe (que se iniciou na Tunísia, espalhando-se pelo Egito, Líbia, Síria, dentre outros países). Também são abordados outros dois movimentos importantes ocorridos no mundo: o dos Indignados, na Espanha, e o *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos. Esse primeiro capítulo tem como apoio teórico Castells (1999, 2013, 2015a), Recuero (2009, 2012), Martino (2014), Scott (2006), Bauman (2001, 2010), Giddens (1990), Harvey (1989), Peschanski (2012), Žižek (2012), Bauman&Bordoni (2016), Rancière (2014), Thompson (2002), Safatle (2012), Gohn (2014), Sader (2012), Moraes (2013), dentre outros.

O segundo capítulo (*As Manifestações de Junho de 2013 no Brasil*) aborda as manifestações no país. Parte de considerações sobre o Movimento Passe Livre-SP (MPL-SP), o qual convocou as primeiras manifestações no país e, ao longo do capítulo, são trazidas informações detalhadas sobre os sete principais dias de protestos ocorridos no Brasil à época (desde o dia 06 de junho até o dia 20 de junho). Para concluir, são apresentadas leituras de

estudiosos sobre os acontecimentos no Brasil. Esse capítulo apoia-se em Pomar (2013), Gohn (2014), Fernandes & Roseno (2013), Maffesoli (2009), Judensnaider et al. (2013), Castells (2015b), Chaui (2013), Iasi (2013), Avritzer (2016), Dupuis-Déri (2014), Vainer (2013), Singer (2013), Rancière (2014), Sakamoto (2013), Rolnik (2013), Žižek (2013), Lopes (2016), Miguel (2016), dentre outros.

O terceiro capítulo, intitulado *O Dialogismo Sociodiscursivo de Bakhtin e seu Círculo: “lugar” de legitimação da análise linguística*, volta-se para algumas considerações mais gerais dos estudos realizados por Bakhtin, como as concepções de língua, linguagem, diálogo, enunciado/enunciação, além de conceitos mais específicos, os quais são importantes à análise a ser apresentada, como ideologia, signo linguístico/ideológico, posição enunciativa e atitude responsiva. Em seguida, são trazidas noções sobre os gêneros do discurso, incluindo-se o conceito de esferas de atividade e considerações no que tange à dimensão expressiva do enunciado, especialmente sua entoação valorativa. Por fim, aborda-se, especificamente, o editorial, gênero que compõe o *corpus* da investigação. O apoio teórico para esse capítulo baseia-se em Bakhtin (1976, 2002, 2011, 2012), Brait (2012), Sobral (2009, 2011, 2012a, 2012b), Miotello (2012), Yaguello (2012), Melo (1985, 2003), Seixas (2009), Azeredo & Angelim (1996), Beltrão (1980) e Alves Filho (2006).

O quarto capítulo, designado *Contexto e caminhos metodológicos da pesquisa*, apresenta a contextualização da investigação, trazendo seus objetivos, considerações sobre as revistas *Veja* e *Carta Capital*, o tipo de pesquisa e suas bases metodológicas, além de detalhes sobre a seleção dos dados e os procedimentos de análise e interpretação. Esse capítulo embasa-se nos seguintes autores: Martins & Luca (2012), Corrêa (2012), Camargo (2012), Segurado (2005), Denzin & Lincoln (2006), Bogdan & Biklen (1994), Oliveira (2007), Moraes (2013), Brait (2012b) e Bakhtin (2012).

O quinto capítulo, intitulado *O olhar das revistas Veja e Carta Capital sobre as Manifestações de Junho de 2013 no Brasil*, é destinado à análise e interpretação dos dados, os quais são observados focando na construção do olhar da revista *Veja* sobre as manifestações no Brasil e na comparação entre a abordagem de *Veja* e *Carta Capital* sobre tais protestos, principalmente no que se refere às instituições representativas.

Nas considerações finais, são apresentadas reflexões sobre as possíveis relações entre as posições enunciativas/ideológicas das revistas em questão e os desdobramentos sociopolíticos pós-junho de 2013 no Brasil.

Além desses capítulos, são trazidas as referências bibliográficas da pesquisa. Há ainda, ao final, dezesseis anexos, nesta ordem: imagens do primeiro ato em São Paulo (6 de junho), imagens do segundo dia de protesto (7 de junho), imagens do terceiro dia de protesto (11 de junho), imagens do quarto dia de protesto (13 de junho), imagens do quinto dia de protesto (17 de junho), imagens do sexto dia de protesto (18 de junho), imagens do sétimo dia de protesto (20 de junho), primeiro editorial da revista *Veja* (ed. 25, 19 jun. 2013), segundo editorial da *Veja* (ed.26, 26 jun. 2013), editorial da revista *Carta Capital* (ed.754, 26 jun. 2013), capa da revista *Veja* (ed. 25, 19 jun. 2013), primeiro editorial da revista *Veja* com as linhas numeradas (ed. 25, 19 jun. 2013), capa da revista *Veja* (ed.26, 26 jun. 2013), segundo editorial de *Veja* com as linhas numeradas (ed.26, 26 jun. 2013), capa da revista *Carta Capital* (ed.754, 26 jun. 2013) e editorial da revista *Carta Capital* com as linhas numeradas (ed.754, 26 jun. 2013).

Importante destacar também que, desde o princípio, como professora de Língua Portuguesa, a pesquisadora interessou-se pelo estudo, estabelecendo uma relação entre a pesquisa a ser realizada e o campo educacional, mais precisamente seu trabalho desenvolvido em sala de aula com os gêneros discursivos. Parte-se do pressuposto de que os gêneros discursivos e o modo como se articulam possibilitam uma visão mais abrangente das possibilidades de uso da linguagem. A forma como se “olha” para os dados na análise desta pesquisa pode contribuir para aprofundar a abordagem dos gêneros textuais em sala de aula. Se o professor, conjuntamente com seus alunos, lançar um “olhar” interpretativo, do ponto de vista dialógico, sobre os diferentes gêneros textuais abordados, poderá contribuir para a formação de cidadãos/leitores mais críticos, um dos objetivos principais do trabalho realizado em sala de aula.

CAPÍTULO I

MOVIMENTOS SOCIAIS NAS PRAÇAS DO MUNDO NO ANO DE 2011

O ano de 2011 será lembrado como aquele em que eclodiram grandes manifestações populares ao redor do mundo. No norte da África, no Oriente Médio, na Europa e nas Américas, multidões tomaram em protesto ruas e praças de seus países. Os motivos? Os mais distintos, indo desde a luta pelo fim das ditaduras até o combate ao capitalismo, envolvendo greves e ocupação do espaço público.

Tudo começou nos sites de redes sociais da internet, meio que possibilita a difusão rápida de ideias e imagens, e os movimentos espalharam-se de modo viral por vários países do mundo. Estabeleceu-se uma sequência de rebeliões praticamente espontâneas, que tiveram início na Tunísia e na Islândia, estendendo-se pelo Mundo Árabe (Primavera Árabe, incluindo a Revolução Egípcia, e espalhando-se pelo Líbano, Bahrein, Iêmen, Marrocos, Líbia, Síria, dentre outros), Espanha (com os *Indignados de la Puerta del Sol*), Portugal (com a *Geração à Rasca*), Grécia (com a ocupação da Praça Syntagma), Londres, Chile, Estados Unidos (com a ocupação de *Wall Street*), chegando ao final do ano na Rússia.

1.1 Movimentos em Rede

Castells (2013) denomina esses movimentos que ocorreram ao redor do mundo como “movimentos em rede”³. Estes, ainda que apresentem demandas diferentes, se utilizam de formas de luta muito semelhantes, principalmente no que se relaciona à ocupação do espaço público, como as praças, por exemplo, e o uso de redes sociais da internet para discussões e divulgação dos acontecimentos. De acordo com o autor, tais movimentos apresentam uma série de características comuns.

³ Movimentos em Rede estão relacionados com a, denominada por Castells (2015), “Sociedade em Rede Global”, a qual “[...] é uma sociedade cuja estrutura social é construída em torno de redes ativadas por tecnologias de comunicação e informação processadas digitalmente e baseadas na microeletrônica.” (CASTELLS, 2015, p.70) Tais redes são as chamadas redes digitais globais, as quais podem ultrapassar fronteiras territoriais e institucionais através de redes interligadas de computadores.

Trata-se de movimentos conectados em rede de múltiplas formas (redes de comunicação da internet, de telefones celulares). Mesmo que tenham sua base na ocupação do espaço urbano, sua existência contínua se dá no espaço livre da internet, além de ser esse o local onde têm início. Acrescente-se a isso, são movimentos locais e globais ao mesmo tempo (começam em contextos específicos, mas também se tornam globais, pois estão em conexão com o mundo todo). Ademais, são virais (seguindo a lógica das redes da internet, mas também em função de que brotam por toda parte).

Em função dessas características, esses levantes ficaram conhecidos como Movimentos Sociais em Rede (Castells, 2013). Vale dizer que Castells não é alguém que possa ser considerado um teórico das mídias digitais, entretanto busca compreender melhor a sociedade em que vivemos hoje, considerando nela a importância desses elementos.

Para ele, a comunicação em rede⁴ tem importância decisiva nos acontecimentos sociais da atualidade. Os Movimentos em Rede começaram nos sites de redes sociais da internet, considerados espaços de autonomia, sobre os quais governos e empresas não têm controle total. Pela rapidez que a internet propicia, espalharam-se pelo mundo. Castells enfatiza o papel da mídia eletrônica como sendo um espaço democrático para a política contemporânea. Partindo da segurança do ciberespaço, pessoas das mais diversas idades e condições passaram a ocupar o espaço público.

Segundo Recuero (2012), dentro dessa mesma linha, com o advento dos sites de redes sociais, as conversações online passaram a fazer surgir novos impactos, espalhando-se pelas conexões dessas ferramentas, sendo amplificadas para vários grupos. São novas formas de trocas sociais, que produzem conversações públicas, propagam e semeiam novas formas de comportamentos. Ainda, sobre essas conversações propiciadas via redes sociais da internet, nas palavras da autora:

⁴ Segundo Martino (2014, p. 100), partindo da obra de Castells (1999), intitulada *A Sociedade em Rede*, “Uma rede é um conjunto de pontos, os ‘nós’, interconectados. Ou seja, elementos que se comunicam entre si – e, por conta disso, toda rede é uma estrutura complexa de comunicação, na qual os vários nós interagem em múltiplas ligações. [...] Em uma rede social digital, por exemplo, cada pessoa é um nó. Cada página ou comunidade, por sua vez, é outro nó. E, finalmente, o site de uma rede social é uma espécie de ‘nó de nós’, mas, ao mesmo tempo, também é um nó quando pensado no conjunto da internet – que, não custa lembrar, é uma ‘rede de redes’”.

Elas são capazes de [...] influenciar eleições, levando políticos a se retratarem publicamente, de refletir tendências e de comentar coletivamente os programas de televisão. Eles podem organizar movimentos de ocupação em todo mundo e influenciam revoltas armadas. São, fundamentalmente, conversações amplificadas, emergentes e complexas, nascidas da interconexão entre os atores. (RECUERO, 2012, p.122).

Dando continuidade às características que compartilham esses movimentos ao redor do mundo, é importante atentar para o fato de que eles não têm líderes formais. Através das redes, garantem as funções de coordenação e de decisões pelo inter-relacionamento dos diferentes grupos. Assim, não precisam de uma organização vertical para passar instruções e as decisões se dão de modo horizontal, possibilitando a todos os participantes darem sua opinião nas deliberações. Segundo Castells:

Em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e tomada de decisões. (CASTELLS, 2013, p. 13).

Ainda tomando como base a citação acima, outra marca importante desses movimentos tem relação com o fato de rejeitarem determinadas organizações sociais e instituições da sociedade⁵, como partidos políticos, governos e mídia tradicional, fato esse significativo, que merece uma explanação mais detalhada.

Por meio de autores que se dedicam a estudar os movimentos sociais, pode-se entender um pouco melhor esse fenômeno na seção a seguir.

⁵ Toma-se, nesse trabalho, o conceito de Scott (2006, p.112) para Instituição(ões). Segundo ele, "Instituições são sistemas de normas inter-relacionadas que têm raízes em valores compartilhados e se generalizam por uma sociedade ou grupo social particular como suas formas comuns de agir, pensar e sentir. São profundamente entranhadas na vida social e geram práticas sociais recorrentes por meio das quais se desenvolve grande parte da atividade social. Como tais, as instituições são fundamentais para a ideia de estrutura social e para a organização estrutural das atividades humanas."

1.2 Era atual – da globalização à crise do capitalismo, do Estado e da democracia

No ano 2000, Zygmunt Bauman lança, na Inglaterra, uma obra intitulada *Modernidade Líquida*⁶, expressão usada por ele para denominar a fase Moderna mais recente, a qual pode ser chamada também, por outros autores, como “pós-modernidade”, “modernidade tardia”, dentre outros nomes.

Para o autor, a chamada “modernidade sólida” cedeu lugar à “modernidade líquida”. A primeira solidifica-se com a Revolução Industrial, no começo do século XIX. Caracteriza-se pelas transformações geradas pelo Capitalismo⁷, através das relações capitalistas, da industrialização e da urbanização. Nessa fase, as perspectivas eram duradouras, o Estado era sólido, com um funcionamento bem definido e as identidades sociais eram menos heterogêneas, só para citar algumas de suas características.

Bauman (2001) utiliza a expressão “modernidade líquida” para fazer referência à era contemporânea. Para ilustrar melhor a escolha dessa expressão pelo autor para denominar o momento atual, faz-se relevante entender, nas próprias palavras de Bauman, as características dos fluidos:

Os fluidos [...] não se fixam no espaço nem prendem o tempo. Enquanto os sólidos têm dimensões espaciais claras, mas neutralizam o impacto e, portanto, diminuem a significação do tempo (resistem efetivamente a seu fluxo ou o tornam irrelevante), os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la; assim, para eles, o que conta é o tempo, mais do que o espaço que lhes toca ocupar; espaço que, afinal, preenchem apenas ‘por um momento’. Em certo sentido, os sólidos suprimem o tempo; para os líquidos, ao contrário, o tempo é o que importa. [...] Os fluidos se movem facilmente. Eles ‘fluem’, ‘escorrem’, ‘esvaem-se’, ‘respingam’, ‘transbordam’, ‘vazam’, ‘inundam’ [...] (BAUMAN, 2001, p.8).

⁶ A edição brasileira da obra em questão foi lançada no ano de 2001. É essa a edição tomada como base para o presente trabalho.

⁷ “O capitalismo é um sistema econômico e uma forma de sociedade, que se caracteriza pela produção generalizada de mercadorias e na qual todas as relações econômicas são monetarizadas e a própria fronteira do econômico se expande para englobar todos os aspectos da vida [...] Os meios de produção decisivos são de propriedade privada e a massa de empregados precisa trabalhar para cobrir os próprios custos de sobrevivência e os de suas famílias. A competição estimula cada empresa capitalista a buscar menores custos por unidade, mercados maiores e um nível de inovação de produtos que lhe garanta um monopólio temporário.” (SCOTT, 2006, p. 36 e 37).

Essas características dos líquidos são motivos para considerar a metáfora da “liquidez” ou da “fluidez” como símbolo do momento pelo qual passa a humanidade. As diferentes esferas da sociedade contemporânea (no que tange à vida pública e privada, incluindo relacionamentos) passam por transformações consideráveis. De modo bastante sintético, citando apenas alguns elementos, nessa fase, o indivíduo ganha liberdade de escolha e autonomia, ele flui em liberdade pela sociedade, tempo e espaço; ganha também individualidade, dependendo somente de si mesmo para fazer suas escolhas; a relação entre tempo e espaço passa a ser instantânea, mutável e dinâmica, sem ser pré-determinada ou acabada; o sujeito passa a ser fragmentado e as identidades assumem um grau de heterogeneidade bastante grande; além disso, convive-se com um enfraquecimento das instituições representativas, ou seja, com o “derretimento dos poderes” tradicionais, os quais vão sendo substituídos por outros. Giddens (1990) e Harvey (1989) não se afastam da visão de Zygmunt Bauman, quando trabalham a ideia de que a era atual traz em si a ideia de descontinuidade, de fragmentação, de ruptura e de deslocamento.

Compondo a paisagem social da modernidade líquida, distingue-se a chamada globalização⁸, um dos mais representativos processos de transformação, que ganhou força na década de 80, com o desenvolvimento das novas tecnologias. O “encurtamento de distâncias”, advindo da globalização, mudou o modo como as pessoas passaram a se relacionar, além disso, diferentes áreas do mundo são colocadas em interconexão, o que gera, em toda superfície da terra, transformações sociais, políticas e econômicas relevantes.

O capitalismo vive uma crise e, para muitos sociólogos, a causa fundamental dessa crise seria a forma atual do próprio sistema, o chamado

⁸ Segundo McGrew (1992), de modo sintético, a globalização se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado.

capitalismo financeiro”⁹, que envolve o enfraquecimento do Estado a qualquer preço. Ademais, o fenômeno da globalização faz com que a situação seja ainda mais grave, já que, por motivo dessa “multinacionalização”, o conjunto da economia global é afetado, incluindo não só países emergentes, mas também outras nações do mundo. Na verdade, em função da globalização, as consequências sociais da crise financeira são sentidas além das fronteiras da sua própria origem e afetam os fundamentos da economia, gerando desemprego, aumento no custo de vida, exclusão dos mais pobres, desigualdade econômica e vulnerabilidade das classes médias, para citar apenas algumas das consequências.

De acordo com Žižek (2012), são inegáveis as consequências econômicas injustas do capitalismo financeiro, as quais, com a globalização, estão fora de controle dos Estados-nação. Sobre o assunto, o autor apresenta uma visão mais radical, afirmando que as lutas deveriam ser não por democratizar/reformar o capitalismo, mas por extingui-lo, já que, em sua opinião, o sistema capitalista não oferece saída.

Peschanski (2012) chama atenção para o fato de que a desigualdade econômica, uma das consequências do capitalismo, mina o funcionamento democrático. O autor explica que isso se deve a dois mecanismos:

Primeiro, os ricos têm acesso mais fácil aos tomadores de decisão e capacidade de influenciá-los, de modo legal ou ilegal. Segundo, há um viés nas arenas políticas para atender aos interesses da parcela da população que controla os fluxos de investimento. Isso porque, se não há investimentos, o mercado de trabalho se fragiliza, prejudicando os trabalhadores (menos emprego) e onerando o Estado (menos arrecadação de impostos e mais repasses a políticas sociais). (PESCHANSKI, 2012, p. 30).

⁹ Nas palavras de Carcanholo (2017), a partir dos estudos de Gérard Duménil e Dominique Levy (ambos renomados pesquisadores franceses da área de economia), “A atual fase do capitalismo, de retomada da hegemonia do que chamam ‘finança’ (a financeirização), pressupõe modificação na forma da propriedade sobre o capital, com a sua transferência para grandes instituições financeiras, geridas por profissionais especialistas. [...] o controle da produção, bem como as próprias decisões de alocação dos capitais, tende a ficar cada vez mais sob a responsabilidade de gestores profissionais.” Dessa forma, o capital transita pelo mundo, fugindo do controle dos Estados, os quais, cada vez mais, são enfraquecidos pelas condições impostas pelo grande capital financeiro internacional (bancos, fundos de investimentos). Assim, o poder, outrora do Estado, fica concentrado sob a tutela dos poucos que detêm o poder econômico/financeiro no mundo.

A partir dessas considerações, fica mais fácil entender por que, mesmo em sistemas considerados democráticos (dentro da visão liberal de democracia)¹⁰, propostas políticas que não atendem aos interesses dos ricos e poderosos são, muitas vezes, postas de lado, mesmo que tragam vantagens à sociedade.

Segundo Zygmunt Bauman, em Bauman (2010) e Bauman & Bordoni (2016)¹¹, o momento de crise que vivenciamos hoje envolve uma crise de Estado, que atinge, inegavelmente, países “poderosos” e países “dependentes” (ainda que de modo distinto), além de uma crise de democracia. Para que essa ideia fique mais clara, de acordo com o autor, é importante observar que, historicamente, o Estado/poder e a política sempre andaram juntos, no sentido de que a “política” (por meio dos políticos) era responsável pelas decisões importantes, e o Estado era forte o suficiente para concretizar tais decisões. O que ocorre hoje é que o Estado, em função da globalização, foi expropriado de seu antigo poder de fazer as coisas acontecerem. O poder do Estado foi capturado por forças globais, que operam num espaço politicamente incontrolável, considerando-se o fato de as agências políticas não terem progredido além das fronteiras do próprio Estado. De acordo com Bordoni, a separação entre poder e política, produz o seguinte efeito paralisante:

¹⁰ O significado original da palavra democracia é “governo do povo, pelo povo, para o povo”, entretanto, dentro da visão liberal de democracia (com origem na Revolução Francesa), são considerados “sistemas democráticos” aqueles que relacionam democracia com ideias de liberdade e igualdade, principalmente, através da livre concorrência e do sufrágio universal. Esse certificado de democracia vinculado à participação e respeito pela vontade e direitos do povo, por meio de eleições e sufrágio universal, foi usada por muitos governos como garantia de qualquer impossibilidade de autoritarismo, ou mesmo, crise democrática. Entretanto, a democracia não vive apenas de o povo ter a possibilidade de escolher “democraticamente” seus representantes políticos. Quando o Estado, os políticos e as instituições caminham em desacordo com as vontades de seus representados, mantendo os privilégios das elites e não oferecendo a todos as mesmas oportunidades, estamos vivendo sob uma visão minimalista ou liberal de democracia, ou ainda, de acordo com Castells (2013), dentro de uma “pseudodemocracia”.

¹¹ Na obra “Estado de Crise”, de Bauman e Bordoni (2016), os dois autores participam dos três capítulos do livro, apresentando, separadamente, sua análise sobre temas, como a crise do Estado, da Modernidade e da democracia. Antes de cada análise apresentada, aparecem as iniciais do autor (Z. B., para Zygmunt Bauman, e C. D., para Carlo Bordoni) responsável por esta. Em função disso, apesar de a obra ser escrita a quatro mãos, é possível saber quem assume a palavra a cada momento.

“[...] um *sistema político* (representativo do povo e, portanto, democrático) no âmbito local, reduzido à gerência da administração de rotina, incapaz de assumir e resolver os problemas que o *poder global* (sem representação política e, portanto, fundamentalmente não democrático) impõe com frequência crescente.” (BAUMAN & BORDONI, 2016, p.23).

Bauman chama atenção para a gravidade da crise atual, pelo fato de ela estar embebida nesse divórcio entre poder e política, o qual “[...] resulta na *ausência de agências* capazes de fazer o que toda ‘crise’, por definição, exige: escolher de que modo proceder e aplicar a terapia reclamada por essa escolha.” (BAUMAN & BORDONI, 2016, p. 22). Em resumo, na visão do autor, a crise atual, que leva à crise do “Estado-nação” é, acima de tudo, uma “crise de agência”, ou seja, os Estados territoriais perderam seu poder quando se trata de lidar com desafios extraterritoriais globais, o que nos levaria a pensar nessa “crise de agência” associada a uma “crise de soberania territorial”.

Dessa forma, o Estado entra em crise e, enfraquecido, perde a capacidade de prover serviços sociais adequados. De acordo com Bordoni, “[...] o Estado em crise, em vez de ser provedor e garantidor do bem-estar público, tornou-se ‘um parasita’ da população, preocupado apenas com a própria sobrevivência, exigindo cada vez mais e dando cada vez menos em troca.” (BAUMAN & BORDONI, 2016, p. 28). Por essa incapacidade de cumprir suas promessas, o Estado vai se corroendo, e seus laços com os cidadãos enfraquecem-se.

Resumindo-se, para os autores, a crise atual estaria intimamente ligada ao desenvolvimento da globalização, que acabou com a fronteira entre Estados, minando qualquer tentativa de soberania absoluta. Hoje, o poder está distante, espalhado num plano global, e separado da política, com a qual sempre esteve ligado. Segundo Bauman, seguindo as características da Modernidade Líquida, o poder de levar as coisas a cabo flutua no espaço, além disso, “ele é evasivo, altamente móvel, difícilimo de localizar, identificar com precisão ou fixar [...] O outro lado da moeda é a autoridade declinante dos governos de Estado [...]” (BAUMAN & BORDONI, 2016, p. 127).

Essa crise de agência faz com que o povo desacredite do Estado e das Instituições políticas. O Estado, agonizando, para recuperar sua credibilidade,

implementa políticas neoliberais, incapacitando-se de oferecer serviços necessários aos cidadãos.

Sendo assim, a democracia também está em crise. O Estado, os políticos e as instituições não atendem às necessidades de seus representados, mantendo os privilégios das elites e não oferecendo a todos as mesmas oportunidades (o que caracterizaria uma “pseudodemocracia”, se considerarmos o sentido original do vocábulo “democracia”). Em função disso, os cidadãos se afastam cada vez mais da política, o que acaba produzindo o que Bordoni chama de “antipolítica”, a qual pode levar a consequências bastante graves. Segundo o autor:

“[...] a antipolítica é igual à definição da política como ‘uma coisa suja’, algo com que a gente não deve se envolver, a ser deixada para os que fazem política profissionalmente e ‘se sacrificam’ pelos outros. Esse é o caminho direto para o autoritarismo, já aproveitado por Mussolini como estratégia para alcançar o poder.” (BAUMAN & BORDONI, 2016, p. 167).

Voltando ao que foi abordado no final da seção anterior (sobre o importante fato desses movimentos rejeitarem as organizações sociais, os governos, os políticos e seus partidos, incluindo a mídia tradicional), pode-se dizer que essa reação está intimamente associada à crise do capitalismo (capitalismo financeirizado), do Estado (decorrente da própria financeirização do capitalismo e da globalização) e, conseqüentemente, à crise da democracia, fazendo com que as pessoas não se sintam representadas pelas instituições políticas tradicionais. Dessa forma, os “poderes” tradicionais (instituições políticas no geral) estão “derretendo”, sendo substituídos por outros, deixando aqueles de ter, para o povo, o poder representativo que tinham antes.

Sendo assim, as manifestações sociais da atualidade teriam uma origem comum, que é a crise do capitalismo financeirizado/globalizado, que interfere na autonomia do Estado-nação e na efetivação da democracia. As demandas populares não são atendidas. Essa frustração gera a crise de confiança e a busca das praças públicas pelo povo para tentar criar formas alternativas de realizar seus anseios. São expressões de desconfiança nos sistemas políticos. É a democracia que não está funcionando adequadamente. As velhas formas não funcionam mais, mas as novas formas ainda não foram inventadas. Esses

movimentos demonstram essa crise de representatividade da classe política, transferindo parte do poder para as redes e movimentos sociais, num mundo globalizado conectado.

Sobre a crise do Estado-nação, apontada por Bauman & Bordoni (2016), pode-se dizer que, já em 1999, Castells, em sua obra *A Sociedade em Rede - A Era da Informação*, mencionava esse problema. Segundo ele, tal crise estaria sendo desencadeada por processos determinantes, como a globalização e a autonomia e diversidade da mídia, sendo essas proporcionadas pela flexibilidade e a penetração das tecnologias. O autor, à época, já afirmava que o Estado vinha perdendo espaço para os fluxos globais de capital, serviços, tecnologia, comunicação e informação. Para ele, a globalização estava comprometendo a capacidade instrumental do Estado. Isso levaria a uma crise da democracia, já que o Estado-nação, tendo perdido parte de sua soberania, mostrava-se incapaz de cumprir seus compromissos.

Segundo Sousa Santos (2016), vivemos em democracias de baixa ou muito baixa intensidade que convivem com regimes sociais fascistas, ou seja, as sociedades são politicamente democráticas, mas socialmente fascistas. Nas palavras do autor:

A democracia liberal, que sempre conviveu com alguma tensão produtiva com o capitalismo, sobretudo desde a segunda guerra mundial, está a deixar desaparecer essa tensão e a acomodar-se cada vez mais às exigências do capitalismo. Estas, como se sabe, pressupõem que a acumulação de capital e a sua rentabilidade devem prevalecer sobre qualquer outro objetivo. (SOUSA SANTOS, 2016, s/p).

Boaventura de Sousa Santos ressalva, ainda, haver diferenças significativas entre uma ditadura e uma democracia de baixa intensidade. Entretanto, acredita que “a democracia liberal, para sobreviver à agressividade do capital global dos dias de hoje e ao modo como ele arrasta consigo novas formas de colonialismo e de patriarcado, terá de ser refundada a curto prazo.” (SOUSA SANTOS, 2016, s/p).

Ainda sobre a questão da democracia, o filósofo francês, Jacques Rancière, concorda que o povo não desfruta desse direito. Segundo Rancière, “As sociedades, tanto no presente quanto no passado, são organizadas pelo

jogo das oligarquias¹².” (RANCIÈRE, 2014, p.68). O autor chega a dizer que não vivemos em democracias, mas em Estados de Direito oligárquicos, em que poucos utilizam o Estado para benefício próprio através do Estado de Direito. Esse sistema daria à maioria mais forte o poder de governar. Segundo Rancière, as regras mínimas para um sistema representativo se declarar democrático seriam as seguintes:

“[...] mandatos eleitorais curtos, não acumuláveis, não renováveis; monopólio dos representantes do povo sobre a elaboração das leis; proibição de que funcionários do Estado representem o povo; redução ao mínimo de campanhas e gastos com campanhas e controle da ingerência das potências econômicas nos processos eleitorais. Essas regras não têm nada de extravagante e, no passado, muitos pensadores ou legisladores [...] examinaram-nas atentamente como meios para garantir o equilíbrio dos poderes, dissociar a representação da vontade geral da representação dos interesses particulares e evitar o pior dos governos: o governo dos que amam o poder e são hábeis em se assenhorar dele.” (RANCIÈRE, 2014, p. 92, 93).

Essas regras mínimas para que um sistema possa ser considerado democrático estão longe de ser postas em prática, e o poder real está nas mãos dos oligarcas. Resta ao povo aceitar ou tentar rebelar-se contra o que está posto.

Dando continuidade às relações de poder na sociedade, importante chamar atenção para o papel dos meios de comunicação. Conforme apontado anteriormente, uma das características comuns às manifestações diz respeito à desconfiança, por parte de alguns manifestantes, com relação à chamada mídia tradicional. Sabe-se que a mídia tem um papel importante em nossa sociedade como formadora de opinião. Frequentemente, apesar de as informações não serem inventadas, a angulagem que é dada a elas está impregnada do discurso ideológico que se deseja defender. Cada órgão de imprensa tem a sua ideologia que o orienta, ou seja, é constituído de acordo com determinados valores e interesses.

Sobre esse assunto, nas palavras de Moraes (2013), “Os megagrupos midiáticos detêm a propriedade dos meios de produção, a infraestrutura

¹² “Oligarquia” é um termo originado da palavra grega “oligarkhía”, cujo significado é “governo de poucos”, designando um sistema político no qual o poder fica concentrado em um pequeno grupo (mesma família, partido político, grupo econômico).

tecnológica e as bases logísticas como parte de um sistema que rege habilmente os processos de produção material e imaterial.” (MORAES, 2013, p. 13). Ainda, segundo o autor, trata-se de um sistema dominante, interferindo de modo incisivo na circulação de informações, interpretações e crenças fundamentais para a efetivação de consensos sociais.

De acordo com Thompson, os meios de comunicação, por meio de formas simbólicas, influenciam atitudes e posições através do modo de abordagem do que veiculam. Em suas palavras,

[...] os meios de comunicação têm uma dimensão simbólica irreduzível: eles se relacionam com a produção, o armazenamento e a circulação de materiais que são significativos para os indivíduos que os produzem e os recebem. (THOMPSON, 2002, p.19).

Segundo o autor, o público, ao entrar em contato com esse sistema de informações (produção, transmissão e recepção de formas simbólicas), desenvolvidos com o auxílio de avanços tecnológicos na área de comunicação, imprime em suas ações/opiniões parte do que é veiculado quando essas informações são representativas em seu contexto social. Dessa forma, o sentido (significado) pode estar a serviço de sustentar relações de dominação/relações de poder.

Castells (2015a), em sua obra *O Poder da Comunicação*, parte da ideia de que as relações de poder na sociedade que organizam a cultura, a economia e, particularmente, a política têm sua base em processos de comunicação. Esses processos, segundo o autor, formam mentalidades de modo profundo e duradouro. Ainda de acordo com ele, o reino da comunicação é a esfera social onde valores e interesses de atores conflitantes estão envolvidos em disputa e debate para reproduzir a ordem social, para subvertê-la ou para acomodar novas formas oriundas da interação entre o passado e o futuro, articulados por aqueles que ensinam mudar o mundo.

Segundo Castells (2013), as instituições (instituições do Estado e não estatais, incluindo a imprensa), são construídas de acordo com os valores e os interesses daqueles que detêm o poder, que é exercido pela coerção (monopólio da violência pelo controle estatal) e/ou por mecanismos de manipulação simbólica na mente das pessoas (influência da mente humana

através das redes multimídia de comunicação de massa). Sobre a eficácia dessas formas de exercício do poder, o autor, citando uma frase de Antonio Gramsci (filósofo e co-fundador do Partido Comunista Italiano), faz a seguinte observação: “[...] poucos sistemas institucionais podem perdurar baseados unicamente na coerção. *Torturar corpos é menos eficaz que moldar mentalidades.*” (Castells, 2013, p.14 e 15)

A tese de Castells, analisando-se a trajetória das manifestações, faz muito sentido. Os movimentos no mundo todo se defrontaram com a violência do Estado via instituições policiais, apesar de, em princípio, eles próprios não serem violentos. Em todos os casos, como constataremos nas narrativas por vir, a violência policial ampliou a simpatia da população pelo movimento, dando-lhe ainda mais fôlego. Onde havia o poder por meio de coerção, lá estava o contrapoder¹³, através da ação dos atores sociais, lutando por seus direitos.

1.3 Movimentos dos indignados pelo mundo

Com o intuito de detalhar um pouco mais esses movimentos insurrecionais, apresenta-se, nas seções a seguir, uma abordagem sintética das principais manifestações em rede no mundo.

1.3.1 Islândia e Tunísia – referência dos movimentos sociais

A Islândia e a Tunísia funcionaram como referência para as insurreições que viriam a seguir. Apesar das diferenças, tanto culturais, como econômicas e institucionais entre esses países, os dois alcançaram, através de seus levantes, transformações políticas e econômicas importantes.

A Islândia foi o primeiro país a pedir ajuda ao FMI (Fundo Monetário Internacional) durante a crise econômica mundial de 2008 e, também, foi o primeiro a sair da crise com números, referentes à economia, de causar inveja aos países da Europa.

¹³ Expressão empregada por Castells, para fazer referência à “capacidade de os atores sociais desafiar o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses.” (CASTELLS, 2013, p. 14).

No ano de 2007, a Islândia tinha a quinta renda média mais alta do mundo. As origens da repentina riqueza do país não estavam na indústria pesqueira, em que sua economia baseava-se historicamente, mas na sua rápida integração às finanças internacionais no começo da expansão mundial do capitalismo especulativo. Três bancos importantes Islandeses lideraram a integração da Islândia às finanças internacionais e, utilizando-se de esquemas fraudulentos, atingiram um surpreendente crescimento. Os banqueiros enriqueciam cada vez mais e controlavam os partidos políticos, através de vultosas doações financeiras, tornando estes marionetes de um mercado financeiro corrupto.

Em 2008, a crise explodiu. Os bancos islandeses endividaram-se a tal ponto que suas dívidas somavam dez vezes o PIB (Produto Interno Bruto – soma de todas as riquezas de um país) da Islândia. O governo sabia dos balanços suspeitos dos bancos, além de saber também que se um deles falisse, todo o sistema financeiro do país entraria em colapso. Tentando resolver a situação, o governo empregou dinheiro do Estado (que poderia ser utilizado em políticas sociais em prol do povo) e estatizou os três maiores bancos do país, mas nem isso ajudou. A dívida dos bancos somava US\$ 25 bilhões. A crise provocou perdas equivalentes a sete vezes o PIB islandês. A renda pessoal dos islandeses teve uma redução drástica.

Importante observar que, de acordo com Bordoni, em Bauman & Bordoni (2016), essa atitude do governo islandês é uma prática, cada vez mais, comum, praticada pelo Estado. Segundo o autor, o Estado em crise, normalmente, faz uso da tática de auto-defesa, optando por garantir a existência e a segurança do aparato estatal ao invés de prover e garantir as necessidades da população.

O povo, sentindo na pele as consequências da situação, culpou o governo por sua administração equivocada e por suas ações infrutíferas na tentativa de combater a crise. No dia 20 de janeiro de 2009, data em que o Parlamento voltava às suas atividades (depois de férias), milhares de pessoas ocuparam a praça em frente ao Parlamento, pedindo a renúncia do governo e a convocação de novas eleições. Além disso, reivindicavam a elaboração de uma nova Constituição. Como utilizavam panelas e frigideiras para fazer barulho e chamar atenção, o movimento ficou conhecido como “Revolução das Panelas”.

As reivindicações vindas das ruas e da internet se intensificavam cada vez mais e, em 23 de janeiro de 2009, foi anunciada a antecipação das eleições. A líder social-democrata, Johanna Sigurdardottir, passou a ocupar o cargo de primeira-ministra.

Como resultado das manifestações populares, um novo governo foi eleito. Realizou um referendo em que os islandeses podiam decidir pelo pagamento ou não da dívida externa do país referente aos empréstimos devidos pelos bancos. Noventa e três por cento do povo votou pelo não pagamento da dívida. Segundo Safatle, “O interessante é que, com isso, saiu-se dos impasses da democracia parlamentar para dar um passo decisivo a uma democracia plebiscitária capaz de institucionalizar a manifestação necessária da soberania popular.” (SAFATLE, 2012, p. 49).

A Islândia enfrentou resistências externas ao levar a cabo a vontade dos islandeses, entretanto, justamente em função dessa decisão, conseguiu proteger os cidadãos das consequências da crise. Compensou os islandeses que haviam perdido suas poupanças e aprovou uma decisão que perdoava as pessoas que tinham contraído grandes dívidas por motivo da crise, ou seja, esses islandeses não precisariam penhorar seus imóveis para pagar suas dívidas, a exemplo de outros países da Europa que adotaram medidas drásticas de austeridade.

Essa resolução também tinha justificativa que levava em consideração possíveis consequências ainda mais negativas para a economia do país, já que, supostamente, uma pessoa com grandes dificuldades financeiras passa a ser um consumidor a menos. Com vários consumidores a menos, fica ainda mais difícil reaquecer a economia, já que o “consumo” é condição essencial para a manutenção do capitalismo globalizado. Na realidade, segundo Bauman (2010), esse fenômeno se deve à mudança da antiga sociedade “sólida” (de produtores) para a atual sociedade “líquida” (de consumidores). Hoje, a fonte primária de acumulação capitalista não é mais a indústria, e sim o mercado de consumo. Conforme aponta o autor, “[...] a cultura líquido-moderna não tem ‘pessoas’ a cultivar, mas clientes a seduzir.” (BAUMAN, 2010, p. 36).

Dando continuidade à ideia de proteger o máximo possível o povo islandês da crise, o governo manteve o sistema de seguridade social do país e não houve cortes na educação nem na saúde. Ademais, vários banqueiros e

executivos responsáveis pela crise foram presos e o primeiro-ministro que atuava à época foi julgado por malversação do dinheiro público. Somando-se a tudo isso, uma nova constituição foi escrita com uma ampla participação do povo. A partir de 2011 e 2012, a economia islandesa voltou a crescer e superou economicamente muitos países da União Europeia.

Percebe-se que a revolução islandesa, apesar de ter origem nos problemas econômicos do país, não foi apenas de ordem econômica, mas também de ordem política. Para a recuperação da economia, foram necessárias profundas mudanças no sistema político, responsabilizado por subordinação aos bancos e por inabilidade na administração da crise.

O segundo país tido como referência para os movimentos sociais, sobre o qual também se pretende tecer considerações nessa seção, é a Tunísia. Lá se deu início à onda de manifestações, que se estendeu para outros países do mundo árabe, ficando conhecida como Primavera Árabe. Tudo começou com a autoimolação por fogo do vendedor de frutas, Mohamed Bouazizi, em frente a um prédio do governo. Em dezembro de 2010, depois de não aceitar pagar propina, o comerciante teve seus produtos confiscados, conforme já havia ocorrido outras vezes. Além do confisco, o tunisiano foi atingido moralmente com palavras depreciativas. A cena foi filmada e o vídeo, divulgado na internet. A partir daí, o mundo todo tomou conhecimento do ocorrido e solidarizou-se com a situação.

Conforme Gohn, “Autoritarismo do regime político, repressão, conflitos religiosos e economia em crise foram os motores explosivos da revolta que eclodiu na Tunísia em 2010.” GOHN (2014, p. 98). O povo, que há anos vinha sofrendo com essa situação, encontrou forças num determinado evento (no caso, a autoimolação de Mohamed Bouazizi) e, em poucos dias, começaram a ocorrer manifestações espontâneas em todo o país.

Os tunisianos, apesar da forte repressão policial, foram para as ruas. Lutavam por liberdade política e de imprensa, além de a saída do ditador Bem Ali, que ocupava o poder desde 1987. A pressão foi tanta que, em janeiro de 2011, Bem Ali deixou a Tunísia, indo se refugiar na Arábia Saudita.

A partir daí, um governo provisório assumiu o comando do país. Entretanto, isso ainda era muito pouco. Os tunisianos queriam mais e continuaram nas ruas, ocupando inúmeras praças do país. Montaram

acampamentos e fóruns de discussões, dos quais todos podiam participar. Boa parte das discussões eram filmadas e divulgadas via internet. Inúmeras vezes sofreram repressão policial e foram expulsos das praças, mas retornavam dias depois. Segundo Castells (2013), eram os manifestantes, enquanto atores sociais, desafiando o poder dos sistemas institucionais (polícia, governo), ou seja, exercendo o contrapoder com o objetivo de reivindicar seus valores e interesses.

Os manifestantes mais ativos eram jovens com curso superior desempregados (a taxa de desemprego passava de 20% entre esses jovens), os quais pediam a queda do governo provisório (que era apenas uma continuação do governo de Bem Ali), uma verdadeira democracia no país, empregos e melhorias na educação.

Grande parte do êxito obtido pela revolta tunisiana se deve à presença das mídias. Além da divulgação e debates via redes sociais da internet, que permitiam a liberdade de expressão, a Al Jazeera (maior emissora de televisão jornalística do Mundo Árabe) também teve um papel muito importante. Ela criou um programa que permitia que celulares simples pudessem se conectar ao seu satélite. Além disso, recebia imagens enviadas via celular pelos manifestantes e transmitia à população.

Sendo assim, segundo Castells, três elementos significativos contribuíram para que a revolta na Tunísia se desse e tivesse êxito:

1. A existência de um grupo ativo de desempregados com educação de nível superior, que liderou a revolta ignorando qualquer outra liderança formal, tradicional.
2. A presença de uma forte cultura de ciberativismo que se envolvia na crítica aberta ao regime por mais de uma década.
3. Uma taxa relativamente alta de difusão do uso da internet, incluindo conexões entre residências, escolas e cibercafés. (CASTELLS, 2013, p.34 e 35).

E é, justamente, a combinação desses três elementos, que se retroalimentavam, que podem ajudar a entender o motivo pelo qual a Tunísia representa a inauguração de uma nova forma de movimento social em rede. Em outubro de 2011, o movimento social tunisiano conseguiu com que se

realizassem eleições abertas. A coalisão islâmica¹⁴ moderada, que se trata de um partido islamita moderno, recebeu 40% dos votos.

Para concluir, é importante ressaltar que a Tunísia ainda precisa resolver o problema do desemprego, das discordâncias religiosas, das más condições econômicas e sociais, como desigualdade e pobreza, porém, a partir das insurreições de 2011, não mais sob uma ditadura.

1.3.2 Primavera Árabe

Conforme citado anteriormente, em dezembro de 2010, as manifestações ocorridas na Tunísia deram início à chamada Primavera Árabe. O que parecia ser um evento isolado, alastrou-se por vários países do Mundo Árabe, tanto do norte da África (onde há uma profunda influência árabe e islâmica) quanto do Oriente Médio. Tudo que ocorria na Tunísia ia sendo repassado para o mundo via internet e, a partir da deposição do líder Ben Ali, esse processo contaminou, como um efeito dominó, os demais países da região, como Egito, Líbano, Bahrein, Iêmen, Marrocos, Jordânia, Líbia, Síria, dentre outros. Segundo Sader, “A Primavera Árabe trouxe um elemento novo à região: sua participação popular estava como que congelada e, de repente, multidões ocuparam praças para derrubar ditaduras.” (SADER, 2012, p. 86)

Importante dizer que todos eles foram levantes espontâneos, inspirados no êxito da revolução ocorrida na Tunísia, seguida pela revolução egípcia. O sucesso obtido com os levantes nesses dois países trouxe esperança a povos indignados, que sofriam com a ausência de democracia e com a perpetuação de líderes ditatoriais no poder. Só para ilustrar, o líder Hosni Mubarak, do Egito, estava há 30 anos no poder; na Líbia, Muamar Kadafi chefiou o país por 42 anos; na Síria, a família do presidente Bashar Al Assad estava há 41 anos no poder.

Na verdade, vários fatores comuns entre esses países desencadearam movimentos revolucionários. Quase todos os regimes políticos do mundo árabe trazem em si características ditatoriais, também há grandes dificuldades econômicas e sociais na região em função da crise mundial de 2008, além

¹⁴ Islamismo é a religião fundada pelo Profeta Maomé. Aqueles que obedecem a Alá, Deus da religião, são chamados de muçulmanos. A maior parte dos árabes são seguidores do islã, daí sua forte presença e influência nos países do Mundo Árabe.

disso, a zona é marcada por conflitos religiosos ancestrais¹⁵. Em função da forte presença religiosa, acaba havendo uma divisão entre aqueles que querem fundir política e religião e aqueles que defendem um estado laico. Sendo assim, além desses aspectos em comum, esses governos compartilhavam de determinadas condições, as quais lhes asseguravam a perpetuação no poder, como apoio militar, forte repressão aos opositores políticos, domínio de elites (tanto políticas, quanto religiosas e econômicas), além de esquemas de corrupção. Dentro desse contexto, estabelece-se nesses países um quadro de ausência de democracia, impossibilidade de liberdade de expressão, inexistência de políticas públicas importantes, como no combate à pobreza, falta de distribuição de renda e altas taxas de desemprego.

Essa situação em que vivia o povo, mantido em péssimas condições econômicas, oprimido politicamente, sem chances de reivindicar seus direitos, fez com que a indignação explodisse. Grande parte da população desses países é composta por jovens (menos de 30 anos), instruídos e desempregados. Esses jovens, humilhados, sem oportunidades e, fator este que não pode ser esquecido, familiarizados com as redes de comunicação via internet, tinham tudo o que precisavam para insurgir-se. A utilização das ferramentas tecnológicas, incluindo *Facebook*, *Twitter* e mensagens enviadas via SMS pelos celulares, eram as armas que os manifestantes tinham em suas mãos para divulgar o que estava acontecendo, assim como para acelerar a mobilização popular. As tecnologias digitais, principalmente as redes sociais da internet, ajudaram os manifestantes a romper a barreira da censura ditatorial, já que era impossível para os governos ter controle total sobre a internet. Carneiro (2012) chama atenção para a importância das redes sociais da internet nos acontecimentos de 2011, principalmente no que tange à Primavera Árabe:

¹⁵ Como exemplo, pode-se citar conflitos envolvendo grupos islâmicos. Algumas interpretações mais radicais do Islamismo consideram o *Jihad* (que significa “luta”) um de seus pilares. Com base nessa ideia, surgiram grupos extremistas, como a “Al Qaeda” e o “Estado Islâmico”, que atuam em alguns países do Oriente Médio, promovendo as chamadas “guerras santas”, para disseminar fé ou lutar por territórios.

“[...] uma onda de catarse política protagonizada especialmente pela nova geração, que sentiu esse processo como um despertar coletivo não só propagado pela mídia tradicional da TV ou do rádio, mas por uma difusão nova, nas redes sociais da internet, em particular o *Twitter*, tomando uma forma de disseminação viral, um boca a boca eletrônico com mensagens replicadas a milhares de outros emissores.” (CARNEIRO, 2012, p. 9).

Para finalizar, é importante dizer que, através dos levantes da Primavera Árabe, líderes foram derrubados pela mobilização popular em países em que os governos resistiram às demandas por reformas e fizeram uso apenas da repressão. Apesar disso, as mudanças alcançadas não foram tão profundas, como as ocorridas na Tunísia, entretanto, possibilitaram avanços em alguns países.

1.3.2.1 Ainda sobre a Primavera Árabe – o caso do Egito, da Líbia e da Síria

Foram escolhidos os três países acima para ilustrar um pouco mais detalhadamente a Primavera Árabe, por serem esses aqueles em que os conflitos de 2011 continuam até hoje. Nessas nações, as mudanças que tiveram início nos levantes desse ano foram apenas superficiais e não resultaram, como se pensava em princípio, em profundas transformações. Sendo assim, vale a pena explorar com maior minúcia as manifestações nesses países.

Conforme dito anteriormente, o Egito foi um dos primeiros países a insurgir-se, seguindo o exemplo da Tunísia. A título de contextualização, trata-se de uma nação de grande importância, tanto na sua região quanto para o ocidente, principalmente para os Estados Unidos. No início do século XX, surgiu, no país, a Irmandade Muçulmana¹⁶, hoje um dos protagonistas da cena atual egípcia.

O Egito já vinha sendo governado por muitos anos por Hosni Mubarak, vivendo sob uma ditadura. Mubarak, através de práticas fraudulentas, foi reeleito seis vezes, ficando por trinta anos no poder. Dentro dessa conjuntura,

¹⁶ A Irmandade Muçulmana foi fundada no Egito em 1928. Trata-se de um grupo político e religioso presente em países do Oriente Médio, Ásia e África. Defende que as regras do Islamismo, além de servir para guiar a vida dos fiéis, guie também a sociedade e o Estado.

os opositores políticos eram fortemente reprimidos, a pobreza e o desemprego se sobressaíam, sem que o governo buscasse formas de solucionar o problema. Ainda que o Egito seja um dos grandes produtores de petróleo do mundo, não havia preocupação, por parte do governo, com a distribuição de renda.

À exemplo da Revolução Tunisiana, a Revolução Egípcia foi impulsionada por uma série de autoimolações como forma de protesto pelo aumento do preço da comida, que estava fazendo com que muitas pessoas passassem fome. A juventude egípcia se manifestou, principalmente através do chamado Movimento da Juventude 6 de Abril¹⁷. Uma de suas integrantes (Asmaa Mafhouz), no dia 8 de janeiro de 2011, postou o seguinte depoimento na internet:

Quatro egípcios atearam fogo ao corpo... Gente, que vergonha! Eu, uma moça, postei que vou sozinha à praça Tahrir portando uma bandeira.... Estou fazendo este vídeo para lhes passar uma mensagem simples: nós vamos à praça Tahrir em 25 de janeiro... Se vocês ficarem em casa, vão merecer tudo que está sendo feito com vocês, e serão culpados perante sua nação e seu povo. Vão para as ruas, enviem SMS, façam seus posts na rede, levem consciência às pessoas. (CASTELLS, 2013, p.51).

Essa postagem teve uma difusão viral no *YouTube*, sendo vista por milhares de pessoas. Em 25 de janeiro de 2011, dezenas de milhares de pessoas foram à Praça *Tahrir*, transformando-a num espaço público de revolução. A ocupação do espaço público foi uma das características principais do movimento. Várias vezes, a praça foi desocupada com violência pela polícia, mas os manifestantes a reocupavam. Naquele momento, ainda não se tinha a dimensão futura do que estava ocorrendo, mas a praça *Tahrir* serviria de modelo para os futuros movimentos *Occupy*¹⁸ pelo mundo. As redes sociais foram determinantes no processo de organização desses movimentos. Os

¹⁷ Depois de fraudes ocorridas nas eleições de 2005 e 2010 no Egito, teve início uma série de protestos políticos e conflitos envolvendo trabalhadores, como a greve de uma fábrica de tecidos em 6 de abril de 2008, a qual foi marcada por uma forte repressão. Desse fato, nasceu o grupo conhecido como o Movimento da Juventude 6 de Abril, que criou um grupo no *Facebook*, o qual atraiu mais de 70 mil seguidores.

¹⁸ Trata-se de movimentos de ação globais, que ocupam praças de grandes cidades pelo mundo, a fim de protestar contra ditaduras e contra os sistema capitalista e seus impactos na sociedade.

manifestantes postavam vídeos dos acontecimentos e compartilhavam com o país e o mundo via *YouTube* e *Facebook*. Inclusive, as deliberações eram feitas via redes sociais.

Egípcios, dentre os quais jovens desempregados, sem partido político, exigiram a deposição do ditador Hosni Mubarak. Houve repressão policial, mas os manifestantes enfrentaram tudo com determinação. Ocuparam prédios do governo e, no final, os conflitos deixaram cerca de 800 mortos, de acordo com Carneiro (2012).

Em função dos protestos, no dia 11 de fevereiro de 2011, Mubarak foi preso e eleições foram convocadas. Mohamed Morsi, do partido Liberdade e Justiça (extensão política da Irmandade Muçulmana) foi o vencedor. Importante dizer que, desde a fundação da república, em 1953, até 2011, o Egito teve apenas três presidentes, todos apoiados pelo exército egípcio, sendo que nenhum deles eleito pelo povo. A vitória de Morsi mostrou a influência da Irmandade Muçulmana junto ao povo. Essa ascensão de um partido muçulmano ao poder só se deu depois de muitas décadas. A Irmandade, até então, vivia na clandestinidade, entretanto, na ocasião, o seu partido Liberdade e Justiça era o mais organizado e conseguiu, assim, vencer as eleições.

Conforme citado, então, Morsi venceu as eleições, mas não ficou no poder. Isso ocorreu porque sua vitória levou a uma possível reforma da constituição no Egito, a qual envolveria ideias da religião islâmica. O exército (apoiador do estado laico), não aceitando essa situação, agiu, depondo e prendendo o então presidente Morsi. A Irmandade Muçulmana também sofreu consequências, tendo vários de seus membros presos. Paradoxalmente, a intervenção militar contou com o apoio do povo, já que a administração econômica no governo Morsi havia deixado a desejar. Foram, então, propostas novas eleições, das quais a Irmandade Muçulmana foi proibida de participar. O vencedor foi o general Al-Sisi, voltando, assim, ao poder o exército.

Continua, no país, de um lado, os laicos acompanhados do exército, e do outro os religiosos. O General Sissi é acusado de manter o país sob um regime ainda mais autoritário do que o existente na época de Mubarak, sendo a oposição extremamente reprimida. Depois da violência envolvendo os protestos em janeiro de 2015, as manifestações foram proibidas, o que faz com que o povo se sinta ainda mais descontente com o regime.

A segunda nação a ser abordada é a Líbia, país no qual as manifestações tiveram início em fevereiro de 2011. O Estado Líbio, liderado por Muamar Kadafi, era patriarcal. Alguns segmentos da população, principalmente do leste do país, não tinham acesso à riqueza, enquanto as redes organizadas em volta do sistema do líder eram muito bem tratadas.

Grande parte da juventude líbia não estava satisfeita com o regime. Assim, em 17 de fevereiro, com convocações feitas via mídias sociais e por redes de celulares, começaram as manifestações em Benghazi. O governo de Muamar Kadafi enfrentou os manifestantes com grande violência, o que deu origem a uma violenta guerra civil no país.

Kadafi, na tentativa de defesa, formou um exército através da contratação de soldados mercenários da região do Oriente Médio e do norte da África. A população civil foi fortemente atacada. Diante da situação, a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) decidiu intervir. Países, como Estados Unidos, França, Inglaterra e Itália, patrocinaram os rebeldes. Ainda durante a guerra civil, Kadafi foi condenado pelo Tribunal Penal Internacional por ter cometido crimes contra a humanidade, em virtude de ataques cometidos pelo seu exército a alvos civis.

Depois de vários combates, a capital Trípoli foi conquistada pelos rebeldes. Com a derrota, o ditador Muamar Kadafi tentou fugir do país, entretanto foi capturado pelos rebeldes, sendo morto por eles em 20 de outubro de 2011. Após a queda e morte de Kadafi, começou a tentativa de reorganização da Líbia. Desde então, a busca é pela formação de um governo de coalisão, entretanto isso tem sido bastante difícil, já que, mesmo entre os combatentes que derrubaram Kadafi, há divisões e projetos bastante diferentes. Atualmente, a Líbia possui dois governos rivais: um em Trípoli, no leste do país, representando o governo reconhecido pela comunidade internacional, e outro em Tobruk, que governa o oeste, sob a bandeira da coalisão Amanhecer (composta por milícias islâmicas).

Dessa forma, o que se vê é uma Líbia profundamente dividida, muito distante da paz e da liberdade comemoradas em 2011. Apesar de o país ter tido duas eleições parlamentares desde os levantes desse ano, isso não foi suficiente para conciliar os interesses dos diferentes grupos políticos, étnicos e

religiosos abafados por Kadafi durante quarenta anos. Desde 2014, estabeleceu-se, na Líbia, uma guerra civil, e o país pode acabar bipartindo-se.

Na Síria, próximo país a ser tratado nessa seção, os levantes também foram bastante intensos e violentos, tendo continuidade até os dias de hoje. O estopim para que a indignação entre os sírios explodisse foi a prisão de crianças, com idade entre nove e catorze anos, por terem escrito em alguns muros da cidade de Daraa a frase “O povo quer derrubar o regime”. Quando os pais dessas crianças foram às ruas para protestar contra o ocorrido, alguns deles foram mortos a tiros pelo exército de Bashar Al-Assad, presidente do país. Como se não bastasse, novas vítimas foram feitas no funeral dos mortos.

A partir daí, foram chamadas, via redes sociais da internet, manifestações contra o regime. Em 18 de março de 2011, milhares de pessoas ocupavam as ruas de todo país, confrontando-se com a polícia. A violência contra os manifestantes desarmados foi tamanha, que o regime usou tanques de guerra para atacá-los. Isso não intimidou o povo, que continuou protestando. Queriam derrubar o regime, diminuir o preço dos alimentos, banir a violência policial e a corrupção na política. O mundo assistia a tudo via internet.

Após seis meses, a população ainda ocupava o espaço urbano e pedia a renúncia de Bashar Al-Assad. Entretanto, diferentemente do que ocorreu na Líbia, o ditador ainda continuaria no poder. Apesar do número de civis mortos, nem a ONU (Organização das Nações Unidas) nem a OTAN fizeram qualquer intervenção no país.

Algumas das explicações para isso estão no fato de a Síria ter como aliado o grupo extremista muçulmano Hezbollah, além de estar munida de vasto armamento químico. Se Bashar Al-Assad for destituído do poder, essas armas correm o risco de ir parar nas mãos de grupos fundamentalistas islâmicos, o que passaria a ser um problema mundial. Nesse caso, manter Al-Assad no poder representaria maior segurança. Além disso, o fator geopolítico é decisivo para que não haja uma intervenção no país.

A Síria faz fronteira com Israel, Líbano, Turquia, Palestina e Iraque. Só para exemplificar, o Iraque é um país que saiu de uma guerra há pouco tempo e ainda não está completamente pacificado e a região de Israel/Palestina é

outra politicamente instável desde a criação do estado de Israel em 1948. Ou seja, essa é uma região constantemente sob conflito.

Além disso, Al-Assad tem o apoio da Rússia, que vende grande quantidade de armamento para a Síria, e da China, cujo principal fornecedor de petróleo é o Irã (grande protetor do ditador sírio). Em função desses fatores, o ocidente não sabe o que fazer, já que a queda de Al-Assad pode levar a conflitos ainda mais graves em toda a região.

A Síria hoje vive uma guerra civil, que teve início nas manifestações de 2011, com um saldo de mais 240.000 mortos, segundo a ONG (Organização Não Governamental) Observatório Sírio para os Direitos Humanos, com sede na Grã-Bretanha. O insucesso da comunidade internacional em auxiliar a resolver os conflitos na Síria faz com que o povo sírio se sinta abandonado. Nessa situação, mais de 4 milhões de pessoas já fugiram do país. Segundo a ONU, a situação na Síria é a mais importante de emergência humanitária da nossa era.

Comparando-se o Egito, a Líbia e a Síria, percebe-se que esses apresentam muitos pontos em comum. Além de viverem sob regimes autoritários, enfrentavam as consequências da crise econômica mundial de 2008 (altas taxas de desemprego, principalmente entre a população jovem, aumento no preço dos alimentos e em outros bens de consumo, só para citar alguns problemas) e seus governos eram permeados fortemente pela corrupção política. Justamente, em função das liberdades cerceadas, as redes sociais da internet foram decisivas para que os movimentos da Primavera Árabe nesses países se organizassem e eclodissem, já que as mídias tradicionais são controladas pelos governos autoritários, e a internet é um espaço livre de expressão individual.

Para finalizar, é importante chamar atenção para outro aspecto em comum entre essas nações: os avanços conquistados pelos movimentos foram tímidos em relação às suas reivindicações, inclusive, hoje, alguns países enfrentam situações ainda mais complicadas, como guerras civis, por exemplo, e outros não avançaram além das conquistas obtidas à época. Entretanto, para compreender melhor essa situação, não se pode esquecer que os países participantes da Primavera Árabe vivenciam uma conjuntura muito delicada que se relaciona, principalmente, com a mistura entre religião e política. Segundo Gohn, há “[...] dificuldades para a realização de um regime democrático dada a fragmentação social [...], a confusão entre regime político e religioso, com a política sufocada pela religião e a tendência

à islamização da sociedade.” (GOHN, 2014, p. 98, 99). Essa situação extremamente difícil de ser resolvida contribui para explicar o motivo da dificuldade de avanços mais expressivos na região.

1.3.3 Movimentos sociais na Europa e nos Estados Unidos

Diferentemente dos países participantes da Primavera Árabe, os quais lutavam à sombra de regimes ditatoriais, os países que serão abordados a seguir vivem sob uma democracia formal, mesmo sabendo-se que essa não se dê em sua plenitude. Sendo assim, as situações são diferentes, ainda que, segundo Žižek (2012), todos esses movimentos sociais no mundo representem, através das mais variadas reivindicações, “[...] o descontentamento geral com o sistema global capitalista, que, é claro, adquire diferentes formas aqui e ali.” (ŽIŽEK, 2012, p. 21).

A seguir, com o intuito de ilustrar os movimentos sociais ocorridos na Europa e nos Estados Unidos em 2011, trataremos sobre o Movimento dos Indignados, na Espanha, e sobre o movimento *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos.

1.3.3.1 Praças dos Indignados na Espanha

Em fevereiro de 2011, a Espanha, governada por um partido socialista (PSOE – Partido Socialista Operário Espanhol), estava vivenciando uma grave crise, assim como outros países europeus.

O governo não cumpria suas promessas de campanha, feitas em 2008, e articulava a restrição de gastos com saúde, educação e serviços sociais. A ideia era reduzir o déficit público, a fim de que a Espanha pudesse continuar na Zona do Euro. Segundo Gohn:

O pano de fundo da crise era econômico: em 2008 o governo contribuiu com recursos para salvar bancos e setores da economia. Veio uma onda de forte desemprego. O acesso ao crédito reduziu-se, a rolagem das dívidas do governo não foi mais possível, agências internacionais passaram a monitorar a economia. Corte e congelamento de salários, redução de benefícios trabalhistas e direitos sociais, demissões, aumento das tarifas, abandono de obras de infraestrutura, privatizações de serviços estatais etc. foram as respostas do governo. (GOHN, 2014, p. 109 - 110).

Estava estabelecida uma situação de insatisfação no país, a qual se relacionava aos políticos, aos bancos, que através de manobras especulativas tinham acabado com a economia espanhola, ao desemprego, aos baixos salários e à execução das hipotecas imobiliárias. Segundo Sader, os manifestantes tinham “[...] sua expressão mais significativa de protesto contra as elites políticas, o esvaziamento da democracia liberal e a exportação da crise para o conjunto da população.” (SADER, 2012, p.85).

A partir dessa conjuntura, alguns ativistas criaram um grupo de discussão e ação no *Facebook*, conhecido como *Democracia Real Ya*. O grupo denunciava a pseudodemocracia no país, chamando atenção para o fato de os partidos políticos estarem do lado dos banqueiros, não representando os interesses da população. Dessa forma, a crise representava uma expressão do sistema capitalista e os bancos eram responsáveis por ela. Para os militantes, os políticos não lhes representavam e as instituições precisavam ser reconstruídas. Safatle (2012) cita uma frase usada pelos indignados na Espanha, que ilustra muito bem como eles viam a situação: “Nossa democracia parlamentar faliu junto com o sistema econômico que ela sustentava.” Ou seja, ainda segundo o autor:

Talvez os manifestantes tenham entendido que a democracia parlamentar é incapaz de impor limites e resistir aos interesses do sistema financeiro. Ela é incapaz de defender as populações quando os agentes financeiros começam a operar, de modo cínico, claro, a partir de um princípio de espoliação dos recursos públicos. (SAFATLE, 2012, p. 48).

Revoltados com a situação, como haveria eleições na Espanha no dia 22 de maio, os ativistas chamaram a população para um protesto no dia 15 de maio. O lema da manifestação era: “Democracia real já! Ocupe as ruas. Não somos mercadorias nas mãos de políticos e banqueiros.” A convocação não contou com o apoio de partidos políticos, de associações ou, mesmo, da mídia, sendo divulgada apenas pelas redes sociais da internet (*Facebook*, *Twitter*). A divulgação dos acontecimentos era feita pelos próprios manifestantes, que filmavam os fatos com seus aparelhos eletrônicos e, em tempo real, enviavam suas imagens, via internet, para a Espanha e para o mundo. Tanto as estações de TV quanto os jornais ignoraram totalmente o que estava ocorrendo. Ainda

assim, foram às ruas de cidades, como Madri, Barcelona e Valência, milhares de pessoas.

Ao final da manifestação em Madri, alguns participantes resolveram passar a noite na praça *Puerta del Sol*, debatendo o real sentido de “democracia”. Na noite seguinte, várias pessoas ocuparam a Praça da *Catalunya*, em Barcelona. Seguindo o exemplo de Madri e Barcelona, praças de outras cidades também foram sendo ocupadas. Assim, nasceram os acampamentos. Nesses acampamentos, não existiam líderes, nem porta-vozes. Cada um representaria a si próprio. Além disso, todos podiam intervir nas discussões e dar sua opinião. As discussões sobre um determinado tema poderiam durar horas ou, mesmo, dias. Tudo era decidido democraticamente. O movimento, inicialmente, ficou conhecido como 15-M (alusão à data da primeira manifestação), depois, os manifestantes passaram a ser chamados de “Indignados”. Com o status atingido, a mídia nacional e internacional não pode mais ignorá-lo, ainda que, muitas vezes, apresentando-o de modo equivocado.

Embora a organização do 15-M fosse composta basicamente por universitários e pessoas diplomadas desempregadas, mais tarde, passaram a apoiar e a participar das manifestações pessoas de diferentes idades e classes sociais, recebendo, o movimento, um grande apoio da população espanhola.

Durante meses, as praças continuaram ocupadas e houve grandes manifestações de rua. Além disso, o 15-M envolveu-se em ações importantes, como impedir, de forma física, que famílias, cujas hipotecas haviam sido executadas, fossem despejadas, proteger imigrantes de ações policiais, manifestar-se em frente a prédios do governo, sedes de bancos etc. Entretanto, segundo Castells, “[...] desde os estágios iniciais do movimento, estava claro que sua principal ação era elevar o nível de consciência de seus participantes e da população como um todo.” (CASTELLS, 2013, p. 110).

Importante mencionar que, durante esse tempo de ocupação do espaço público, ocorreram muitas ações violentas da polícia. Não raro, ocupantes pacíficos eram espancados com cassetetes de policiais. Uma dessas situações ocorreu em Barcelona, no dia 27 de maio, resultando em 147 feridos. Entretanto, no mesmo dia, à tarde, mais de 200.000 pessoas foram à praça

prestar solidariedade e a polícia acabou tendo que se retirar. Conforme exposto anteriormente, os manifestantes tinham grande apoio da população.

Entretanto, no mês de agosto, os acampamentos começaram a esvaziar-se. Só ativistas em tempo integral tinham condições de permanecer o dia todo nos acampamentos, e esses eram minoria. Assim, os poucos que insistiram em continuar se tornaram alvo fácil para a polícia, que conseguiu remover todas as ocupações.

Conforme dito anteriormente, o ano de 2011 foi um ano eleitoral na Espanha, e, ao que parece, as manifestações tiveram importante impacto sobre a cena política do país. Para que se possa entender melhor o aparente resultado negativo das manifestações na Espanha, é importante saber que, nesse país, havia dois partidos ocupando o protagonismo da cena política: o PP (Partido Popular), que representa o conservadorismo, e o PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol), que representa uma linha mais à esquerda. Em 2011, antes das eleições e das manifestações, o PSOE estava no poder. Segundo pesquisas apontadas por Castells (2013), nas eleições municipais, ocorridas em maio de 2011, houve um crescimento de votos brancos e nulos (ou seja, um número maior de pessoas não encontraram políticos para representá-las), além de o PSOE (partido mais à esquerda) ter perdido 19% dos votos obtidos em 2007. Já nas eleições parlamentares de 20 de novembro de 2011, o PP (partido mais conservador) obteve a maioria absoluta dos votos no Parlamento. Esses resultados nas urnas foram considerados, pelos conservadores e pela mídia que os apoiava, um rechaço às propostas do movimento. Entretanto, o que ocorreu não foi um aumento substancial no número de votos obtidos pelo PP, mas uma perda de votos do PSOE (parte de seus votos migraram para outros partidos menores também socialistas, além de ter perdido eleitores que votaram em branco ou anularam seus votos). Nesse caso, a vitória dos conservadores não representa propriamente a derrota dos socialistas. Entretanto, para muitos, o maior impacto do 15-M foi contribuir para o quase fim do PSOE.

Dessa forma, em dezembro de 2011, o 15-M toma uma decisão simbólica, declarando paralisação das suas atividades por tempo indeterminado, já que vinha perdendo participação e sentia necessidade de parar e refletir sobre os últimos acontecimentos.

Para concluir, é importante enfatizar que, ainda que os espanhóis simpatizem com o movimento e compartilhem de suas ideias, até porque partilham das mesmas frustrações, as manifestações não trouxeram mudanças materiais na vida das pessoas, nem ocorreram as tão sonhadas mudanças institucionais. A grande vitória do 15-M foi possibilitar o debate, contribuindo com isso para elevar o nível de consciência de muitas pessoas no país.

1.3.3.2 O movimento *Occupy Wall Street* ¹⁹ nos Estados Unidos

O movimento *Occupy* teve início em 17 de setembro de 2011, na cidade de Nova York, com a participação de centenas de manifestantes, os quais ocuparam o Parque *Zuccotti*, ao sul da Ilha de *Manhattan*, perto do centro do capital financeiro dos Estados Unidos e do mundo.

O país vivenciava uma grave crise econômica já há quatro anos, iniciada em 2007. Os americanos (mesmo aqueles que não tinham histórico de bons pagadores de dívidas) foram estimulados pelos bancos a contratar empréstimos (já que os juros no país estavam baixos), dando como garantia suas casas. Essa estratégia, que visava ao aumento do consumo, acabou trazendo consequências graves.

Em 2007, os juros americanos aumentaram e muitas pessoas não conseguiram pagar suas dívidas, tendo suas casas hipotecadas. Além disso, com a crise imobiliária, os preços dos imóveis despencaram. Os bancos, obviamente, tiveram enormes prejuízos, já que os imóveis que haviam retirado dos americanos inadimplentes tinham sofrido substancial desvalorização. Para que a crise não se tornasse pior, o que geraria uma recessão ainda mais grave, o governo investiu bilhões (dinheiro dos contribuintes) na tentativa de evitar a falência dos bancos, os quais nem sequer foram responsabilizados por sua “ganância” aliada à má administração. A explicação dada pelo governo, não aceita pela população, estava vinculada à necessidade de socorrer o setor financeiro para salvar a vida dos próprios americanos. Entretanto, era impossível que a população não sofresse os resultados da crise. Os bancos sobreviventes acabaram com os empréstimos. Em função disso, milhares de

¹⁹ *Wall Street* é uma rua de Manhattan (distrito mais antigo da cidade de Nova York), que representa grande parte do sistema financeiro dos Estados Unidos, já que ali se localiza a Bolsa de Valores mais importante do mundo, além de as sedes dos maiores bancos mundiais.

empresas faliram, o que gerou milhões de desempregados e grande redução nos salários. As pessoas estavam indignadas diante da situação a que o país havia chegado. De acordo com Castells (2013):

A parcela da renda americana apropriada pelo 1% mais rico pulou de 9% em 1976 para 23,5% em 2007. O crescimento cumulativo da produtividade entre 1998 e 2008 chegou a cerca de 30%, mas os salários reais cresceram somente 2% durante a década. O setor financeiro apropriou-se da maior parte dos ganhos da produtividade, com sua parcela dos lucros crescendo de 10% na década de 1980 para 40% em 2007, e o valor de suas ações subiu de 6% para 23%, apesar de ele empregar apenas 5% do total da força de trabalho. Na verdade, o 1% mais rico apropriou-se de 58% do crescimento econômico nesse período. Na década anterior à crise, os salários reais por hora aumentaram 2%, enquanto a renda dos 5% mais ricos aumentou 42%. O salário de um diretor executivo era cinquenta vezes maior que o do trabalhador médio em 1980 e 350 vezes em 2010.” (CASTELLS, 2013: p. 121 - 122).

Diante da conjuntura e com forte inspiração nos acampamentos espanhois, em 13 de julho de 2011, a *Adbusters*²⁰, mais precisamente, através de seu fundador e ativista, Kalle Lasn, postou uma convocação em seu blog: “#occupywallstreet. No dia 17 de setembro, invada *Lower Manhattan*, monte barracas, cozinhas...” A convocação se espalhou por redes de mídias sociais.

No dia 17 de setembro, centenas de pessoas ocuparam o Parque *Zuccotti*, próximo a *Wall Street*. Segundo Gohn, “[...] os manifestantes tinham vários slogans, mas o que de fato sensibilizou e mobilizou a população foi ‘Injustiças perpetradas por 1% da população – elites políticas e econômicas – afetam os outros 99%, nós’ – Ocupem *Wall Street*’.” (GOHN, 2014, p.125)

Os manifestantes pediam o fim do desemprego, da desigualdade social, da corrupção, da insaciável perseguição de lucros pelas corporações financeiras, reivindicavam, também, o aumento de impostos federais para a população mais rica, entretanto a luta era contra o sistema capitalista, que leva a todas essas mazelas. De acordo com Ali:

²⁰ Revista de crítica cultural e anticonsumo, cuja sede localiza-se em Vancouver. Responsável por campanhas anticonsumismo, como “Dia sem compras” e “Natal sem compras”.

“Os manifestantes do movimento *Occupy Wall Street*, que se instalaram no coração do distrito financeiro de Nova York, estão protestando contra um sistema de capital financeiro despótico: um vampiro infectado pela ganância que sobrevive chupando o sangue de quem não é rico. Eles estão mostrando seu desprezo em relação aos banqueiros, aos especuladores financeiros e seus mercenários da mídia, que continuam insistindo que não há alternativa.” (ALI, 2012, p. 66 - 67).

Dando continuidade à manifestação do dia 17, vários manifestantes ocuparam o Parque *Zuccotti*. No dia 27 de setembro, duas mil pessoas participaram de uma assembleia no local ocupado. Alguns intelectuais, como Michael Moore, também se fizeram presentes. Não raro, durante as manifestações, a polícia fazia uso da repressão, prendia pessoas, mas, quando as imagens eram divulgadas através das redes sociais, mais manifestantes se mobilizavam. Sobre essas inúmeras desocupações do espaço público feitas pela polícia, muitas vezes por meio da violência, Harvey pronunciou-se à época:

“Com que direito os prefeitos, os chefes de polícia, os oficiais militares e as autoridades do Estado dizem para nós, o povo, que eles podem determinar o que é público em ‘nosso’ espaço público, bem como quem pode ocupá-lo e quando? Quando é que eles presumem expulsar-nos, o povo, de qualquer espaço que nós, o povo, decidimos coletiva e pacificamente ocupar? Eles dizem que agem de acordo com o interesse público [...], mas nós somos o povo! Onde está nosso interesse em tudo isso? E, aliás, não é ‘nosso’ dinheiro que os bancos e financistas usam tão descaradamente para acumular seus ‘bônus’?” (HARVEY, 2012, p. 62).

Tendo como principal bandeira a luta contra o capitalismo e as mazelas advindas desse sistema, o movimento *Occupy* foi se alastrando com uma velocidade incrível. Em pouco tempo, o número de manifestações no país chegava a seiscentos, envolvendo cidades como Chicago, Boston, Los Angeles, Atlanta, Austin, Filadélfia, Nova Orleans, Las Vegas, só para citar algumas.

A maioria das pessoas que participavam dos acampamentos eram jovens profissionais ou estudantes, com um número bastante significativo de desempregados. Nas ocupações maiores, como as de Nova York e Los Angeles, por exemplo, foram organizadas superestruturas de sobrevivência. Foram montadas, além de barracas, cozinhas, creches, bibliotecas. Intelectuais

eram convidados a palestrar. Para a comunicação interna nos acampamentos e para facilitar a conexão com outras ocupações, era utilizado o *Twitter*. Inclusive, quando havia ameaça de ação policial, as redes do *Twitter* faziam o alerta. A imprensa tradicional só divulgava o que era de seu interesse, mas os manifestantes tinham as redes sociais, o que lhes possibilitava filmar as ações com seus celulares e fazer sua própria divulgação independente.

Assim como ocorrido nos acampamentos espanhóis, as decisões eram tomadas em assembleia geral, do modo mais democrático possível. Tudo era baseado no consenso. Todos tinham direito à participação e não havia líderes identificados.

No começo do mês de novembro de 2011, depois de vários confrontos entre polícia e manifestantes, o que contribuiu para o esvaziamento dos acampamentos, prefeitos das cidades onde havia ocupações promoveram uma audioconferência para decidir sobre como agir com relação ao movimento. A partir disso, com a desculpa de preocupação com a higiene pública, a polícia, utilizando-se de violência, terminou por concluir a desocupação dos acampamentos.

Como saldo do movimento, pode-se dizer, não houve mudanças com relação a pautas específicas, já que as reivindicações tinham relação com o sistema como um todo. Houve campanhas que conseguiram algum êxito, como com relação à moradia, por exemplo, em que, em determinados casos, conseguiram modificar as condições dos empréstimos. Também fizeram campanhas estimulando clientes de grandes bancos a transferirem suas contas para cooperativas de crédito. Entretanto, embora essas tenham sido ações importantes, representavam muito pouco perto das injustiças contra as quais os “ocupas” lutavam.

Ainda assim, algo relevante a ser mencionado é que, segundo pesquisas, o movimento produziu um impacto sobre o pensamento americano. A ideia de que há igualdade de oportunidades e de que o esforço pessoal é determinante para conseguir o que se objetiva na vida vem sendo questionada. Talvez, então, a maior conquista dos manifestantes tenha sido, justamente, esta: a mudança de consciência produzida na mente de parte dos americanos, ou melhor, a diminuição da despolitização do povo. Segundo Wallerstein, o grande mérito desses movimentos, como o *Occupy Wall Street*, deve-se ao fato

de que “Pela primeira vez em muito tempo pessoas comuns passaram a discutir a natureza do sistema no qual vivem. Já não o veem como inevitável.” (WALLERSTEIN, 2012, p.74).

A seguir, no Capítulo 2, serão trazidas informações sobre os protestos ocorridos no Brasil em junho de 2013. Na sequência, abordar-se-ão leituras sobre os fatos oriundas de autores que se dedicaram a estudar tais acontecimentos no país.

CAPÍTULO II

AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL

As *Revoltas de Junho* no Brasil aconteceram na esteira de manifestações semelhantes ocorridas em outras partes do mundo, como as manifestações da Primavera Árabe, da Islândia, dos Indignados na Espanha e dos movimentos *Occupy* nos Estados Unidos. Obviamente, coerentes com a cultura, com a formação social, com a política e a economia de cada lugar.

No Brasil, as manifestações foram provocadas pela ação coordenada do Movimento Passe Livre - São Paulo (MPL-SP). Começaram com a reivindicação pela diminuição da tarifa de transporte público na cidade, mas, ao longo do mês de junho, foram ganhando proporções maiores, tanto no que tange ao aumento do número de participantes quanto às reivindicações, cuja pauta foi ampliada.

2.1 Considerações sobre o Movimento Passe Livre (MPL), protagonista dos acontecimentos no Brasil

Protestos contra o aumento da tarifa do transporte público não é algo novo no Brasil, entretanto, para que se compreenda melhor a origem e a ação do MPL, é importante que se volte ao ano de 2003.

Nesse ano, ocorreram, na Bahia, mais precisamente em Salvador, várias manifestações ao longo do mês de agosto, as quais ficaram conhecidas como Revolta do Buzu²¹. Estudantes se opunham a um aumento abusivo da tarifa do transporte público municipal e pediam meia passagem aos finais de semana. Além disso, reivindicavam o passe livre estudantil. Os secundaristas se organizaram através dos Grêmios Estudantis e tiveram apoio de universitários. Durante a revolta, todos os dias, as principais ruas de Salvador ficavam bloqueadas. Estima-se que mais de 40 mil pessoas tenham participado desses protestos.

Nos anos de 2004 e 2005, a cidade de Florianópolis, em Santa Catarina, foi marcada por um grande número de manifestações, as quais ficaram

²¹ Buzu seria a definição popular para “ônibus”.

conhecidas como Revoltas da Catraca. Em 2004, terminais de ônibus foram bloqueados e a ponte que dá acesso à ilha foi fechada inúmeras vezes, obrigando o poder público a revogar o aumento da passagem urbana.

Ainda em 2004, foi criada a Campanha pelo Passe Livre (CPL) - Florianópolis, liderada, principalmente, por jovens estudantes e organizadora dos próximos eventos. No mês de julho, a CPL promoveu, em Florianópolis, um encontro para organizar lutas relativas ao transporte urbano. Representantes de várias cidades do Brasil se fizeram presentes. Como resultado do encontro, ficou instituída uma “Campanha Nacional pelo Passe Livre”, incluindo um calendário de lutas para os três meses seguintes.

Em função da CPL, a Câmara de Vereadores de Florianópolis chegou a aprovar a Lei do Passe Livre, em 26 de outubro de 2004, sendo essa sancionada pelo prefeito em dezembro do mesmo ano, entretanto, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina derrubou a lei alegando inconstitucionalidade.

Frente ao sucesso parcialmente alcançado, a CPL de Florianópolis convocou uma plenária nacional para o Fórum Social Mundial de 2005, na cidade de Porto Alegre, quando se deu a fundação do MPL. Nesse dia, foram estabelecidos os princípios do movimento, os quais vigoram até hoje. São eles: autonomia, independência, horizontalidade e apartidarismo (o que não se deve confundir com antipartidarismo). Correntes de pensamento e de organização juvenil de esquerda da época vão compor o MPL. Nasce, assim, um movimento autônomo, horizontal e apartidário, que luta pelo transporte público, não se submetendo a nenhuma organização social, tendo sua política deliberada de baixo e por todos.

Ao longo dos anos de 2005 e 2006, ocorreram mais dois encontros nacionais organizados pelo MPL. Um na cidade de Campinas-SP, na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), e outro em Guararema-SP, na Escola Nacional Florestan Fernandes, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Nesses encontros, ficou estabelecido um pacto federativo entre os coletivos regionais do movimento e o “federalismo” passou a fazer parte dos princípios básicos do movimento. Nesse período, o MPL entrou em contato com as ideias do governo Luiza Erundina-SP (Partido dos Trabalhadores – PT), o qual, na década de 90, propunha Tarifa Zero para o transporte público urbano. Daí em diante, tomou-se o discurso do transporte

como direito essencial para a efetivação de outros direitos, já que proporciona acesso aos demais serviços públicos fundamentais.

A partir disso, apesar de o movimento passar por dificuldades de estruturação e organização, novas adesões foram ocorrendo e, de certa forma, sua luta foi se espalhando pelo país e se tornando mais abrangente. Além de reivindicar o passe livre para estudantes, começou a requerer esse mesmo direito a desempregados, chegando à discussão sobre a tarifa zero para toda a população. De acordo com o Movimento Passe Livre – São Paulo (2013), o sistema de transporte público coletivo é ponto nodal na estrutura social urbana:

O acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto de seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo. As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana. (MOVIMENTO PASSE LIVRE SÃO PAULO, 2013, p. 15).

Importantes cidades do Brasil assistiram a manifestações pelo transporte urbano, sendo que grande número de seus participantes eram jovens estudantes. Conquistas pontuais foram alcançadas, como, por exemplo, o impedimento do aumento da tarifa do transporte em algumas cidades e o passe livre a todos os estudantes no Distrito Federal, ocorrido em 2009. Segundo Pomar (2013), um novo movimento começava a tomar forma, com uma importante característica comum:

[...] é constituído em sua maior parte por jovens que têm aversão aos meios institucionais, como os partidos políticos e a disputa de espaços de poder do estado. [...] Articulam-se em rede, em relações de poder mais horizontais. Dominam novas técnicas, sobretudo associadas à tecnologia, e sua linguagem política é menos engessada, se comparada aos grupos tradicionais de organizações de juventude de esquerda. O transporte é entendido então como uma questão transversal a diversas outras pautas urbanas. Tal constatação amplia o trabalho do MPL, que deixa de se limitar às escolas, para adentrar em bairros, comunidades e ocupações, numa estratégia de aliança com outros movimentos sociais – de moradia, cultura e saúde, entre outros.” (POMAR, 2013, p. 14 - 15).

Essas condições aliadas a outras mais objetivas, relacionadas ao desenvolvimento urbano no Brasil e aos problemas relativos ao transporte

público, possivelmente, criariam, em 2013, a explosão que levou cerca de dois milhões de pessoas às ruas no Brasil, segundo Gohn (2014).

No Brasil, as cidades crescem de acordo com as grandes corporações financeiras, sendo a pobreza, cada vez mais, expulsa para a periferia. O transporte público deveria assegurar o acesso à cidade como um todo e, ainda que seja estratégico para os deslocamentos de grande parte da população, ele é estabelecido em bases muito antigas, envolvendo concessões viciadas, que podem se perpetuar por anos, proporcionando lucros excessivos a empresários, que, não raro, financiam campanhas eleitorais.

É inegável que o Brasil vive uma crise de mobilidade urbana, a qual se deve, de acordo com Pomar (2013), a três fatores: ao regime de concessões, que permite lucros exorbitantes aos empresários; à organização política de desenvolvimento urbano, que não leva em conta a possibilidade de fazer reparações históricas na disputa dos espaços das cidades; aos incentivos fiscais, por parte do governo federal, à indústria automobilística, que incentiva as pessoas a, cada vez mais, se endividarem para ter seu veículo particular, o que acaba aumentando muito a frota automobilística nos últimos anos, gerando um trânsito caótico nas grandes cidades.

Vale dizer que a luta pelo passe livre não começou com o MPL, estando presente já há alguns anos na pauta do movimento estudantil. Possivelmente, o papel do MPL tenha sido o de trazer à tona novamente essa reivindicação e o debate sobre a possibilidade de o transporte público ser de fato público no Brasil.

2.2 Junho de 2013: as manifestações que tomaram as ruas do Brasil

No mês de março de 2013, o MPL organizou um protesto em Porto Alegre, o qual, rapidamente, alcançaria cidades, como São Paulo, Belém, Curitiba, Rio de Janeiro e Salvador, transformando-se em uma revolta popular de massa.

Governos, políticos, mídia e alguns setores da sociedade foram pegos completamente de surpresa. Afinal de contas, o Brasil era tido como um país em ascensão, com crescimento econômico invejável. Além disso, somos conhecidos como o país do futebol, e, justamente, 2013 seria o ano da Copa

das Confederações (de 15/junho a 1º/julho) e, em 2014, sediaríamos a tão sonhada Copa do Mundo.

Nada disso impediu que ruas de doze capitais brasileiras e de muitas outras cidades de porte médio do país fossem tomadas por uma onda de manifestações populares. Presume-se que por volta de dois milhões de pessoas participaram das manifestações em 2013, sendo que, no dia 20 de junho, auge dos protestos, mobilizaram-se cerca de um milhão de pessoas nas ruas.

A primeira manifestação do mês de junho aconteceu em São Paulo (organizada pelo MPL-SP), no dia 06, e a luta era contra o aumento da tarifa do transporte público. A partir desse dia, mais seis grandes atos aconteceram na cidade, estendendo-se para outros municípios do país.

O que havia sido desencadeado pelo aumento da tarifa do transporte foi, gradativamente, transformando-se em uma indignação face à situação política e seus desdobramentos. Conforme o movimento crescia no Brasil, as notícias advindas da mídia eram de que as reivindicações estavam assumindo um caráter cada vez mais variado. O que começara com a tarifa, estendia-se por melhorias na saúde, na educação, rechaço às Copas das Confederações e do Mundo (e todos os gastos para o país que elas incluíam), repulsa aos políticos e aos partidos políticos, chegando ao repúdio à grande parte das instituições, incluindo a imprensa tradicional, que teve alguns de seus veículos incendiados durante os protestos.

À exemplo do que já havia ocorrido em outros países do mundo, segundo Gohn (2014), os manifestantes do Brasil atuavam em coletivos não hierárquicos e com gestão descentralizada. De acordo com Fernandes & Roseno (2013), “Pela primeira vez na história do Brasil, um movimento social foi capaz de percorrer o território nacional em apenas 15 dias, mantendo-se nas capitais, no interior e nas periferias, sem que houvesse líderes, somente representantes que se alternavam” (FERNANDES & ROSENO, 2013, p.13).

Além disso, outro ponto em comum com os indignados de outros países, foi o fato de os protestos começarem a se organizar nas redes sociais, como *Facebook*, *Twitter*, *Youtube* e *Instagram*. Conforme dito anteriormente, os ativistas do MPL já vinham realizando manifestações em diversas cidades e as redes sociais eram muito utilizadas para discussões e organização dos

protestos, entretanto muitos internautas que não faziam parte do MPL articularam-se via redes sociais, contribuindo para a eclosão do movimento. Sendo assim, pode-se dizer que as manifestações de 2013 começaram com discussões entre estudantes ativistas, que através das redes sociais da internet, passariam a ser ativistas políticos digitais. De acordo com Maffesoli (2009), em sua obra “A República dos Bons Sentimentos”, a internet “[...] é para a sociedade de hoje o que a ágora²² era para as cidades gregas [...]”. (MAFFESOLI, 2009, p.27).

Conforme já citado, o primeiro protesto do mês de junho de 2013 ocorreu no dia 06, em São Paulo. Depois desse dia, ocorreram mais seis manifestações importantes, incluindo a do dia 20 de junho, sendo essa a última que conseguiu agregar um grande número de pessoas. A seguir, apresentaremos uma narrativa dos acontecimentos. Será tomada a cidade de São Paulo como referência, entretanto outras cidades serão citadas como exemplo paralelo. Essa escolha justifica-se pelo fato de o primeiro protesto das Manifestações de Junho de 2013 ter se dado na cidade em questão; além disso, São Paulo foi o epicentro dos protestos, sendo o local que mais influenciou a continuidade e a expansão das manifestações; e, finalmente, por ter sido a cidade que teve maior cobertura da mídia ao longo desse período, especialmente das revistas semanais, as quais terão seus editoriais analisados neste trabalho.

2.2.1 Primeiro ato em São Paulo (6 de junho – quinta-feira)²³

A causa do protesto do dia 06 foi o aumento das tarifas do transporte público em São Paulo (incluindo ônibus, metrô e trens), a qual passou de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, através de um decreto do dia 2 de junho. Segundo Gohn (2014), participaram desse protesto cerca de 2000 pessoas.

²² A “Ágora” era a praça principal na constituição da *pólis*, cidades gregas da Antiguidade clássica, sendo considerada o espaço público por excelência. Era nela que o cidadão grego convivia com o outro, onde ocorriam as discussões políticas e os tribunais populares. Era o espaço da cidadania. Por esse motivo, a ágora era considerada um símbolo da democracia direta, e, em especial, da democracia ateniense, na qual todos os cidadãos livres tinham igual voz e direito a voto.

²³ Imagens ilustrativas desse dia de protestos encontram-se no Anexo 1, ao final do trabalho.

A estratégia do MPL-SP era a realização de grandes atos em vias centrais, com pequeno intervalo de tempo entre eles. A ideia era fazer uma campanha intensa contra o aumento, porém de curta duração. Partidos políticos, como PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) e PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e Sindicato dos Metroviários participariam como aliados, mas sem poder de decisão sobre a organização das manifestações. Dessa forma, o MPL ganharia autonomia. Partindo desse entendimento, o movimento convocou, então, através de seu site, a primeira manifestação em São Paulo para o dia 6 de junho, uma quinta-feira:

No último domingo, dia 02 de junho, a prefeitura e o governo do Estado aumentaram o valor da tarifa no transporte público da capital paulista para 3,20. Apesar do argumento de que o aumento é abaixo da inflação e da promessa da implementação do bilhete único mensal, defendemos que todo aumento de tarifa é injusto e aumenta a exclusão social. No Brasil existem mais de 37 milhões de pessoas que não podem usar o transporte público por causa dos altos valores das passagens. O Passe Livre luta junto à população por um transporte público de qualidade e pela tarifa zero para todos. (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 28).

No dia marcado, às 18h (horário de *rush*), os manifestantes partiram do Teatro Municipal de São Paulo. O protesto passou pelas principais vias radiais que ligam o centro à zona sul, percorrendo avenidas de grande visibilidade e postos-chave para a circulação na cidade: saiu do centro da cidade, seguiu pela Avenida 9 de Julho, indo em direção à Avenida 23 de Maio e, por último, Avenida Paulista – local “oficial” de protestos em São Paulo.

A polícia tentava conter os manifestantes e liberar as avenidas para circulação, mas não obtinha êxito na tentativa de dispersá-los. Com isso, o batalhão de choque foi acionado, fazendo uso de bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Começaram, então, as depredações, com pichações em prédios e lixeiras incendiadas. Alguns manifestantes fugiam, perseguidos pela polícia. Depois de horas de repressão policial, o saldo era de 15 manifestantes detidos e cerca de oito pessoas feridas.

Na manhã seguinte, a mídia divulgou o protesto como sendo um ato liderado pelo MPL e por jovens de alas radicais de partidos políticos de esquerda. Segundo Judensnaider et al., “No auge da tensão, o comandante da

operação policial, coronel Reynaldo Simões, dá a seguinte declaração à imprensa: Essas pessoas não estão a fim de se manifestar, mas sim de fazer baderna.” JUDENSNAIDER et al. (2013, p. 31).

No dia seguinte, os dois principais jornais do país (*Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo*) apresentaram cobertura negativa sobre o primeiro dia de protestos, trazendo as seguintes manchetes, respectivamente: “Vandalismo marca ato por transporte mais barato em SP” e “Protesto contra a tarifa acaba em depredação e caos em SP”.

Mesmo diante da situação, os manifestantes não recuaram. Os protestos tiveram continuidade nos dias seguintes e as principais vias de circulação na cidade continuaram sendo fechadas em horário de *rush*.

2.2.2 Segundo dia de protesto (07 de junho – sexta-feira)²⁴

Conforme dito anteriormente, a cobertura da imprensa, relativa ao ocorrido no dia anterior, foi completamente desfavorável aos manifestantes e às manifestações. O MPL, na tentativa de defender-se das acusações, publicou uma nota explicando que o início da violência tinha vindo por parte da polícia e que as depredações tinham sido uma resposta à repressão policial. Apesar de a cobertura feita pela imprensa ser desfavorável ao movimento, no dia 07, os manifestantes não se intimidaram e foram para as ruas novamente.

Nesse dia, a manifestação saiu do Largo do Batata (centro comercial do Bairro Pinheiros, em São Paulo), tendo os manifestantes se organizado através de convites feitos via redes sociais. Um grande número de pessoas desceu as escadas rolantes da Estação do Metrô Pinheiros, gritando “O povo acordou”. Partiram em direção à Marginal Pinheiros, uma das principais vias expressas da cidade de São Paulo, bloqueando-a completamente. Segundo estimativas da Polícia Militar, 5000 manifestantes se fizeram presentes.

Com o bloqueio da Marginal Pinheiros, a polícia interviu, fazendo uso de spray de pimenta, balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo. Nesse momento, segundo Judensnaider et al. (2013), os militantes do Black

²⁴ Imagens ilustrativas desse dia de protestos encontram-se no Anexo 2, ao final do trabalho.

Bloc²⁵ responderam à ação da polícia, entretanto assumiram uma postura mais “clássica”, articulando suas ações com as estratégias do MPL, protegendo os manifestantes, ao invés de expô-los a mais violência.

Nos dias 08 e 09 de junho (sábado e domingo, respectivamente), os meios de comunicação reforçavam a tese de vandalismo referente às manifestações e criticavam os manifestantes por bloquear as principais vias da cidade, gerando grandes congestionamentos. Ademais, o vandalismo estaria instigando o medo na população, já que havia notícias sobre o fechamento do comércio nos locais de protesto.

Diante desse contexto, a atuação repressiva da polícia é interpretada apenas como uma reação ao vandalismo. Exemplo disso é uma das manchetes do Jornal *Folha de São Paulo* do dia 07 de junho: “A PM²⁶ utilizou balas de borracha e gás para tentar conter depredação”. O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, também apoiou a ação policial. Segundo Judensnaider et al. (2013), ainda no dia 07, ele postou a seguinte mensagem em seu *Twitter*: “É dever da PMESP²⁷ proteger as pessoas, o patrimônio público e o direito de ir e vir.” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p.34)

Nos próximos dias, o assunto “manifestações” era pauta obrigatória nas redes sociais. A *timeline* de usuários do *Facebook* era repleta de textos, notícias sobre o assunto. Filmes eram postados no *Youtube*, e o *Twitter* e o *Instagram* traziam atualizações e fotos. Além disso, no *WhatsApp*, as pessoas trocavam informações sobre os acontecimentos.

No dia 10 de junho, o Rio de Janeiro aderiu aos protestos contra o aumento da tarifa de ônibus na cidade. Por volta de 300 manifestantes reuniram-se na Cinelândia, seguindo pelas principais vias da cidade, chegando a entrar em confronto com a polícia. Assim, depois de debates nas redes sociais e nas ruas, compartilhamentos e convites via redes sociais da internet,

²⁵ O Black Bloc nasceu na Alemanha, nos anos 80. Os manifestantes caracterizavam-se com máscaras e roupas pretas para não serem identificados pela polícia (por isso a denominação “bloco negro”). No fim da década de 80, atuava nas manifestações a fim de proteger os manifestantes da atuação da polícia. Na década de 90, nos protestos contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, o Black Bloc ressurgiu nos Estados Unidos como um grupo de protesto, visando a destruição da propriedade privada. É essa imagem do Black Bloc americano que povoa o imaginário do Black Bloc brasileiro.

²⁶ A sigla PM significa Polícia Militar.

²⁷ A sigla PMESP significa Polícia Militar do Estado de São Paulo.

as manifestações pareciam estar caminhando, cada vez mais, rumo ao seu crescimento.

2.2.3 Terceiro dia de protesto (11 de junho – terça-feira)²⁸

No final da tarde do dia 11, teve início o terceiro grande ato contra o aumento da tarifa do transporte público em São Paulo. Os manifestantes se concentraram na Avenida Paulista e seguiram até o Terminal Parque Dom Pedro, principal terminal de ônibus da zona central da capital. Durante o percurso, enfrentaram vários bloqueios policiais. Segundo o MPL, 15000 pessoas fizeram o trajeto.

No terminal, os manifestantes foram duramente atacados pela polícia e, ao retornarem para a Avenida paulista, novamente, cenas de violência foram vistas. De acordo com Gohn, nesse dia:

[...] 19 pessoas foram detidas, inclusive jornalistas, cerca de 100 pessoas foram feridas (manifestantes, jornalistas e policiais), 87 ônibus foram queimados ou apedrejados, vitrines quebradas, bancos depredados e estações de metrô danificadas. Uma das participantes do MPL disse na ocasião: 'Não temos controle; virou revolta popular' [...]. (GOHN, 2014, p. 27).

A revolta foi atribuída à forte repressão empregada pela polícia, que fez uso, contra os manifestantes, de balas de borracha, bombas de efeito moral e spray de pimenta.

No dia seguinte, quarta-feira, houve relatos, nos jornais, de vandalismo causado pelos manifestantes, ao passo que, nas redes sociais, vários outros relatos denunciavam a violência por parte da polícia. Na imprensa, a forma repressiva de agir da polícia, praticamente, não era considerada, sendo que a denúncia de vandalismo por parte dos manifestantes dominava as matérias jornalísticas. O começo da violência era atribuído aos manifestantes e a violência policial era atenuada, no sentido de que era vista apenas como reação. O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o prefeito, Fernando Haddad, condenaram o que chamaram de vandalismo por parte dos manifestantes nos

²⁸Imagens ilustrativas desse dia de protestos encontram-se no Anexo 3, ao final do trabalho.

protestos, e o governador apoiou a ação da polícia. Os enfrentamentos entre manifestantes e policiais continuariam e as manifestações ganhariam ainda mais força.

2.2.4 Quarto dia de protesto (13 de junho – quinta-feira)²⁹

Esse ato teve grande importância no processo das Manifestações de Junho de 2013, pois marcou uma mudança de posicionamento significativo da sociedade com relação às manifestações, que passou a apoiá-las e, a partir daí, saiu às ruas para se manifestar também.

No dia 13, segundo a PM, em São Paulo, participaram 5.000 pessoas; já de acordo com o MPL, 20.000 pessoas se fizeram presentes. Cidades, como Natal, Maceió, Rio de Janeiro, Sorocaba e Porto Alegre, tiveram suas ruas ocupadas por manifestantes.

Nesse dia, com base nos conflitos ocorridos no dia 11, a Polícia Militar de São Paulo acionou o Batalhão de Choque e a ordem recebida era resguardar, a qualquer preço, a Avenida Paulista, local principal das manifestações. O ato deveria terminar na Praça Roosevelt, mas um grupo de manifestantes resolveu seguir até a Avenida Paulista. Chegando lá, o cordão de isolamento foi rompido pelos participantes e, a partir daí, teve início uma guerra urbana, com Batalhão de Choque de um lado e manifestantes de outro.

A violência, que já havia feito parte do protesto anterior, intensificou-se ainda mais. Jornalistas e manifestantes acabaram sendo atingidos por balas de borracha, spray de pimenta e intoxicados com gás lacrimogêneo. Bombas e tiros foram disparados em direção à multidão. De acordo com Fernandes & Roseno (2013), “Pessoas que sequer participavam do protesto, mas estavam nos arredores, em lojas e bares, também sofriam agressões por parte dos policiais. Não havia distinção entre imprensa, manifestante e transeunte. Qualquer um que estivesse próximo era atingido.” (FERNANDES & ROSENO, 2013, p. 19). Nesse dia, a repórter Juliana Vallone, do jornal *Folha de São Paulo*, foi ferida gravemente no olho por uma bala de borracha. Além dela,

²⁹ Imagens ilustrativas desse dia de protestos encontram-se no Anexo 4, ao final do trabalho.

mais sete profissionais da imprensa ficaram feridos. Ao final desse quarto ato, foram presos 192 manifestantes, além de várias pessoas ficarem feridas.

No dia seguinte, a foto da jornalista foi estampada em capas de vários jornais do Brasil, sendo o caso amplamente divulgado, além disso, inúmeros relatos de violência foram divulgados em redes sociais na internet. Associações nacionais e internacionais pelos direitos humanos e organizações jornalísticas se manifestaram contra as agressões acontecidas, criticando a violência policial. Desse momento em diante, sociedade civil e governantes, incluindo o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, passaram a criticar as ações violentas da polícia.

No final de semana seguinte (dias 15 e 16 de junho), a imprensa mudou seu discurso. Até então, o movimento vinha sendo desqualificado, acusado de não ter representatividade, de lutar por algo absurdo (afinal, eram “só” vinte centavos) e de se utilizar de violência e vandalismo. Depois da manifestação do dia 13, conforme já referido, em que jornalistas também foram alvo da violência policial, a maioria dos jornais de grande circulação nacional mudou o foco, passando a criticar a atuação da polícia. Indo mais além, alguns veículos de comunicação até começaram a admitir que a luta pelos vinte centavos nas passagens, a qual, até então, vinha sendo tratada como algo insignificante, era relevante. Inclusive, uma pesquisa foi divulgada em um dos principais jornais do país, apontando que os paulistanos vinham, há anos, insatisfeitos com o transporte público. Ademais, mesmo não sendo possível perceber quaisquer outras reivindicações significativas na noite de quinta-feira, que não a rejeição ao aumento das passagens, de acordo com Judensnaider et al., “[...] no fim de semana, diversos órgãos de imprensa começam a buscar novas motivações para os protestos.” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 141).

Com a repercussão da repressão policial, a dimensão dos protestos ampliou-se ainda mais. A partir daí, as manifestações ganharam adesão de um número cada vez maior de pessoas, não só na cidade de São Paulo, mas no Brasil inteiro, motivadas pela manutenção do direito de poderem se manifestar, contrariando, justamente, a atuação desproporcional da polícia.

Para o dia 17 (segunda-feira), o MPL chamou manifestações simultâneas para várias cidades do país, como Araraquara, Bauru, Campinas, Guarujá, Santos, Juiz de Fora, Belo Horizonte, Vitória, Sorocaba, Florianópolis,

Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Brasília, Belém, Goiânia, Recife, Maceió, Salvador, Fortaleza, entre outras. Além disso, foram marcadas manifestações, também para o dia 17, em 27 cidades pelo mundo, em apoio às manifestações no Brasil. As *hashtags* *#mudabrasil*, *#changebrasil* e *#ogiganteacordou* passaram a dominar as redes sociais.

Em suma, na manifestação do dia 13, a ação truculenta da polícia tinha o objetivo claro de conter os manifestantes. Entretanto, a estratégia teve um efeito contrário ao pretendido, pois foi, justamente, em função da revolta provocada pelo modo de ação da polícia, que o movimento começou a crescer, ganhando apoio e legitimidade.

2.2.5 Quinto dia de protesto (17 de junho – segunda-feira)³⁰

Frente a um contexto de grande apoio às manifestações, militantes dão início ao quinto grande ato contra a tarifa de transporte urbano. Segundo Gohn (2014), esse protesto reuniu 65.000 pessoas, considerando apenas a cidade de São Paulo. De acordo com Judensnaider et al. (2013), no Brasil inteiro, centenas de milhares de manifestantes saíram às ruas, em mais de 30 cidades brasileiras, incluindo 13 capitais. Somente no Rio de Janeiro, cerca de 100.000 pessoas compareceram à manifestação. O movimento passava a ter cunho nacional.

Nesse dia, os protestos em São Paulo seguiram pacíficos durante suas cinco horas de duração. A polícia, depois de reprimir com dureza os manifestantes e ser fortemente criticada pelo governo do Estado (que a proibiu de usar armas letais) e pela imprensa, apenas acompanhou à distância o andamento da manifestação. Talvez em função disso, não ocorreram cenas de depredação ou vandalismo, também não houve registro de manifestantes feridos ou detidos. Um dos momentos que chamou a atenção foi quando alguns manifestantes pararam em frente à sede da TV Globo/São Paulo e proferiram palavras de ordem contra a emissora, acusando-a de fazer uma cobertura tendenciosa dos protestos. A partir daí, os repórteres da TV Globo continuaram a cobrir as manifestações, porém sem portar nada que pudesse identificar a emissora para a qual estavam trabalhando. Muitos se infiltravam no

³⁰ Imagens ilustrativas desse dia de protestos encontram-se no Anexo 5, ao final do trabalho.

meio dos manifestantes, como sendo mais um deles, e faziam imagens com seus próprios aparelhos celulares ou com câmeras escondidas. Nos próximos dias, não somente a Rede Globo, mas a mídia tradicional em geral acabou sendo hostilizada pelos manifestantes, que a acusavam de extrema parcialidade e tendenciosismo.

Apenas, no Rio de Janeiro, houve cenas de violência quando os manifestantes ocuparam a Assembleia Legislativa. Também nesse quinto ato, militantes, em Brasília, ocuparam a Esplanada dos Ministérios e subiram para o teto do Congresso Nacional, depois de um final de semana de protestos, em virtude da abertura da Copa das Confederações.

Conjuntamente ao crescimento dos protestos, a pauta, que até a última manifestação voltava-se para a tarifa do transporte público, nesse dia, mostrava-se bastante ampliada. As demandas envolviam defesa de direito à manifestação (dada a forte repressão policial sofrida pelos manifestantes nos dois últimos protestos), serviços públicos (saúde, educação) de melhor qualidade, revolta em função dos gastos excessivos com a Copa das Confederações e com a Copa do Mundo (que ocorreria em 2014), contra projetos que tramitavam no Congresso, como PEC-37³¹ e Cura Gay³², dentre outras. Tudo isso em meio ao rechaço à corrupção, aos partidos políticos e aos políticos. Várias pessoas foram às ruas de verde-amarelo, envoltas em bandeiras do Brasil, cantando o hino nacional. Dentre as palavras de ordem, um dos gritos mais difundidos: “Brasil, vamos acordar, o professor vale mais do que o Neymar³³.” A ideia de que o gigante, enfim, acordou, começou a tomar conta das ruas do país.

Com a notabilidade e grandiosidade que obtiveram os protestos, assumindo um cunho nacional, as manifestações ganharam legitimidade, passando a ser tratadas como sendo uma expressão/representação da democracia.

³¹ A PEC-37 (Proposta de Emenda à Constituição-37) foi proposta pelo deputado Lourival Mendes (PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil). Ela retirava o poder de investigação do Ministério Público, atribuindo exclusividade às polícias Civil e Federal na competência para apuração criminal. Foi votada alguns dias mais tarde, não sendo aprovada.

³² O projeto Cura Gay, de autoria do deputado Marco Feliciano (PSC – Partido Social Cristão), presidente à época da Comissão dos Direitos Humanos, na Câmara dos Deputados, propunha que a orientação sexual fosse entendida como condição patológica e fosse tratada como opção sexual por psicólogos. Esse projeto acabou sendo arquivado.

³³ Alusão a Neymar, conhecido jogador de futebol brasileiro, que atuava no exterior e na Seleção Brasileira, recebendo salários altíssimos.

2.2.6 Sexto dia de protesto (18 de junho – terça-feira)³⁴

Nesse dia, ocorreria o sexto grande protesto na cidade de São Paulo. Logo pela manhã, as notícias, via jornais, sobre as manifestações do dia anterior, focam na difusão de pauta. A ideia predominante é a de que as manifestações começaram por conta da tarifa de transporte público, mas se transformaram em uma grande insatisfação contra o governo. A mídia internacional passa a dar mais destaque às manifestações no Brasil, ainda sem conseguir entender como um protesto razoavelmente pequeno, ocorrido na cidade de São Paulo, no dia 06 do mesmo mês, com uma pauta considerada pontual e, até mesmo, utópica, pode ter dado origem a amplas manifestações em nível nacional, com pautas múltiplas.

Ainda durante o dia, cidades, como João Pessoa, Pelotas, Cuiabá, Porto Alegre, Recife e Foz do Iguaçu, têm suas tarifas de transporte público reduzidas. À tarde, pela primeira vez, depois do começo dos protestos, a Presidente Dilma Rousseff faz um pronunciamento dirigido aos brasileiros, o qual começa com a seguinte declaração: “Hoje o Brasil acordou mais forte”, reconhecendo a legitimidade das manifestações.

No final da tarde, tem início, então, o sexto grande ato, reunindo, segundo Fernandes & Roseno (2013), 50.000 pessoas apenas na cidade de São Paulo. Nesse dia, ocorreram manifestações em mais de quinze estados brasileiros.

Em São Paulo, o protesto começou tranquilo, porém, em pouco tempo, próximo à Prefeitura, lojas foram saqueadas, edifícios sofreram depredações e um ônibus da empresa Rede Record de Televisão foi incendiado, caracterizando mais um rechaço por parte dos manifestantes à mídia tradicional. Além disso, houve uma tentativa de arrombamento ao prédio da Prefeitura. Percebendo que a situação havia saído de controle, a Prefeitura acionou a Polícia Militar, entretanto, os policiais só apareceram três horas depois do começo dos protestos. De acordo com Judensnaider et. al (2013), após as manifestações do dia 13, a responsabilidade sobre os abusos praticados pela PM tinham recaído apenas sobre a corporação, quando, na

³⁴ Imagens ilustrativas desse dia de protestos encontram-se no Anexo 6, ao final do trabalho.

verdade, o Governo Estadual e a própria imprensa vinham pedindo mais rigor na ação da polícia nos protestos. Com isso, a PM estava se sentindo traída e, por esse motivo, teria demorado tanto para começar a agir. Com a chegada da Tropa de Choque, de acordo com Gohn (2014), 47 prisões foram efetuadas. Nesse dia, a presença dos Black Blocs foi amplamente divulgada pela mídia.

No dia seguinte, a imprensa divulgou a situação caótica da noite anterior, ainda que atribuindo a violência a grupos minoritários, e enfatizou a ausência da polícia. O Prefeito Fernando Haddad, após fazer reunião com o MPL (não tendo o resultado esperado) e tomar conhecimento de que a redução da tarifa havia se efetivado em várias cidades brasileiras, incluindo o Rio de Janeiro, não teve como suportar a pressão. Sendo assim, a eliminação do reajuste veio a ser confirmada no final da tarde, após reunião entre o prefeito, Fernando Haddad, e governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

2.2.7 Sétimo dia de protesto (20 de junho – quinta-feira)³⁵

Esse foi o dia em que o maior número de pessoas foi às ruas no Brasil. Segundo Gohn, “Em 20 de junho o 7º protesto reuniu mais de um milhão de pessoas em 75 cidades do país. Só no Rio, foram 300 mil.” (GOHN, 2014, p. 30). Os protestos ganharam uma proporção imensa. Não havia mais a pauta da redução da tarifa, mas continuavam as indignações das mais variadas ordens expressas em faixas e cartazes. “O gigante acordou”, “Desculpe o incômodo, estamos mudando o Brasil”, “O povo unido não precisa de partido”, “Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio... Ninguém podia protestar não, porque a PM sentava a mão”, “Queremos hospitais padrão FIFA³⁶”, “Menos corrupção, mais saúde e educação” são exemplos de cartazes que ficaram famosos à época e foram sendo reproduzidos em manifestações em diferentes cidades.

Ocorreram confrontos entre grupos pequenos de manifestantes e a polícia em vários municípios do Brasil. Em São Paulo, manifestantes com camisetas de partidos foram hostilizados e bandeiras partidárias foram

³⁵ Imagens ilustrativas desse dia de protestos encontram-se no Anexo 7, ao final do trabalho.

³⁶ A sigla FIFA quer dizer Federação Internacional de Futebol.

queimadas. Além disso, jornalistas de veículos da imprensa tradicional foram quase agredidos por alguns manifestantes.

No dia seguinte, o MPL divulgou que não chamaria outras manifestações naquele momento. Nesse mesmo dia, a presidente Dilma fez um pronunciamento em redes de rádio e TV, comprometendo-se a convocar governadores e outras autoridades para trabalhar na melhoria dos serviços públicos. Desse momento em diante, o foco na mídia foi o governo federal. Como resposta ao que exigiam as ruas, o Governo Federal e o Congresso Nacional, nos dias que se seguiram, tomaram algumas medidas emergenciais e votaram projetos populares. Os deputados derrubaram a PEC-37 e o projeto “cura gay” foi arquivado. A Presidente Dilma Rousseff propôs um plebiscito para reforma eleitoral, o qual esbarrou em fortes resistências da maioria dos congressistas e, até mesmo, de parcela do Poder Judiciário. Também foram sugeridos alguns acordos de pouco impacto referentes às áreas da saúde, educação e transporte.

Até o final do mês de junho, vários protestos ainda foram realizados no Brasil, principalmente nas cidades que sediaram os jogos da Copa das Confederações. Nesses momentos, os manifestantes buscavam confrontar os altos gastos com estádios de futebol em relação aos baixíssimos investimentos em serviços básicos, como educação, saúde e transporte.

2.3 Leituras sobre os acontecimentos no Brasil

Conforme expresse anteriormente, as Manifestações de Junho de 2013 no Brasil vieram na esteira de outros manifestos ocorridos em diversos países a partir do ano de 2011. Esses movimentos sociais, apesar de apresentarem motivações diferentes, de acordo com a realidade de cada país, evidenciam muitos pontos em comum, principalmente no que tange à ocupação do espaço público e à utilização de redes sociais da internet para discussão e divulgação dos acontecimentos. De acordo com Castells, os movimentos sociais compartilham o fato de serem formados por “[...] pessoas que, de fora das instituições, protestam contra o que elas identificam como injustiça, desigualdade, falta de democracia, falta de respeito à sua dignidade – que é uma palavra-chave em todos os movimentos.” (CASTELLS, 2015b, p. 28).

Tudo começou com o tema do transporte público e ganhou proporções inimagináveis, já que o Brasil, à época, passava por um momento de rápido desenvolvimento e ascensão social, aparecendo no noticiário internacional como uma promessa no cenário econômico globalizado. Dessa forma, as manifestações no país surpreenderam o mundo.

Conforme já referido, os protestos foram gerados pela luta do MPL, organizador das primeiras manifestações. Apesar de não estar na vitrine da pauta midiática, a luta do MPL e de outros movimentos sociais em prol do transporte público já havia começado há, pelo menos, dez anos. As manifestações em São Paulo tiveram início em virtude do aumento de vinte centavos na tarifa do transporte público, o que parecia, em princípio, muito pouco. Entretanto, no entendimento dos participantes do MPL, esses vinte centavos tinham um significado muito maior. Segundo o próprio Movimento Passe Livre – SP (2013), o transporte é um direito essencial, imprescindível para a concretização de outros direitos, uma vez que assegura o acesso a demais serviços públicos essenciais.

No Brasil, o transporte “público”, na verdade, é explorado por empresas privadas, que, obviamente, visam a ter lucro, o que faz com que os custos desse serviço tenham que ser elevados. Nas palavras de Iasi (2013), que associa, inclusive, concessões de transporte público a empresas privadas em troca de “contribuições” para campanhas eleitorais, pode-se entender um pouco melhor essa engrenagem:

Quando um movimento se articula para lutar contra o aumento das passagens, depara com a arrogante resposta da ordem: não é possível baixá-lo. Alegando uma planilha de custos impactada pela inflação, a *série do real se solda no discurso ideológico* da seguinte maneira: o sistema de transporte, custeado entre empresários, poder público e usuários, foi fundado num pacto de classes que espera oferecer serviços por meio de parcerias com o capital e que entregou a exploração do setor a empresas privadas. Essas empresas privadas financiam campanhas e depois cobram do poder público que mantenha as condições de sua lucratividade como condição para manter a oferta de serviço. Logo, as passagens têm de aumentar [...]” (IASI, 2013, p. 45).

Dessa forma, percebe-se que a luta pelo transporte público não é uma luta menor, no sentido de que o transporte é essencial para a efetivação de outros direitos dos cidadãos, ademais, não se trata de uma reivindicação

simples, uma vez que mantém uma estreita relação com os mecanismos que fazem parte do funcionamento do próprio sistema capitalista.

Pesquisa do Instituto de Pesquisas Datafolha³⁷, de 13 de junho de 2013, realizada na cidade de São Paulo, revelou que 73% dos paulistanos utilizavam o ônibus como principal forma de transporte diário, sendo que 84% dos usuários do transporte coletivo da cidade consideravam-no entre ruim/péssimo e regular, além do que, 68% julgavam (após o aumento de R\$ 3,00 para R\$ 3,20) as tarifas muito caras ou caras. Dessa forma, não faltavam aos paulistanos motivos relativos ao transporte público para protestar.

Até 13 de junho, dia do quarto protesto, as manifestações ficaram, praticamente, circunscritas à cidade de São Paulo, além de que a maioria dos participantes trazia em suas reivindicações uma pauta progressista, que tinha “[...] como centro a mobilidade urbana e a melhoria dos serviços de saúde e educação no setor público [...]” (AVRITZER, 2016, p. 81).

Importante mencionar novamente que, até esse ponto, os manifestantes eram tratados, sem distinção, pela mídia tradicional, como “vândalos”, alusão aos Black Blocs, ainda que, em alguns momentos, estes tenham agido, inclusive, para proteger aqueles das agressões sofridas por parte da polícia. Além disso, a participação em número dos Black Blocs não representava parcela considerável entre os manifestantes. Entretanto, faz-se relevante chamar atenção para o fato de que a sua participação, mesmo que através de ações consideradas violentas, contribuiu para que as manifestações ganhassem visibilidade.³⁸

No dia 13 de junho, conforme já referido, a violência da polícia foi tamanha que, inclusive, jornalistas e manifestantes pacíficos (que representavam a maioria dos participantes no protesto) foram feridos. Sabe-se que havia uma ligação muito próxima entre os protestos e o contexto criado

³⁷ Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/14/tarifa-de-onibus.pdf>. Acesso em: 22/06/2016.

³⁸ Vale mencionar que os Black Blocs são, em geral, muito recriminados pelos principais meios de comunicação, acusados de promoverem a violência, entretanto eles próprios não se consideram violentos, por não atingirem pessoas, atacando alvos que representam o capitalismo. De acordo com Dupuis-Déri, “Suas ações, inclusive, já foram elogiadas por manifestantes não violentos que sabem que a força é necessária em algumas ocasiões para aumentar a visibilidade e o dinamismo das campanhas.” (Dupuis-Déri, 2014, p.97). Além disso, ainda segundo o autor, “[...] o uso da força na arena política pode muito bem ser um meio eficaz de gerar debate e mudança em situações que, à primeira vista, parecem imutáveis.” (Dupuis-Déri, 2014, p. 95).

pelos grandes investimentos urbanos, envolvendo gastos públicos vultosos, em função da Copa das Confederações, cuja abertura ocorreria dois dias depois da Copa do Mundo (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016). Logicamente, havia um temor, por parte das autoridades, que os supostos “vândalos” comprometessem a imagem do Brasil perante o mundo. Sobre esse assunto, Vainer faz as seguintes colocações:

“De um lado, a repressão brutal e a rapidez com que a mídia e governos tentaram amedrontar e encurralar os movimentos deveu-se, ao menos em parte significativa, à preocupação em impedir que jovens irresponsáveis e “vândalos” manchassem a imagem do Brasil num momento em que os olhos do mundo estariam postos sobre o país, devido à Copa das Confederações. “Porrada neles.” (VAINER, 2013, p. 37).

Partindo da preocupação de que a imagem do Brasil pudesse sofrer comprometimentos em função dos protestos, a polícia foi orientada pelo governo estadual a manter a ordem a qualquer custo. Entretanto, a violência policial, ao invés de conter os manifestantes, surtiu um efeito contrário ao esperado e, a partir desse momento, as manifestações cresceram, ganhando adesão de um número cada vez maior de pessoas. Jornalistas também foram alvo da violência e a imprensa mudou seu foco: em vez de acusar os manifestantes de violentos, além de outras desqualificações, passou a criticar a atuação policial. Dessa forma, a violência exagerada por parte da polícia acabou funcionando como um ato simbólico, a partir do qual o movimento, realmente, explodiu. Segundo Avritzer,

“[...] as ruas foram completamente ocupadas após repressão policial da manifestação do dia 13 de junho em São Paulo. Todo movimento social se organiza a partir de um evento ou ato simbólico o qual canaliza adesões muito mais fortes do que o campo político que esse movimento consegue mobilizar. No caso de junho de 2013, a repressão brutal dos manifestantes pela Polícia Militar de São Paulo mudou as manifestações de patamar.” (AVRITZER, 2016, p. 71).

A partir do dia 13, além de as manifestações terem ganhado um número muito maior de adeptos (pessoas que se solidarizaram em função da violência sofrida pelos manifestantes e foram se unir a eles), outras mudanças importantes aconteceram, tanto no que se refere ao perfil dos militantes,

quanto no que tange à pauta das reivindicações (houve um deslocamento do tema do preço da tarifa de transporte para uma agenda muito mais ampla, incluindo saúde, educação, segurança pública, combate à corrupção etc.) Segundo Singer, “Inicia-se, então, a segunda etapa do movimento, com as manifestações, de 17, 18 e 20 de junho, quando alcança seu auge. Agora, outras frações da sociedade entram em cena, multiplicando por mil a potência dos protestos, mas simultaneamente tornando vagas suas demandas” (SINGER, 2013, p.25).

À medida que os protestos ampliaram-se, deixaram de ter o envolvimento de setores originários do MPL. Jovens, em sua maioria, pertencentes a uma classe média conservadora, aderiram ao movimento. Durante as manifestações, bandeiras de partidos políticos foram rechaçadas. Alguns dos cartazes dos protestos traziam a seguinte frase: “O povo unido não precisa de partido”. O movimento que havia começado apartidário – já que não seguia nenhum partido político – havia se tornado antipartidário – contra partidos políticos. De acordo com Chaui, “Não se luta suprimindo os partidos políticos, mas produzindo uma nova institucionalidade. E não há essa percepção por grande parte dos manifestantes.” (CHAUÍ, 2013, s/p). Na manifestação do dia 17, já ficavam evidentes, nos cartazes e faixas, as agendas de cunho conservador, dentre as quais, de acordo com Avritzer, pode-se mencionar as seguintes:

“[...] a infraestrutura urbana vista sob a ótica das vias públicas; o baixo nível dos serviços de saúde e educação, vistos sob a ótica de uma classe média recentemente expulsa dos serviços privados de saúde educação; e principalmente a corrupção vista sob a ótica de uma agenda despolitizada que nega a relação entre corrupção e organização do sistema político e a atribui ao governo petista.” (AVRITZER, 2016, p. 81).

Dessa forma, nessa segunda etapa das manifestações, as importantes mudanças que aconteceram deram novos rumos ao movimento, que, conforme já mencionado, cresceu imensamente em número de participantes, tendo sua pauta redefinida e ampliada, o que se relaciona também com a mudança de perfil dos manifestantes que aderiram ao movimento.

Segundo pesquisa IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), de 21/06/2013³⁹, através de dados coletados durante as manifestações do dia 20 de junho, em oito capitais brasileiras (São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Distrito Federal), pode-se ter uma ideia melhor sobre quem eram os manifestantes e suas motivações.

A pesquisa mostra que os manifestantes apresentavam o seguinte perfil: 50% eram homens e 50%, mulheres; 43% tinham entre 14 e 24 anos, 20% entre 25 e 29 anos, 18% entre 30 e 39 anos e 19% tinham 40 anos ou mais; 43% tinham ensino superior completo e 49% ensino médio completo ou ensino superior iniciado; 23% tinham renda familiar acima de 10 salários mínimos, 26% renda familiar acima de 5 até 10 salários mínimos e 30% tinham renda acima de 2 até 5 salários mínimos; 76% trabalhavam e 24% não trabalhavam (Tabela 1).

³⁹ Os dados dessa pesquisa foram coletados no dia 20/06/2013, entretanto foram publicados no dia 21/06/2013. Sua importância se deve ao fato de terem sido coletados em oito capitais do Brasil, e não apenas em São Paulo, como as demais pesquisas. Foram ouvidos 2002 manifestantes.

Disponível em: www.especial.g1.globo.com/fantastico/pesquisa-de-opiniao-publica-sobre-os-manifestantes/. Acesso em: 22/06/2016.

Tabela 1 – Perfil dos manifestantes da pesquisa IBOPE de 20 de junho de 2013

Perfil dos entrevistados		TOTAL
SEXO	Masculino	50%
	Feminino	50%
IDADE	14 a 24 anos	43%
	25 a 29 anos	20%
	30 a 39 anos	18%
	40 ou mais anos	19%
ESCOLARIDADE	Até colegial iniciado	8%
	Colegial completo ou ensino superior iniciado	49%
	Superior completo	43%
RENDAMENTO FAMILIAR	Até 2 salários mínimos	15%
	Acima de 2 até 5 salários mínimos	30%
	Acima de 5 até 10 salários mínimos	26%
	Acima de 10 salários mínimos	23%
	Não responderam	6%
FUNÇÃO REMUNERADA	Trabalham	76%
	Não trabalham	24%

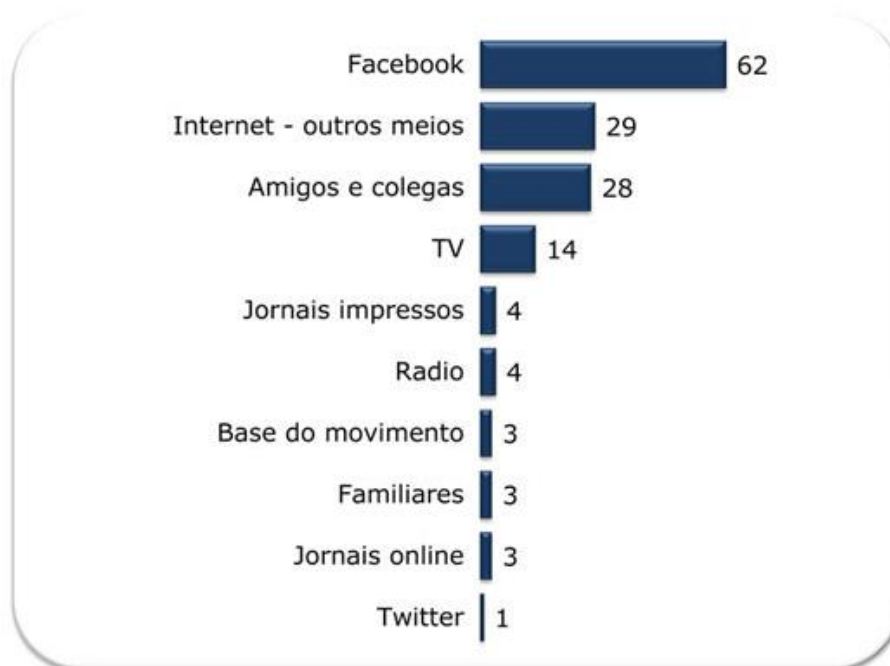
Fonte: IBOPE, 21 jun. 2013.

A pesquisa expõe que quase dois terços dos manifestantes eram jovens entre 14 e 29 anos, a maioria tinha ensino superior completo ou estava na universidade e quase metade tinha renda acima de 5 salários mínimos, o que confirma a tese de tratar-se, em sua maioria, de jovens pertencentes a famílias com uma renda média e com acesso à educação superior.

Ademais, a pesquisa confirma a importância das redes sociais da internet nos protestos. Quando perguntado aos manifestantes como haviam tomado conhecimento da manifestação, 62% responderam que através do *Facebook*⁴⁰ (Gráfico 1).

⁴⁰ Após as Manifestações de 2013, o *Facebook* mudou o sistema de comunicação. O número de convites para evento por usuário que, até então, era ilimitado, passou a ser limitado. Essa mudança, obviamente, se reflete nas divulgações dos eventos, já que os convites chegam para um número muito menor de pessoas. Em 2014, cada usuário poderia convidar 1500 amigos; em 2015, passou para 500 convites apenas. Atualmente, alguns usuários reclamam no fórum da referida rede social que conseguem enviar apenas 50 convites por evento. Disponível em: <https://www.facebook.com/help/202545109787461>. Acesso em: 15/01/2016.

Gráfico 1 – Mobilização através das redes sociais



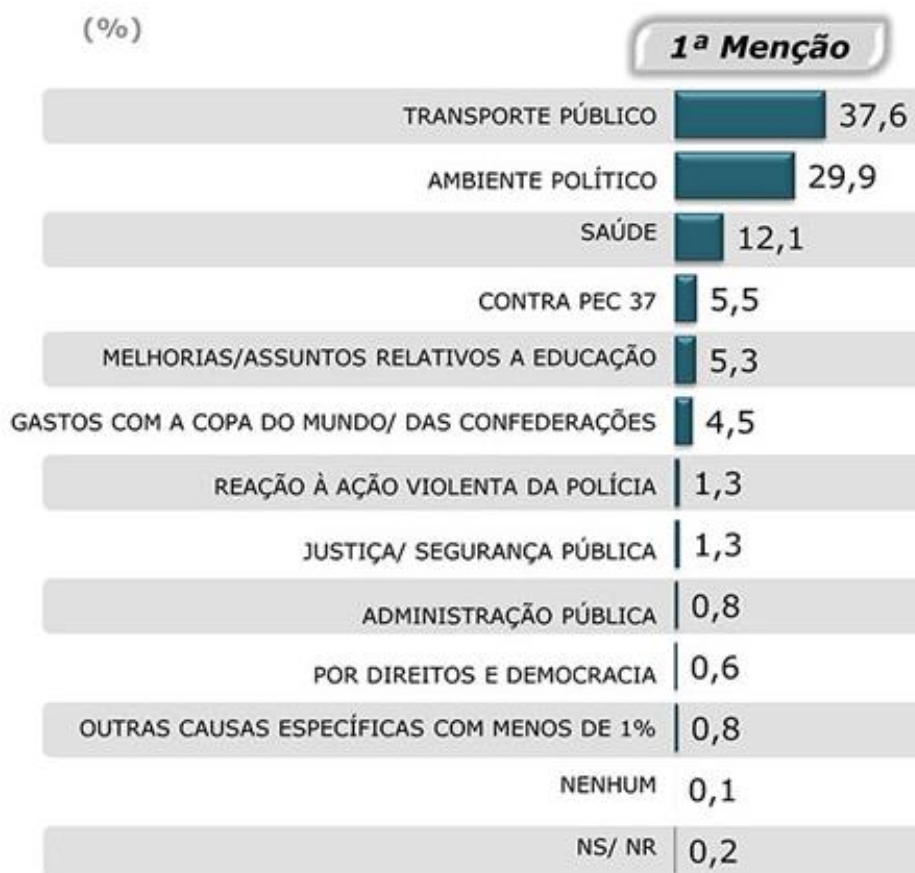
Fonte: IBOPE, 21 jun. 2013.

Os números são muito significativos, ou seja, quase dois terços dos manifestantes mobilizaram-se com o auxílio das redes sociais, comprovando sua importância nas manifestações do Brasil, a exemplo do que já havia ocorrido nos protestos no restante do mundo.

Ainda de acordo com a pesquisa IBOPE, esses manifestantes quando perguntados sobre qual a razão que os havia levado a participar das manifestações, três temas ocuparam os primeiros lugares: transporte público, ambiente político (contra a corrupção, desvio de dinheiro público, insatisfação com governantes em geral, contra o mensalão⁴¹, pelo fim da impunidade dos políticos, contra partidos e sistemas partidários) e saúde (Gráfico 2).

⁴¹ O termo “mensalão” foi usado pela primeira vez em 2005. É uma referência ao escândalo de corrupção política, o qual envolvia pagamento de propina a parlamentares para que votassem a favor dos projetos do governo federal. Foram acusados de participação membros do governo do então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, membros da alta cúpula do Partido dos Trabalhadores e dos partidos da base do governo.

Gráfico 2 – Razões para participar das manifestações
Quais as reivindicações que levaram você a participar das manifestações?

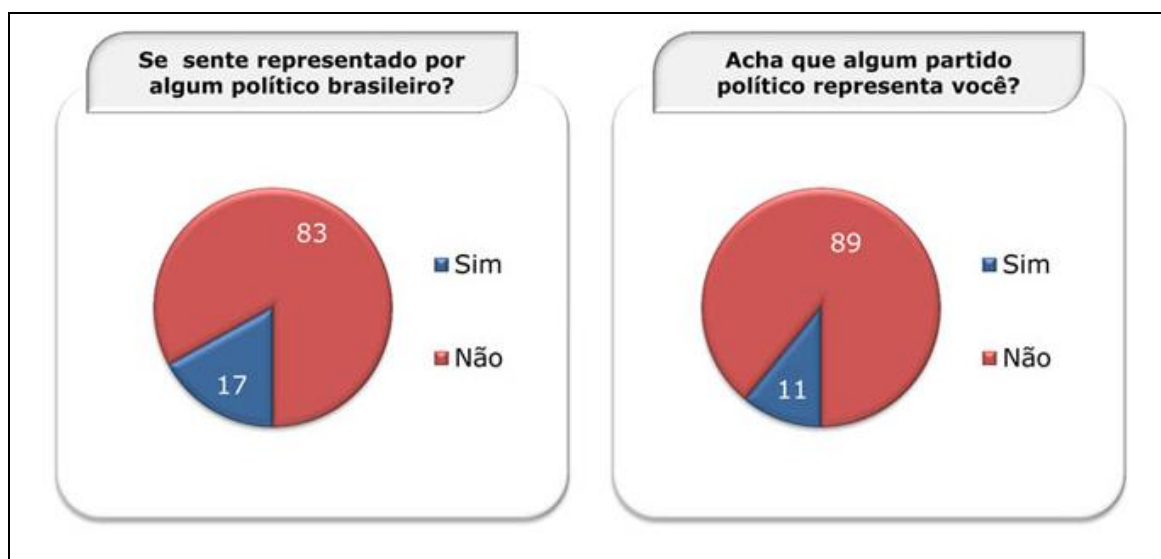


Fonte: IBOPE, 21 jun. 2013.

Essas razões citadas pelos manifestantes, apesar de parecerem muito variadas, se observarmos com mais atenção, perceberemos que quase todas têm relação com a corrupção política e com a qualificação dos serviços públicos.

O último tema abordado na pesquisa IBOPE relevante para o que se pretende analisar neste estudo tem relação com a representação política. Quando perguntados se sentiam-se representados por algum partido político ou se algum político os representava, os manifestantes, quase na sua totalidade, responderam que não (Figura 1).

Figura 1 – Representação política



Fonte: IBOPE, 21 jun. 2013.

Pesquisa efetuada pelo Instituto de Pesquisas Datafolha, do dia 18/06/2013⁴², realizada com moradores da cidade de São Paulo, já revelava que a crise de representatividade e o desprestígio de algumas importantes instituições nacionais era bastante grave (Tabela 2).

Pergunta feita pela pesquisadora Datafolha: “Agora vou citar algumas instituições nacionais e gostaria que você me dissesse de cada uma se tem muito prestígio, pouco prestígio ou nenhum prestígio na sociedade brasileira.”⁴³

⁴² A referida pesquisa encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: www.media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/19/protestos-aumento-tarifa-11.pdf. Acesso em: 21/06/2016.

⁴³ Os percentuais de pessoas que se negaram a responder a pergunta ou não souberam responder não constam na tabela.

Tabela 2 – Prestígio das instituições nacionais

	18/06/2013		
	Muito	Pouco	Nenhum
Congresso Nacional	12	40	42
Forças Armadas	27	51	16
Igreja Católica	35	44	15
Imprensa	61	30	6
Poder Judiciário	20	55	16
Partidos políticos	16	35	44
Presidência da República e Ministérios	19	52	24
Igreja Universal do Reino de Deus	28	33	29
Sindicato dos trabalhadores	21	53	22
Redes sociais na internet	65	21	8

Fonte: Datafolha, 18 jun. 2013.

A partir os dados da Tabela 2, fica evidente o desprestígio, aos olhos da população, de várias instituições representativas. Por exemplo: 82% dos entrevistados acreditava que o Congresso Nacional tinha pouco ou nenhum prestígio (“prestígio” no sentido de valor sociocultural); 67% tinha a mesma opinião com relação às Forças Armadas; 59% sobre a Igreja Católica; 71% no que tangia ao Poder Judiciário; 80% com relação aos Partidos Políticos; 76% sobre a Presidência da República e Ministérios; 62% a respeito da Igreja Universal do Reino de Deus; 75% sobre Sindicato de Trabalhadores. Com relação à Imprensa e às Redes Sociais da Internet, a situação é diferente. Dentre os entrevistados, 61% acreditava que a Imprensa tinha muito prestígio e 65% atribuía o mesmo valor às Redes Sociais.

Analisando-se os dados, um fato importante a ser mencionado é que a imprensa apresentava um índice considerável de prestígio. Mesmo que, durante algumas manifestações, veículos de grandes e tradicionais empresas

de comunicação tenham sido queimados, com a acusação de que a imprensa manipula os fatos de acordo com sua ideologia, grande parte da sociedade ainda continuava atribuindo prestígio a ela. Relevante observar também que novos poderes surgiram, como as redes sociais da internet, as quais, conforme mencionado, para 65% dos entrevistados, assumiram grande prestígio. As redes sociais da internet passaram a ter mais prestígio do que a imprensa.

Em contrapartida, os poderes que eram sólidos, para usar uma expressão empregada por Zigmunt Bauman, começam a se liquefazer, passando a haver um enfraquecimento das instituições. O Estado e as instituições representativas andam em desacordo com as vontades de seus representados e a política institucional e partidária, cada vez mais, distancia-se dos cidadãos. Sendo assim, pouco prestígio é atribuído àquelas que deveriam ser importantes instituições nacionais representativas dos desejos/necessidades dos cidadãos.

Esse descontentamento do povo atingiu, à época, fortemente a presidente da república, Dilma Rousseff. Segundo pesquisa IBOPE/CNI (Confederação Nacional das Indústrias)⁴⁴, de julho de 2013, a popularidade da presidente Dilma caiu sensivelmente entre junho e julho. Essa queda teve relação direta com as manifestações públicas de junho de 2013, conforme demonstraram os dados. O percentual da população que avalia o governo como ótimo ou bom recuou de 55% para 31%, entre junho e julho. A aprovação da maneira de governar da presidente também teve queda de 71% para 45%. O percentual da população que dizia confiar em Dilma Rousseff caiu de 67% para 45% entre junho e julho e o percentual da população que não confiava na presidente subiu de 28% para 50%.

⁴⁴ A referida pesquisa está disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/CNI_IBOPE_edicao%20especial_jul2013_web.pdf. Acesso em: 10/05/2016.

Dilma Rousseff propôs um plebiscito para que a população pudesse fazer escolhas sobre a reforma política⁴⁵, uma das pautas das manifestações. Entretanto, a classe política, receosa de ter suas vantagens atingidas, apressou-se em barrar o plebiscito. A reforma política seria essencial para diminuir a corrupção no Brasil. Enquanto o sistema político for financiado pelo sistema privado, a corrupção vai continuar. A democracia não pode depender do dinheiro dos bancos e de outras empresas privadas. Não há democracia que possa se sustentar nesse sistema. No mínimo, seria necessária uma reforma que acabasse com o financiamento empresarial, que impusesse limites às doações de pessoas físicas, redução com gastos de campanhas e reorganização dos partidos. Sem, no mínimo, essas medidas, torna-se impossível resolver o problema a corrupção. Castells, refere-se ao Congresso do Brasil, ao barrar o plebiscito, como sendo um “Congresso grotesco”,

[...] No momento, a preocupação da classe política – de todos os matizes, mas sobretudo da oposição –, assim como da burocracia jurídica, é como frear esse plebiscito que ameaça com um curto-circuito o poder que ela detém de autorregular seus privilégios. Diatribes verbais de todo o tipo, desqualificações da intenção democratizante da presidenta, batalhas procedimentais e guerrilha judicial são a prova da profunda inquietude da classe política ante a possibilidade de aliança entre um movimento social autônomo e uma Presidente democrática e democratizante.” (CASTELLS, 2013, p.185).

Ainda de acordo com Castells, através das manifestações de 2013 no Brasil, o povo queria dizer um basta à corrupção, o que, na prática, acabou não acontecendo. “Como o instrumento de gestão política não funciona, os acordos programáticos ou de políticas concretas serão sempre desviados em função dos interesses dos de sempre [...]” (CASTELLS, 2013, p.184).

É inegável que, nos últimos anos no Brasil (especialmente, durante a gestão do Partido dos Trabalhadores – PT – no governo federal), houve uma

⁴⁵ Um dos problemas do sistema eleitoral brasileiro que estimula a corrupção é, por exemplo, a escolha pelo voto individualizado entre 100, 200 ou até 1.000 candidatos, que obriga os competidores a um gasto muito alto para se destacar entre os concorrentes. A busca desses recursos acaba, não raro, se afastando da legalidade e da ética, com desvio de recursos públicos, caixa dois etc. Com as insignificantes mudanças na lei eleitoral feitas em 2015, as empresas privadas ficam proibidas de doar diretamente aos candidatos ou aos partidos políticos, entretanto pessoas físicas podem continuar efetuando contribuições, ou seja, o financiamento das campanhas continua sendo financiado pelo setor privado. Esse é apenas um exemplo de que as mudanças não se deram de acordo com os anseios da população. Se houvesse sido feito um plebiscito, provavelmente, as mudanças tivessem sido muito mais profundas.

redução da pobreza, com políticas sociais redistributivas, entretanto, essas conquistas foram pequenas. Mais do que acesso à educação, é preciso educar com qualidade, mais do que ter no país um Sistema Único de Saúde público, é necessário que esse funcione. Vivemos em uma “pseudodemocracia”, como aponta Castells (2013). As pessoas podem escolher seus representantes, mas isso não é suficiente. O povo quer mais, quer um país livre da corrupção, quer viver em uma democracia em que a população possa ter acesso a serviços públicos de qualidade. De acordo com Sakamoto, “O paradigma do sistema político representativo está em grave crise por não ter dado respostas satisfatórias à sociedade [...]”. (SAKAMOTO, 2013, p. 96).

Nas Manifestações de Junho de 2013, uma das reclamações frequentes eram os altos impostos pagos no Brasil e o baixo retorno em termos de serviços públicos de qualidade. O que a maioria do povo não percebe é que a forma como é distribuído o pagamento de impostos no Brasil contribui imensamente para a situação de desigualdade em que o país se encontra e para que muitas pessoas não tenham acesso a serviços públicos de qualidade. Precisamos de uma reforma tributária. Há uma crença, segundo a qual a taxa tributária brasileira é altíssima. O problema não está em a carga tributária do país ser a “mais alta do mundo” (uma inverdade, já que ocupamos a 32ª posição entre 178 países)⁴⁶, mas em estar entre as mais injustas do planeta. Grandes grupos econômicos e os mais ricos usam seu poder político para criar leis que os isentem de impostos. Quem acaba pagando essa conta é a classe média e os assalariados. Faltam impostos sobre as grandes fortunas, por exemplo. O povo reclama que os brasileiros pagam impostos elevados, mas muitas pessoas não entendem que só estão pagando muito porque os ricos pagam o mínimo.

Em função dos elementos apresentados, o que se vivencia no Brasil, e em boa parte do mundo, é uma democracia dentro de uma visão liberal, com características muito próximas daquelas criticadas por Jacques Rancière, em sua obra “O ódio à democracia”. Segundo o autor:

⁴⁶ Dados oriundos da *Heritage Foundation*.

Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/etiqueta/fundacao-heritage/>. Acesso em: 16/01/2017.

[...] o que chamamos de democracia é um funcionamento estatal e governamental que é o exato contrário: eleitos eternos, que acumulam ou alternam funções municipais, estaduais, legislativas ou ministeriais, e veem a população como o elo fundamental da representação dos interesses locais [...]; partidos financiados por fraudes nos contratos públicos; empresários investindo uma quantidade colossal de dinheiro em busca de um mandato; donos de impérios midiáticos privados apoderando-se do império das mídias públicas por meio de suas funções públicas. Em resumo: apropriação da coisa pública por uma sólida aliança entre oligarquia estatal e a econômica.” (RANCIÈRE, 2014, p. 93).

Sobre as crises atuais da democracia e das instituições representativas, Lima (2013) chama atenção para o fato de que os grandes meios de comunicação trabalham sistematicamente na desqualificação dos políticos e da política em geral, insistindo na pauta da corrupção como grande responsável pelos problemas do Brasil. Segundo o autor, embora os partidos políticos tenham se distanciado da população e o PT, uma vez conquistado o poder, tenha deixado de lado a agenda da participação popular e da gestão participativa direta, nas palavras de Rolnik, “[...] caracterizar a origem da crise atual no campo moral “corrupção”, do qual só os políticos participam, é, no mínimo, altamente reducionista e pode resvalar para diversas formas de fascismo, no estilo ‘Melhor sem políticos’” (ROLNIK, 2013, p.11). Sem representações institucionais, nem mesmo essa frágil “democracia” que vivenciamos no Brasil hoje seria possível. A solução não é acabar com os políticos e com as instituições representativas, mas lutar por uma democracia mais autêntica, através de mudanças na gênese do próprio sistema político e governamental.

Ainda sobre as manifestações ocorridas no Brasil, incluindo os protestos a partir de 2011 ao redor do mundo, Žižek, em artigo publicado em 2013, aponta que essas são decorrentes do capitalismo global. Segundo o autor, no caso do Brasil, os protestos foram apenas desencadeados pelo aumento do preço do transporte público, sendo que o verdadeiro alvo da inquietação dos manifestantes é o capitalismo globalizado, ou seja, não são apenas problemas locais específicos. A sensação de desconforto e descontentamento compartilhada por manifestantes de muitos países ao redor do mundo se deve ao fato de que:

“A tendência geral do capitalismo global atual é direcionada à expansão do reino do mercado, combinada ao enclausuramento do espaço público, à diminuição dos serviços públicos (saúde, educação, cultura) e ao aumento do funcionamento autoritário do poder político(...) O que une esses protestos é o fato de que nenhum deles pode ser reduzido a uma única questão, pois todos lidam com uma combinação específica de (pelo menos) duas questões: uma econômica, de maior ou menor radicalidade, e outra político-ideológica, que inclui desde demandas pela democracia até exigências para a superação da democracia multipartidária atual.” (ŽIŽEK, 2013, p.104).

Segundo o autor, o descontentamento dos manifestantes é com o capitalismo como sistema. A forma institucionalizada de democracia multipartidária representativa não basta para conter os excessos do capitalismo. Dessa forma, a democracia precisa ser reinventada. “Os protestos globais devem servir de lembrança ao fato de que temos a obrigação de pensar em alternativas.” (Žižek, 2013, p. 108).

Para finalizar, as manifestações de 2013 no Brasil surpreenderam, impactaram por sua magnitude, mas não obtiveram grandes resultados relativos às reivindicações expressas pelas multidões. Em termos estruturais (economia, serviços públicos), poucas mudanças substanciais foram efetivadas, além disso, na esfera política, houve apenas pequenas modificações na lei eleitoral. Sendo assim, o sistema político brasileiro continua sendo financiado pelo setor privado (ainda que as doações só possam ser feitas por pessoas físicas, e não mais por empresas), o que favorece a corrupção.

Como reflexo das manifestações, fica clara a queda de popularidade da então presidente da república Dilma Rousseff e de suas estruturas de sustentação (partidos políticos com um viés de esquerda, sindicatos, centrais sindicais). Logicamente, outros fatores contribuíram para baixar os índices de aprovação do governo, a começar pela crise econômica mundial de 2008, que trouxe reflexos graves para a economia mundial, principalmente para a economia de países dependentes das nações que detêm o poder no mundo.

Além disso, há que se considerar outros aspectos que se somaram para o enfraquecimento do governo petista, como o recuo programático após a chegada ao poder (o governo não enfrentou o grande capital, não realizou a reforma tributária, não alterou a política fiscal e a política de juros). Miguel

(2016), ainda que não deixe de reconhecer os pontos positivos do governo, aponta que esse frustrou aqueles que esperavam mudanças mais profundas e aceleradas. Ademais, houve uma visível cooptação de determinados movimentos sociais, como da UNE (União Nacional dos Estudantes), da UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) e da CUT (Central Única dos Trabalhadores), sendo que, na sua origem, o que o PT defendia era, justamente, a autonomia dos movimentos sociais. Em função disso, essas entidades, acusadas de serem próximas ao governo, perderam a capacidade de interlocução com suas bases. Somando-se a isso, o risco de perda de sustentação da presidente, a levou a fazer mais concessões, abrindo mais espaço para poder negociar apoio com partidos estranhos à sua linha programática.

Todos esses elementos contribuíram de forma significativa para seu *impeachment*, incluindo, segundo Lopes (2016) e Souza (2016), a “conspiração” da mídia, por meio de grupos de comunicação poderosos no Brasil. Depois de junho de 2013, Dilma Rousseff, além das dificuldades para a reeleição em 2014, passou a enfrentar uma queda brusca de popularidade e na avaliação do seu governo, o que facilitaria, mais tarde, a instalação do processo de *impeachment*. Na mesma proporção e velocidade, passou-se a observar o crescimento de manifestações ideologicamente à direita, incluindo um discurso fascista, que não era verificado, num período histórico mais recente, anterior a junho de 2013.

No capítulo seguinte, serão abordadas considerações sobre o Dialogismo Bakhtiniano, o qual embasa a análise linguística desta pesquisa. Serão trazidas informações mais gerais sobre os estudos de Bakhtin, além de conceitos específicos presentes na obra do autor, os quais são essenciais para a análise a ser apresentada.

CAPÍTULO III

O DIALOGISMO SOCIODISCURSIVO DE BAKHTIN E SEU CÍRCULO: “LUGAR” DE LEGITIMAÇÃO DA ANÁLISE LINGUÍSTICA

A análise linguística do presente trabalho embasa-se no Dialogismo Sociodiscursivo, proposto por Bakhtin. Algumas de suas obras publicadas foram assinadas por seus adeptos e discípulos, Voloshinov e Medvedev, entretanto pressupõe-se, pela linha de suas publicações, que as obras sejam, em grande parte, de sua autoria. Esse grupo, formado, então, por Bakhtin e seus seguidores, ficou conhecido como Círculo de Bakhtin.

Ao longo do capítulo, pretende-se apresentar algumas considerações mais gerais dos estudos realizados por Bakhtin, como as concepções de língua, linguagem, diálogo, enunciado/enunciação, além de conceitos mais específicos, os quais são valiosos à análise a ser apresentada, como ideologia, signo linguístico/ideológico, posição enunciativa e atitude responsiva.

Em seguida, serão trazidas algumas noções sobre os gêneros do discurso, incluindo-se considerações no que tange à dimensão expressiva do enunciado, especialmente sua entoação valorativa. Por fim, pretende-se abordar, especificamente, o editorial, gênero esse escolhido para compor o *corpus* desta pesquisa.

3.1 Considerações sobre a concepção dialógica da linguagem

Pode-se dizer que, na atualidade, os estudos da linguagem são fortemente influenciados pela obra de Bakhtin, sendo inegável sua contribuição para esse campo do saber. Tal pensador, além de demonstrar interesse pela produção estética, também se interessou pela filosofia, através de Kant, pelos estudos psicanalíticos de Freud e por outras áreas do conhecimento, dentre as quais, além de a linguística, a semiótica e a teoria literária. Interessava-lhe proporcionar um diálogo entre campos distintos da atividade humana. Tanto assim que uma de suas obras mais importantes é o seu livro *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento – o contexto de François Rabelais*.

No que tange à linguagem, Bakhtin não propôs, de modo efetivo, uma “teoria” do discurso. Entretanto, segundo Brait (2012), a junção de seus escritos proporcionou o surgimento do que se convencionou chamar “teoria dialógica do discurso”, a qual rompe com o formalismo, tanto no que diz respeito à sua concepção de linguagem quanto ao seu modo de entender a obra literária. Nesse sentido, mostra-se crítico veemente do subjetivismo idealista⁴⁷ e do objetivismo abstrato⁴⁸. Para ele, “A língua vive e evolui historicamente na *comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes.*” (BAKHTIN, 2012, p. 128; grifos do autor). Bakhtin concebe a linguagem como um fenômeno social da interação verbal, caracterizado pela multiplicidade de vozes oriundas das relações sociais. Sendo assim, nenhum discurso pode ser considerado individual. De acordo com o autor, o enunciado⁴⁹ só encontra vida através da interação entre sujeitos inseridos num contexto social, dentro de uma perspectiva dialógica. Em suas palavras:

Na vida, o discurso verbal é claramente não auto-suficiente. Ele nasce de uma situação pragmática extraverbal e mantém a conexão mais próxima possível com essa situação. Além disso, tal discurso é diretamente vinculado à vida em si e não pode ser divorciado dela sem perder sua significação. (BAKHTIN, 1976, p. 4).

A própria noção de dialogismo advém da ideia de que o discurso é constituído “na” e “pela” interação com outros discursos. Todo enunciado encontra-se imbuído de ecos e lembranças de enunciados alheios. Além de responder a enunciados precedentes, é sempre endereçado a um suposto interlocutor. Bakhtin (2011) deixa claro que o autor/enunciador sempre fala de um dado lugar, assumindo determinada posição enunciativa, a qual é estabelecida pela sua visão de mundo, pelos seus valores e com base na

⁴⁷ Sua crítica ao subjetivismo idealista é no sentido de privilegiar a criação individual na linguagem, dando ênfase ao subjetivismo da expressão no fenômeno linguístico.

⁴⁸ Critica também o objetivismo abstrato, baseado na concepção estruturalista de Saussure, que divide o sistema linguístico entre “langue” (imutável e social) e “parole” – fala – (dinâmica e individual).

⁴⁹ “Enunciado” é um conceito central no dialogismo. De acordo com Bakhtin (2012), o enunciado tem uma natureza social, sendo a unidade real de comunicação discursiva (a materialidade linguística). Um enunciado pode ser repetido em várias outras situações comunicativas. Entretanto, a cada vez que for repetido, ganhará outro sentido, pois estará inserido em outro momento histórico, em outra situação discursiva.

atitude responsiva de seu interlocutor. Partindo disso, o enunciador vai orientar suas enunciações de acordo com a situação (o que pode ser dito, como deve ser dito e para quem pode se falar).

Sendo assim, em qualquer forma de comunicação, aquele que enuncia estabelece um permanente diálogo com um destinatário, que tanto pode estar próximo quanto pode ser um possível interlocutor distante no tempo e no espaço. Através da enunciação, produto da interação social, interage-se com o outro, atua-se sobre ele, podendo levá-lo a aceitar o “dito” ou não. Segundo Bakhtin,

Desde o início, o enunciado se constrói levando em conta as atitudes responsivas, em prol das quais ele, em essência, é criado. O papel dos *outros*, para quem se constrói o enunciado, é excepcionalmente grande, como já sabemos. Já dissemos que esses outros, para os quais o meu pensamento pela primeira vez se torna um pensamento real (e deste modo também para mim mesmo), não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação discursiva. (BAKHTIN, 2011, p. 301; grifo do autor).

Nessa concepção, o enunciado é o lugar de manifestação das relações dialógicas, entendidas como processos através dos quais o discurso de um sujeito sobre certo objeto de sentido encontra-se com outros discursos sobre o mesmo objeto, estabelecendo com eles determinadas relações – que podem ser de concordância, de confronto, por exemplo – recaindo sobre o objeto, mas também sobre esses discursos outros. Ainda de acordo com Bakhtin, por meio dessas relações, todo discurso:

[...] encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por sua névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. O objeto está amarrado e penetrado por ideias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entonações. Orientado para o seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações. Ele se entrelaça com eles em interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros; e tudo isso pode formar substancialmente o discurso. (BAKHTIN, 2002, p. 86).

Dessa forma, toda enunciação toma contato com seu objeto já “iluminado” por discursos anteriores, o qual já vem entranhado de pontos de

vista e julgamentos outros. Ou seja, o outro é constitutivo, está sempre presente (seja através de memórias dos já ditos proferidos anteriormente, seja por meio de suas futuras atitudes responsivas). Sendo assim, não se pode ignorar o fato de que as enunciações, além de serem analisadas na perspectiva do enunciador, também devem ser consideradas na perspectiva dos interlocutores, estejam estes presentes ou não.

Para concluir, é importante ressaltar que essa abordagem (a qual considera o enunciado numa perspectiva dialógica, em que esse ao mesmo tempo em que é dirigido ao outro é fruto do diálogo que o próprio enunciador estabelece com sua leitura e conhecimento de mundo) possibilita uma concepção da linguagem inserida num diálogo permanente entre o histórico, o social, o cultural e o ideológico.

3.2 Linguagem, signo linguístico/ideológico e ideologia

Para Bakhtin, a linguagem está vinculada à interação social, realizando-se em diversas práticas sociais, em grupos diferentes, em momentos distintos, em todos os modos de comunicação. Dessa forma, a linguagem é tomada em sua realidade cotidiana, tendo a língua um caráter social e ideológico.

Bakhtin, ao contrário de Saussure, que trata a língua como um sistema sincrônico homogêneo, valoriza a fala, a qual, segundo ele, está sempre ligada às estruturas sociais. É na palavra que se defrontam os valores sociais divergentes, sendo os conflitos da língua reflexos das lutas de classe. Desse modo, conflitos que envolvem relações ideológicas de dominação e resistência na sociedade estão representados na linguagem, na comunicação verbal.

Para desenvolver suas ideias sobre ideologia, Bakhtin parte da relação desta com a linguagem, fazendo uso do método marxista. Nas palavras de Sobral (2012):

Merece destaque a presença nas obras do Círculo da noção marxista fundamental da primazia da vida vivida, do real concreto, como a origem da formação da consciência [...] A ideia de que é a existência que forma a consciência é uma das bases do pensamento bakhtiniano.” (SOBRAL, 2012a, p.19).

Dentro dessa abordagem marxista da filosofia da linguagem, Bakhtin estabelece relações entre linguagem e sociedade, tomando o signo⁵⁰ e a enunciação como sendo de natureza social, além de trazer em seus estudos o importante pressuposto marxista de que a existência determina a consciência.

Apesar de os estudos sobre ideologia propostos por Bakhtin seguirem uma linha marxista, algumas questões foram rebatidas e outras mais aprofundadas pelo Círculo. Um desses pontos tem relação com o fato de o tema ideologia ter sido tratado de modo muito mecanicista até aquele momento, inclusive dentro da teoria marxista. A filosofia idealista e a visão psicologista, que situam o nascimento da ideologia na consciência, desenvolvendo-se no interior de cada indivíduo e com a qual não se pode defrontar, não é aceita pelo Círculo. Bakhtin enfatiza que o conceito deve ser construído no movimento (não deve ser aceito como algo pronto e dado), entre a estabilidade e a instabilidade, o que possibilita a contestação do sistema e da estrutura, e não apenas a aceitação de suas contradições.

Segundo Miotello (2012), para desenvolver essa ideia, Bakhtin posta a ideologia oficial (relativamente estável e dominante) frente à ideologia do cotidiano (aquela que nasce nas relações cotidianas, relativamente instável). No cotidiano, nasce o nível mais primário da ideologia. Nesse nível, as mudanças ocorrem lentamente, através de ideias contraditórias, que originam uma nova forma ideológica, ainda inacabada. No nível oficial, movimentam-se conteúdos ideológicos formalizados, ancorados no poder. Este nível se impõe àquele, porém como as contradições sociais e econômicas ainda estão presentes na base da ideologia do cotidiano, a ideologia oficial vai sendo destruída, ao mesmo tempo em que aquela vai se incorporando nesta. Sendo assim, ambas estabelecem uma relação dialética, através da qual a ideologia

⁵⁰ Signo seria a palavra revestida de conteúdo ideológico. De acordo com Bakhtin, “Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. [...] E toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico. Converte-se, assim, em signo o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade.” (BAKHTIN, 2012, p. 31).

do cotidiano vai penetrando nas instituições ideológicas (imprensa, religião), renovando-as.

Ao mesmo tempo, ainda de acordo com Miotello (2012, p. 173), “Nesse sinal de renovação também está presente o sinal de refração da ideologia, pois que a classe dominante confere ao signo ideológico um caráter intangível, imutável.” Dentro desse contexto, de acordo com o pensador, nesse movimento entre concepções relativamente estáveis e instáveis, a ideologia é construída, através das relações sociais.

Esse jogo constante é determinado pelos signos. Todo signo, além de seu sentido físico-material e sócio-histórico, ainda adquire um ponto de vista, pois mostra a realidade a partir de um lugar valorativo, o que lhe atribui determinada ideologia. Sendo assim, todo signo é ideológico. De acordo com Miotello, na única definição de ideologia dada por um componente do Círculo, Voloshinov, em “Que é a linguagem”, escrito em 1930, lê-se o seguinte:

“Por ideologia, entendemos todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que tem lugar no cérebro do homem e se expressa por meio de palavras [...] ou outras formas sócio-psíquicas.” (VOLOSHINOV apud MIOTELLO, 2012, p. 169).

Como os signos se constituem na comunicação dos grupos sociais e se impregnam de sentidos de acordo com o interesse de cada grupo (podendo reproduzir a ordem social ou subvertê-la), a linguagem é o meio mais incontestável da realização do fenômeno ideológico.

Partindo-se, então, do pressuposto de que o signo é ideológico, uma vez que está indissoluvelmente ligado à situação social, e a ideologia é um reflexo das estruturas da sociedade, as variações linguísticas obedecem, principalmente, a leis de natureza social. Sendo assim, não se pode desconsiderar o fato de que o signo ideológico, ao mesmo tempo em que serve para exprimir a ideologia, é modelado por ela. Por conseguinte, se a língua é determinada pela ideologia, a consciência, sendo condicionada pela linguagem, é também determinada pela ideologia. De acordo com Yaguello, para Bakhtin,

[...] a palavra veicula, de maneira privilegiada, a ideologia; a ideologia é uma superestrutura, as transformações sociais da base refletem-se na ideologia e, portanto, na língua que as veicula [...] Bakhtin define a língua como expressão das relações e lutas sociais, veiculando e sofrendo o efeito destas lutas, servindo, ao mesmo tempo, de instrumento e de material. (YAGUELLO, 2012, p.17).

Dessa forma, não é a consciência que determina a ideologia, e sim a ideologia que determina a consciência, através da linguagem (veículo da ideologia), que vai condicionar o pensamento. Segundo Bakhtin (2012, p. 34; grifos do autor), “[...] *a própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material dos signos.*” Ou seja, a consciência só passa a existir quando se preenche de conteúdo ideológico (semiótico/sígnico), o que se dá através do processo de interação social. Assim, a ideologia não nasce na consciência, nasce no social. Ainda de acordo com as palavras do autor, “[...] mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social. A consciência individual é um fato socioideológico.” (BAKHTIN, 2012, p.35).

Ainda com relação aos signos, é importante mencionar que esses resultam de consensos entre indivíduos organizados socialmente, de acordo com as interações em que acontecem, além disso, são marcados pelo horizonte social de determinada época. Pode-se dizer que a realidade determina o signo e o signo reflete e refrata a realidade em transformação. Em função dessas particularidades, é importante a observação das seguintes regras metodológicas no estudo das ideologias:

1. Não separar a ideologia da realidade material do signo (colocando-o no campo da “consciência” ou em qualquer outra esfera fugidia e indefinível).
2. Não dissociar o signo das formas concretas da comunicação social (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizada e que não tem existência fora desse sistema, a não ser como objeto físico).
3. Não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material (infra-estrutura). (BAKHTIN, 2012, p. 45).

O ser, refletido no signo ideológico, pode também ser por ele refratado. O que é determinante para essa refração é a luta de classes. Como classes sociais distintas utilizam-se de uma mesma língua, nos signos ideológicos

confrontam-se índices de valor contraditórios. Assim, pode-se dizer que é no signo que se desenvolvem as lutas de classe. Ainda, segundo Bakhtin,

Na realidade, todo o signo ideológico vivo tem, como Jano, duas faces. Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras. Esta dialética interna do signo não se revela inteiramente a não ser nas épocas de crise social ou de comoção revolucionária. (BAKHTIN, 2012, p 48).

Com base no exposto, fica evidente a ideia de que todo o processo de interação traz em si marcas ideológicas, através de discursos permeados de apreciações valorativas em virtude da visão de mundo dos envolvidos, sujeitos atravessados pela história e pela linguagem, sujeitos estes que, ao mesmo tempo em que determinam o que dizem, são determinados pela exterioridade e pela ideologia. A partir disso, torna-se inviável considerar uma possível neutralidade da língua.

3.3 Os gêneros do discurso

Os gêneros discursivos estão muito presentes na obra do Círculo e foram abordados em várias de suas produções. O texto mais conhecido sobre esse conceito foi desenvolvido na obra *Estética da Criação Verbal* (Bakhtin, 2011). Trata-se de um adendo, intitulado “Os gêneros do discurso”.

De acordo com Bakhtin (2011), o emprego da língua se dá através do uso de enunciados, os quais são definidos pelas esferas/campos da atividade humana em que são produzidos. Tais enunciados, determinados por condições específicas e pelas finalidades de cada esfera, são chamados gêneros do discurso. Segundo Bakhtin:

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. [...] O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais ou escritos), concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. [...] cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 2011, p.261 e 262; grifos do autor).

Dessa forma, os gêneros do discurso são tratados como *tipos relativamente estáveis* de enunciados, ou seja, não são formas fixas (sofrem variações a cada vez em que são mobilizados), uma vez que, de acordo com Sobral (2011), são elaborados por sujeitos cujo agir sofre variações de acordo com as suas vivências e as suas relações sociais, o que demonstra que gênero não é uma categoria textual, mas discursiva. Além disso, suas variedades são infinitas, uma vez que refletem as possibilidades, também imensuráveis, das diferentes esferas da atividade humana, cada uma com seu próprio conjunto de gêneros.

As referidas esferas de atividade (esferas de produção, recepção e circulação) são abordadas pelo Círculo como sendo os imensuráveis campos sociais da comunicação discursiva. De acordo com Sobral (2009, p. 121), “As esferas de atividade são ‘regiões’ de recorte sociohistórico-ideológico do mundo, lugar de relações específicas entre os sujeitos, e não só em termos de linguagem.” Nesse sentido, o conceito de esfera é mais abrangente daquele que define “instituição”, já que compreende desde as relações mais cotidianas até aquelas mais formais, as quais fazem parte do aparato institucional do Estado. Nas palavras de Sobral,

[...] *esfera* tem um caráter mais amplo do que definições de instituição que se restringem àquilo que o Estado inclui em seu aparato. Para o Círculo, o simples fato do encontro casual de duas pessoas já é um evento institucional, uma relação social e histórica que envolve toda a sociedade, do ponto de vista de seus diferentes recortes possíveis num dado momento histórico. (SOBRAL, 2009, p. 121, grifo do autor).

De acordo com as esferas em que são produzidos e, conseqüentemente, seu grau de institucionalização, Bakhtin separa os gêneros em primários e secundários. Os gêneros que têm origem nas esferas cotidianas, resultados de interações verbais espontâneas, próprias da oralidade, são denominados gêneros primários. Já os gêneros que se manifestam nas esferas mais formais, próprios da linguagem escrita, são os chamados gêneros secundários.

Bakhtin (2011) considera a relação entre os gêneros primários e secundários e o processo histórico inerente à sua composição, enfatizando que os gêneros secundários surgem em condições sociais mais complexas e

organizadas e, em seu processo de formação, incorporam e reelaboram vários gêneros primários, que se formam em situações de comunicação discursiva imediata. De acordo com Sobral, “Cada esfera estabelece que gêneros podem ser produzidos e como o podem, suas maneiras típicas de recepção e onde e como circulam, algo sujeito a variações de acordo com as mudanças sociais e históricas”. (SOBRAL, 2011, p. 40).

Sendo os gêneros construídos histórica e socialmente, uma vez que se relacionam às diversas esferas e situações sociais, a base de sua escolha é o projeto enunciativo, ou seja, “a quem o enunciado se endereça”. Assim, é a relação enunciativa que vai determinar o gênero, que se materializa através da escolha do tema, da forma composicional e do estilo. Segundo Bakhtin,

“[...] enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo, não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional.” (BAKHTIN, 2011, p. 261).

Tema, forma de composição e estilo são conceitos empregados por Bakhtin no sentido de descrever os gêneros no que tange aos seus recursos linguísticos enunciativos. De acordo com Sobral (2011, p. 39, grifos do autor), “[...] *tema é o tópico do discurso como um todo*, aquilo que ele diz para além das palavras [...]”, não devendo ser confundido com o seu assunto. A construção composicional trata da forma como é construída/organizada a estrutura textual do gênero, podendo ser alterada de acordo com o projeto enunciativo. O estilo vai ser dado pela escolha dos meios linguísticos (recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais), de acordo com a imagem do interlocutor e de como se imagina sua compreensão responsiva do enunciado. Nas palavras de Sobral (2011, p. 39), “[...] estilo é a maneira específica de o autor de textos realizar seu projeto enunciativo respeitando seu tema e formas de composição.”

Conforme mencionado, no que se relaciona à construção de determinado gênero, a base das escolhas temáticas e do próprio gênero a ser desenvolvido está diretamente relacionada ao projeto discursivo do locutor, ou seja, a quem é endereçado o discurso. Também assumem uma importância crucial na construção do enunciado as condições de produção, ou seja, as

circunstâncias em que são feitas essas escolhas. Além disso, o locutor leva em consideração, ainda que, muitas vezes, de forma automática, as formas típicas composicionais, ou seja, as formas estáveis referentes ao gênero escolhido.

Bakhtin chama atenção para o fato de que todo enunciado possui um fim relativo passível de ser percebido pelo interlocutor (através de elementos, como: o próprio projeto enunciativo do locutor, a conclusibilidade – mesmo que relativa do objeto e do sentido – e as formas típicas composicionais), o qual permite uma compreensão ativamente responsiva por parte do interlocutor, a qual pode ser, segundo Bakhtin (2011, p. 275), “uma compreensão ativamente responsiva silenciosa do outro” ou “uma ação responsiva baseada nessa compreensão”. Sendo assim, a compreensão responsiva pode se realizar de modo imediato, através da ação, pode permanecer como compreensão responsiva silenciosa, ainda que, de acordo com Bakhtin (2011, p. 272), “[...] cedo ou tarde, o que foi ouvido e ativamente entendido responda nos discursos subsequentes ou no comportamento do ouvinte.”

Um outro traço relevante no que diz respeito ao enunciado é a relação que o próprio locutor estabelece com esse e com os demais participantes da comunicação discursiva, além de a relação estabelecida entre locutor e objeto. Essas relações vão ser importantíssimas no que se relaciona à dimensão expressiva do enunciado, o que afeta diretamente sua composição e estilo. Nas palavras de Sobral (2012b), “[...] a composição e o estilo do enunciado dependem da *expressividade*, ou caráter valorativo do enunciado, ou seja, a relação valorativa falante-objeto-ouvinte determina a escolha de todos os recursos linguísticos.” (SOBRAL, 2012b, p. 174, grifo do autor). Dessa forma, é acima de tudo, o aspecto expressivo que vai definir o estilo individual de enunciado. Ainda sobre esse tema, Bakhtin apresenta as seguintes ponderações:

A escolha dos meios linguísticos e dos gêneros de discurso é, antes de tudo, pelas tarefas (pela ideia) do sujeito do discurso (ou autor) centrado no objeto e no sentido. É o primeiro momento do enunciado que determina as suas peculiaridades estilístico-composicionais. O segundo elemento do enunciado, que lhe determina a composição e o estilo, é o elemento *expressivo*, isto é, a relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado. [...] um enunciado absolutamente neutro é impossível. A relação valorativa do falante com o objeto do seu discurso (seja qual for esse objeto) também determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado. (BAKHTIN, 2011, p. 289, grifo do autor).

Sendo assim, o enunciado é revelador da posição assumida pelo locutor, trazendo em si um julgamento de valor. As escolhas linguísticas e discursivas revelam uma dada entoação⁵¹ valorativa/expressiva presente no enunciado. Através da entoação valorativa, é possível perceber o tom assumido por determinadas expressões: se a expressão traduz alegria, júbilo, ironia ou sarcasmo, por exemplo. Sendo assim, é através de entoação valorativa que se expressa o julgamento de valor social. Entretanto, a entoação só pode ser entendida em sua profundidade quando o falante e (o)os interlocutor(es) comungam das mesmas avaliações presumidas. Nas palavras de Bakhtin,

A entoação só pode ser compreendida profundamente quando estamos em contato com os julgamentos de valor presumidos por um dado grupo social, qualquer que seja a extensão deste grupo. *A entoação sempre está na fronteira do verbal com o não-verbal, do dito com o não-dito.* (BAKHTIN, 1976, p. 7; grifos do autor).

O significado profundo de um enunciado não coincide com sua composição verbal, já que as palavras empregadas estão crivadas de presumidos. Dessa forma, sua compreensão é inviável, se não considerados conjuntamente o discurso verbal e a situação pragmática extraverbal.

Essa abordagem que considera o enunciado numa perspectiva dialógica, em que esse ao mesmo tempo em que é dirigido ao outro é fruto do diálogo que o enunciator estabelece com sua leitura e conhecimento de mundo, permeia, não apenas os estudos sobre os gêneros do discurso, mas toda a obra de Bakhtin e do Círculo, possibilitando, conforme já mencionado, uma concepção de linguagem inserida num diálogo constante entre o histórico, o social, o cultural e o ideológico.

Na seção a seguir, serão trazidas algumas considerações gerais sobre o gênero “editorial”, gênero esse que dá forma aos dados a serem analisados no presente trabalho.

⁵¹ Sobre a expressão “entoação”, cabe mencionar que, em algumas obras do Círculo, tal expressão é referida como “entoação” e, em outras, como “entonação”. Neste trabalho, sempre que a referência seja feita pela autora, será utilizado o termo “entoação”; quando, em citações extraídas de textos do Círculo ou de outros autores, será mantida a forma original.

3.4 Editorial: gênero jornalístico opinativo

Conforme abordado na seção anterior, a linguagem está presente em todos os campos/esferas da atividade humana. De acordo com Bakhtin, toda esfera de atividade, de acordo com suas condições e necessidades, elabora seus tipos “relativamente estáveis” de enunciados, que seriam os chamados gêneros discursivos.

O editorial, gênero ao qual se dedica este estudo, segundo Seixas (2009), é opinativo por excelência, uma vez que aborda ideias, trazendo argumentos, críticas, através dos quais define a posição do órgão de imprensa sobre os principais fatos da cena atual. Nesse sentido, Melo (1985, p. 79) caracteriza o editorial, deixando claro tratar-se de o gênero jornalístico que “expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento.” Azeredo & Angelim, resumem o contexto em que é produzido o editorial, observando tratar-se de um gênero em que

[...] “um autor” é o sujeito argumentador que “organiza a matéria linguageira numa estrutura argumentativa”, na modalidade escrita e no tipo monológico, sendo “participantes desse ato linguageiro” o autor do editorial e os leitores, num momento sócio-histórico-cultural “x”, ligados por um “contato de comunicação” no qual os leitores esperam ver comentado um fato de certa repercussão social do momento. (AZEREDO & ANGELIM, 1996, p.126).

Em geral, tanto editoriais de jornais quanto de revistas⁵², em relação ao conteúdo temático, trazem seu posicionamento sobre questões atuais relevantes (nacionais ou internacionais), envolvendo política, economia e administração. No que diz respeito à sua estrutura composicional, Faria & Zanchetta Jr. (2002) consideram a seguinte organização: apresentação do assunto; argumentação; conclusão; fecho. Entretanto, variações podem se dar, dependendo do projeto enunciativo.

⁵² Quando se faz referência a revistas, incluem-se as revistas semanais que tratam de temas variados de abrangência nacional e global, dentre os quais temas políticos, econômicos e culturais, além de, apesar de não ser seu foco principal, assuntos como tecnologia, ciência, ecologia e religião. As revistas *Veja* e *Carta Capital*, as quais terão seus editoriais analisados nessa pesquisa, são exemplos de tais veículos de comunicação. Serão abordados, no capítulo a seguir, detalhes específicos sobre as referidas revistas.

Beltrão (1980), também sobre o referido gênero, aponta quatro características importantes que lhe são inerentes, quais sejam: *impessoalidade* (ainda que o texto seja assinado, traz em si o posicionamento da instituição); *topicalidade* (o editorial trata de um único tópico, o que contribui para que seja objetivo na expressão do posicionamento); *condensabilidade* (texto relativamente curto e objetivo); *plasticidade* (valoração dos fatos que estão acontecendo, acompanhando-os no seu ritmo, nas suas variações).

O gênero em questão circula na esfera jornalística, a qual traz em sua essência a informação, incluindo o relato dos fatos e sua apreciação. Na opinião de Melo (2003), que analisa o modo como as mensagens jornalísticas infiltram-se na sociedade, essa esfera é um “aparato ideológico”, atuando como uma fábrica de produção de consciência, no sentido de influenciar pessoas e mobilizar grupos sociais.

Os editoriais podem ter como suporte de comunicação jornais ou revistas, veículos estes que se orientam pelas forças sociais que detêm seu controle. Sendo assim, cada instituição jornalística vai selecionar informações e lhes dar determinado sentido de acordo com sua apreensão e valoração da realidade. Nessa perspectiva, Alves Filho (2006), chama atenção para o fato de que, diferentemente de outros gêneros opinativos, no caso do editorial, o que ocorre é a “autoria institucional”, ou seja, “[...] a voz que fala e assume a conclusibilidade e a posição axiológica é a voz de uma empresa ou entidade [...]”. (ALVES FILHO, 2006, p. 81). Mesmo em casos em que o editorial seja assinado (em geral, pelo editor-chefe do veículo de comunicação), a voz que fala está representando a empresa, portanto produzirá um texto adequado aos valores por ela defendidos.

Entretanto, isso não significa que o editorial seja a opinião do proprietário da empresa, já que, nas palavras de Melo,

[...] nas sociedades capitalistas, o editorial reflete não exatamente a opinião dos seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização. Além dos acionistas majoritários, há financiadores que subsidiam a operação das empresas, existem anunciantes que carregam recursos regulares para os cofres da organização através da compra de espaço. (MELO, 1985, p. 79).

Além dos acionistas, financiadores e anunciantes, ainda segundo Melo (1985), o Estado também exerce influência no processo jornalístico, pelos controles exercidos no meio fiscal, previdenciário e financeiro. Dessa perspectiva, embora os jornais e revistas dirijam-se à opinião pública, travam uma relação de diálogo com o Estado. Segundo Melo,

[...] as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos. E não se trata de uma atitude voltada para perceber as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito. Significa muito mais um trabalho de “coação” do Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam. (Melo, 1985, p. 80).

Para finalizar, é importante chamar atenção para o fato de que, nesse sentido, os editoriais cumprem o papel de dialogar com o Estado, ou seja, a função de dialogar com os “donos do poder”, além de posicionar-se frente a importantes fatos cotidianos, num espaço permeado por ideias contraditórias e leitores com interesses diferentes.

Na sequência, será apresentado o capítulo sobre a metodologia adotada neste trabalho. Serão abordadas considerações sobre as revistas *Veja* e *Carta Capital*, as bases metodológicas da pesquisa, incluindo informações sobre os procedimentos de análise e interpretação dos dados.

CAPÍTULO IV

CONTEXTO E CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Antes de explanar os percursos metodológicos do presente estudo, é importante enfatizar que, seguindo-se a Teoria/Análise Dialógica do Discurso (ADD), parte-se dos dados para traçar os procedimentos metodológicos da pesquisa. Além disso, para efeitos de estudos da linguagem, não se pode perder de vista a historicidade, os sujeitos e o social.

Este capítulo apresenta a contextualização da pesquisa, trazendo seus objetivos e informações importantes sobre as revistas *Veja* e *Carta Capital*, além de os percursos metodológicos propriamente ditos, abordando desde o tipo de pesquisa e a seleção dos dados até os procedimentos de análise e interpretação.

4.1 Contextualização da pesquisa

Este trabalho, conforme já exposto anteriormente, analisa editoriais de revistas publicadas semanalmente (*Veja* e *Carta Capital*), as quais além de terem como foco principal informações, também trazem algumas matérias sobre entretenimento. Os dados remetem a junho de 2013, período histórico em que se destacaram as importantes manifestações de rua ocorridas no Brasil, as quais tiveram grande destaque na imprensa nacional e internacional.

Partindo-se dos editoriais (gênero que veicula a opinião oficial do órgão de imprensa sobre fatos importantes do momento), procura-se investigar o posicionamento desse importante veículo de informação (revistas semanais) sobre as manifestações do ano de 2013 no Brasil, além de, ao final, apresentar reflexões a respeito de sua influência nos acontecimentos sociopolíticos no país, posteriores ao junho de 2013.

A seguir, serão abordadas breves considerações sobre as revistas *Veja* e *Carta Capital*, veículo dos editoriais (objeto deste estudo).

4.1.2 Sobre as revistas *Veja* e *Carta Capital*

De acordo com a ADD, devemos analisar a linguagem levando em consideração outros elementos que o sistema linguístico fechado, dentre os quais o contexto de produção, a história, a cultura dos sujeitos, suas posições avaliativas. Seguindo-se esse raciocínio, faz-se importante trazer algumas considerações sobre o contexto das revistas *Veja* e *Carta Capital*, incluindo sua linha ideológica e o público a que se destinam.

A revista *Veja* foi fundada em 1968 por Victor Civita, inaugurando o gênero das revistas semanais de informação no Brasil. Inicialmente, foi dirigida pelo jornalista Mino Carta, um dos fundadores da revista *Carta Capital* e, hoje, seu editor-chefe. A *Veja* foi fundada com a ideia de voltar-se para o jornalismo investigativo. Entretanto, a partir dos anos 90, de acordo com Corrêa (2012), começaram a ganhar força na revista as matérias comportamentais, vindo o jornalismo investigativo a perder espaço para estas. Ainda segundo o autor, através da comercialização da revista por assinatura (que hoje representa 80% das vendas), *Veja* foi crescendo. Junto com esse crescimento, tornou-se também a revista com maior número de páginas destinadas a anúncios publicitários. Segundo Camargo (2012), a partir da década de 80, a revista passou a publicar denúncias sensacionalistas, sem uma verificação mais cuidadosa dos fatos, utilizando-se de um discurso que incrimina seus inimigos, normalmente posicionados mais à esquerda⁵³ politicamente.

A revista *Carta Capital* foi fundada em 1994, por Mino Carta. Quando lançada, sua periodicidade era mensal, depois passou a quinzenal e, mais tarde, em 2001, tornou-se semanal. *Carta Capital* não se transformou em uma potência midiática, tendo um número reduzido de jornalistas, além de ser a revista semanal de informações gerais que tem a menor tiragem no Brasil. Entretanto, além de ter uma redação comandada por Mino Carta, *Carta Capital*

⁵³ Faz-se importante tecer breves considerações sobre “ser de esquerda” ou “ser de direita”. De acordo com Bobbio (2011), os que consideram mais importante, para a boa convivência humana, aquilo comum que os une em uma coletividade, estão na *margem esquerda* e podem ser corretamente chamados de *igualitários*. Os que acham importante para a melhor convivência a diversidade e/ou a competitividade, estão na *margem direita* e podem ser chamados de *meritocratas*. De acordo com o autor, a esquerda busca, fundamentalmente, promover a igualdade social entre as pessoas. É um posicionamento político voltado à busca da transformação histórica, à alteração o *status quo*. Já a direita sustenta que a desigualdade é algo natural e intrínseco aos seres humanos, sendo assim, não eliminável. É um posicionamento político que prefere conservar as tradições vigentes.

reúne um time seletivo e plural de colunistas, reconhecidos por sua história, entre eles Delfim Netto, Luiz Gonzaga Belluzzo, Walter Maierovitch, Thomaz Wood, Marcos Coimbra, entre outros. Somando-se a isso, a partir de 2009, começou a publicar artigos traduzidos da *The Economist* (revista britânica, considerada uma das mais importantes entre as semanais do mundo). Além disso, também conta com publicações regulares do semanário britânico *The Observer*, tido como um dos mais tradicionais do Reino Unido.

Primeiramente, traçando-se um paralelo entre as duas revistas, observa-se que, ainda que ambas sejam tratadas como revistas de informação geral, tenham circulação semanal e se direcionem economicamente às classes A e B, quanto ao tamanho e ao alcance, as duas estão em patamares bem diferentes. Segundo Martins & Luca (2012), a revista *Veja* é considerada a quarta do mundo em sua categoria, além de ser a maior tiragem entre as revistas semanais brasileiras e de ser uma publicação da Editora Abril, considerada a maior editora de revistas do Brasil, ainda que, nos últimos anos, venha enfrentando uma crise financeira. Já a revista *Carta Capital* é editada pela pequena Editora Confiança, sendo a menor tiragem entre as quatro revistas semanais do gênero no país. Somando-se a essas diferenças, o que mais distancia as duas revistas é seu posicionamento ideológico, uma vez que a *Veja* apresenta um viés político-ideológico mais alinhado ao neoliberalismo, enquanto a *Carta Capital* assume-se como progressista. Inclusive, no site oficial desta última, encontra-se a seguinte informação: “[...] a semanal respeita a inteligência do seu leitor e tem orgulho de afirmar-se **progressista**, respeitadora da diversidade humana e defensora de um mundo mais justo para todos.”⁵⁴

Com relação aos “princípios” das duas editoras, o grupo Abril prioriza “**competitividade**, foco no cliente, **rentabilidade** e trabalho em equipe”⁵⁵, ao passo que a Editora Confiança tem como princípios básicos “**independência**, coragem, espírito investigativo e **confiabilidade**”⁵⁶. Chama atenção que o grupo responsável pela edição da *Veja* traz em seus princípios ideias como competição e lucro, ao passo que a Editora da *Carta Capital* apresenta, dentre

⁵⁴ Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>. Acesso em: 06/01/2017.

⁵⁵ Informação do site oficial do grupo Abril.

Disponível em: <http://www.grupoabril.com.br/pt/missao-e-valores>. Acesso em: 06/01/2017.

⁵⁶ Informação enviada por *email* à pesquisadora pela própria Editora Confiança, já que esse dado não se encontrava disponível no site oficial da editora.

seus princípios, confiabilidade, focando na apuração dos fatos, através de um jornalismo independente. Também, no site oficial do grupo Abril, lê-se “A Abril está empenhada em contribuir para [...] o **desenvolvimento da livre iniciativa** e o fortalecimento das instituições democráticas do país.”, além disso, objetiva: “Ser a companhia líder em multimídia integrada, **atendendo aos segmentos mais rentáveis** e de maior crescimento dos mercados de comunicação e educação.” Sendo assim, enquanto a revista *Carta Capital* assume-se como progressista, a revista *Veja* deixa transparecer em seu discurso um viés neoliberal, através da valorização da “competitividade”, da “rentabilidade”, do “desenvolvimento da livre iniciativa” e do “atendimento aos segmentos mais rentáveis”.

Sobre a crise financeira enfrentada pelo Grupo Abril e o capital externo da editora, é importante tecer algumas considerações. Apesar de reconhecido por sua magnitude, o Grupo Abril vem enfrentando uma crise financeira já há alguns anos. A editora Abril somava uma dívida de aproximadamente US\$ 500 milhões no final de 2005. À época, detinha 86,2% das ações e o grupo estadunidense, *Capital International*, 13,8%. Em maio de 2012, a *Naspers* adquiriu todas as ações do grupo americano, além de mais ações da própria família Civita, totalizando 30% do capital da editora Abril.

A *Naspers* é uma empresa sul-africana de mídia e comércio eletrônico. Segundo Rosário (2013), foi um dos sustentáculos do *apartheid* na África do Sul. Durante décadas, ela esteve estreitamente ligada ao Partido Nacional, à organização das elites africanas que legalizou o detestável e criminoso regime do *apartheid* no pós-Segunda Guerra Mundial. Dos quadros da empresa, saíram os três primeiros-ministros do *apartheid*. Segundo o reconhecido jornalista Renato Pompeo, em um artigo intitulado “A Abril e o *apartheid*”, publicado na Revista Caros Amigos, no ano de 2006, a *Naspers*, com a ajuda dos governos do *apartheid*, dos quais as publicações da empresa foram porta-vozes oficiais, evoluiu para se tornar o maior conglomerado da mídia impressa e eletrônica da África, atuando em dezenas de países. Atualmente, a família Civita e a *Naspers* controlam a editora.

Sobre a governança corporativa, no site do Grupo Abril, está escrito:

“A Abrilpar, holding da família Civita, controla a Abril Mídia, que tem um Conselho de Administração formado pelos membros da família Civita e do grupo de mídia sul-africano Naspers. O presidente da Abril Mídia se reporta a esse conselho e dirige os negócios de Mídia e Gráfica do Grupo.”⁵⁷

Mesmo com a venda de boa parte das ações da Abril à *Naspers*, os problemas financeiros não foram sanados. Dessa forma, em fevereiro de 2015, o Grupo Abril anunciou a venda da totalidade de suas ações da Abril Educação para fundos de investimento sob gestão da *Tarpon*, pertencente à elite do mercado financeiro brasileiro.

No sentido de trazer informações mais específicas sobre o universo das revistas semanais (focando principalmente em *Veja* e *Carta Capital*), é importante observar alguns dados⁵⁸ da ANER (Associação Nacional dos Editores de Revistas)⁵⁹. Os quadros 1, 2 e 3 trazem informações de 2013 (ano em que ocorreram as Manifestações de Junho no Brasil) até 2016. Esse recorte relativo ao período se deve ao fato de que, neste trabalho, busca-se relacionar os importantes fatos de junho de 2013, além de aspectos da conjuntura mais recente do país, com a posição enunciativa/ideológica das revistas.

A seguir, o Quadro 1 traz a circulação⁶⁰ média semanal (de 2013 a setembro de 2016) de todas as revistas semanais do Brasil.

⁵⁷ Disponível em: <http://www.grupoabril.com.br/pt/quem-somos/governanca-corporativa>. Acesso em: 18/01/2017.

⁵⁸ Todos os dados referentes às revistas apresentados nesta tese são relativos à sua versão impressa, cuja versão digitalizada fica disponível nos sites das editoras.

⁵⁹ Importante observar que os dados disponíveis no site da ANER só trazem informações até o ano de 2014. Por serem relevantes para este trabalho informações referentes a 2015 e 2016, a pesquisadora entrou em contato com a ANER, via *email*, solicitando o envio dos dados. Sendo assim, estes foram encaminhados pela própria ANER para a pesquisadora, não estando disponíveis em seu site. Também relevante mencionar que os dados da ANER são oriundos do IVC (Instituto Verificador de Circulação).

⁶⁰ É essencial chamar atenção para o fato de que este estudo utiliza, para efeito de contabilização de números no que tange às revistas, a “circulação” (número de exemplares que chegaram às mãos dos leitores), e não a “tiragem” (número de exemplares impressos). Essa escolha se deve ao fato de que muitos exemplares impressos postos à venda não são comprados, retornando às editoras. Sendo assim, os números referentes à circulação expressam melhor o alcance da revista.

Quadro 1 – Circulação média semanal de todas as revistas semanais nacionais

Circulação Média das Revistas (Somatório de todas as revistas semanais nacionais)	Ano			
	2013	2014	2015	2016
	3.130.752	2.720.559	2.448.549	2.101.780

Fonte: A autora, com base em dados ANER, 2013/2014/2015/2016.

Através do quadro 1, percebe-se que a circulação das revistas semanais no Brasil teve uma queda significativa de 2013 a 2016. Os números mostram um declínio de 22% (em menos de quatro anos), no somatório geral da circulação dessas revistas.

O quadro 2 retrata a situação das revistas *Veja* e *Carta Capital* neste cenário de queda na circulação das revistas semanais. De acordo com os dados, mesmo com a evidente crise do setor das revistas semanais no Brasil, em se comparando os números de 2013 com 2016, percebe-se que a revista *Veja*, ainda assim, teve um pequeno aumento em sua circulação⁶¹. Já a revista *Carta Capital* teve uma diminuição de cerca de 30% em sua circulação.

Quadro 2 – Circulação média semanal das revistas *Veja* e *Carta Capital*

Revista	Circulação média semanal			
	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016 (até setembro)
<i>Veja</i>	1.085.961	1.176.971	1.170.834	1.107.054
<i>Carta Capital</i>	30.072	29.718	25.594	22.473

Fonte: A autora, com base em dados ANER, 2013/2014/2015/2016.

Entretanto, de acordo com o quadro 3, percebe-se que essa diminuição em números não se reflete nos percentuais de circulação das revistas *Veja* e *Carta Capital* dentro do universo global das revistas semanais.

⁶¹ Ainda que o Grupo Abril venha passando por uma crise financeira, tal crise não se reflete nas vendas da Revista *Veja*, já que, de acordo com dados oficiais do IVC, de 2013 até 2016, as vendas da revista tiveram, inclusive, um certo aumento.

Quadro 3 – Percentual de vendas das revistas *Veja* e *Carta Capital* no mercado das revistas semanais

Revista	Percentual de vendas no mercado das revistas semanais			
	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
<i>Veja</i>	34,69%	43, 26%	47,82%	52,67%
<i>Carta Capital</i>	0,96%	1,09%	1, 05%	1,07%

Fonte: A autora, com base em dados ANER, 2013/2014/2015/2016.

Observa-se, através dos percentuais contidos no quadro 3, que, no universo da revistas semanais, a revista *Veja* vem crescendo e a *Carta Capital*, praticamente, se mantém estável. A *Veja* parte, no quadro apresentado, de um percentual de 34,69%, em 2013, chegando, em 2016, a um percentual de 52,67% no universo de todas as revistas semanais vendidas no Brasil, ou seja, atualmente, a *Veja* vende mais da metade do que vendem todas as outras revistas semanais.

Além de a circulação semanal da revista *Veja* ter números consideráveis (Quadro 2), deve-se atentar para o fato de que cada unidade da revista vendida se multiplica⁶², uma vez que muitos de seus compradores têm pessoas na família que, não raro, também a leem, ademais emprestam a revista após a leitura ou, mesmo, doam a outros leitores. Ainda, há muitos casos de empresas ou outros grupos sociais que assinam *Veja*, sendo um único exemplar lido por vários funcionários. Somando-se isso, a revista, através de suas matérias de capa (também abordadas pelo editorial), muitas vezes, é mencionada em jornais televisivos importantes, como por exemplo, no Jornal Nacional, veiculado pela Rede Globo (jornal televisivo de maior audiência no Brasil). Quando isso ocorre, sua versão e visão dos fatos é replicada milhões de vezes. Essas observações têm o sentido de deixar claro que o alcance de *Veja* é ainda maior do que os dados de circulação divulgados. Logicamente, os exemplares da *Carta Capital* também não são lidos só pelo comprador. O efeito

⁶² Apesar de a busca realizada pela pesquisadora, só foram encontrados dados sobre o efeito multiplicador da revista *Veja* no seu site de publicidade (Disponível em: <http://midiacompany.com.br/portfolio.html>. Acesso em: 2/11/2016). Foram encontrados dois dados, que podem dar uma ideia melhor sobre quantas pessoas leem a revista. Um dos dados publicados é que 64% dos compradores compartilham a revista, outro dado é que *Veja* tem 10,4 milhões de leitores em todo o Brasil. Sobre *Carta Capital*, nada foi encontrado.

multiplicador também ocorre, entretanto, como sua circulação, em números, é muito menor que a da *Veja*, não gera o mesmo impacto.

Com base no que nos revelam os dados dos quadros 2 e 3, é importante destacar que a *Carta Capital* vem sobrevivendo à crise, entretanto perdeu quase um terço de sua circulação. Já a revista *Veja*, contrariando a crise no setor, experimentou, nestes três anos aqui apresentados, um crescimento no mercado das revistas, ainda que sua circulação tenha se mantido estável.

Ainda, segundo dados da ANER, provavelmente pelas revistas semanais serem as mais lidas, são também as que mais publicam anúncios no Brasil. Nesse sentido, é importante destacar que a revista *Veja* ocupa uma média de 40% de suas páginas com anúncios publicitários, ao passo que a revista *Carta Capital* dispensa com anúncios por volta de 15% das páginas, ou seja, um número muito menor⁶³. O retorno financeiro obtido com a veiculação de anúncios publicitários tem muita importância para as revistas. Um anúncio de página inteira na revista *Veja* tem o valor de cerca de R\$ 400.000,00⁶⁴, já na *Carta Capital*, um anúncio do mesmo tamanho é vendido por cerca de R\$ 85.000,00⁶⁵. Os valores da *Veja* são bem superiores aos da *Carta Capital*, entretanto, considerando-se o porte desta última revista, esses valores são bastante consideráveis. A partir dessas informações, por motivos óbvios, fica claro que as revistas não apenas dialogam com seus leitores, mas também com seus anunciantes.

Com relação ao financiamento público através de anúncios, o meio revista tem experimentado uma grande queda no faturamento com verbas publicitárias federais, ainda que os valores permaneçam sendo relevantes. Rodrigues (2015), jornalista membro do Conselho Internacional de Jornalistas Investigativos, publicou um estudo que mostra o quanto a União tem gasto nos últimos anos (entre 2000 e 2014⁶⁶) com publicidade. Abaixo, no quadro 4, os dados relativos à revista *Veja*.

⁶³ Percentuais com base em verificação feita pela própria autora.

⁶⁴ Dado disponível em:

http://publiabril.abril.com.br/uploads/ckeditor/attachments/190/Tabela2016_Digital.pdf. Acesso em: 2/11/2016.

⁶⁵ Dado disponível em:

https://www.editoraconfianca.com.br/formatos_html/assets/editoraconfianca_20_07.pdf. Acesso em: 2/11/2016

⁶⁶ Não foram encontradas publicações sobre os anos de 2015 e 2016.

Quadro 4 – Gastos de publicidade da União na revista *Veja*⁶⁷

Ano	Veja		
	total geral - governo federal	só estatais federais	circulação média
2000	26.660.296	16.204.859	1.180.847
2001	32.281.496	24.775.947	1.162.107
2002	30.210.069	19.644.192	1.137.266
2003	40.152.345	33.579.458	1.104.040
2004	29.436.002	23.612.083	1.114.932
2005	35.031.506	31.076.189	1.118.789
2006	23.276.999	19.352.201	1.105.337
2007	26.733.357	22.295.789	1.098.642
2008	25.638.935	18.801.017	1.089.902
2009	43.698.077	33.221.164	1.097.485
2010	36.529.928	26.667.630	1.086.191
2011	34.750.484	24.635.169	1.074.563
2012	30.392.287	20.600.331	1.071.509
2013	25.421.076	17.418.439	1.040.291
2014	19.903.246	16.244.794	1.030.313
Total	460.116.104	348.129.263	

Fonte: (RODRIGUES, 2015, s/p).⁶⁸

Observando-se os números do “total geral” do governo federal, percebe-se que os valores recebidos pela revista *Veja*, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (de 2000 a 2002), oscilou pouco, sendo que o valor mais alto foi em 2002: R\$ 30.210.069. Já, no primeiro ano do governo Lula, o valor deu um salto: passou para R\$ 40.152.345. Em 2009, penúltimo ano do governo Lula, a revista chegou a ter cerca de R\$ 43,7 milhões dessas verbas. Em 2011, quando Dilma Rousseff assumiu, a *Veja* começou perdendo cerca de 2 milhões de reais do governo federal, sendo que, entre 2012 e 2014, seus valores baixaram cerca de 10 milhões de reais, o que é bastante significativo. Se compararmos o ano de 2009, valor mais alto investido durante o governo Lula (R\$ 43.698.077), com o último ano que consta no quadro (2014) do governo de Dilma Rousseff (R\$ 19.903.246), a revista perdeu mais da

⁶⁷ Valores em reais, corrigidos pelo indicador usado no governo, o IGP-M, da FGV.

⁶⁸ Disponível em: <http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2015/06/29/tv-globo-recebeu-r-62-bilhoes-de-publicidade-federal-com-pt-no-planalto/>. Acesso em: 20/01/2017.

metade do que ganhava com publicidade da União. Dessa forma, a *Veja* lucrou muito menos com a chegada de Dilma Rousseff ao poder.

O quadro a seguir, mostra o quanto a União gastou, nos últimos anos, com publicidade na revista *Carta Capital*.

Quadro 5 – Gastos de publicidade da União na revista *Carta Capital*⁶⁹

Ano	Carta Capital		
	total geral - governo federal	só estatais federais	circulação média
2000	1.251.880	1.066.045	n.d.
2001	516.649	368.213	n.d.
2002	1.213.368	754.153	n.d.
2003	4.295.743	3.384.731	n.d.
2004	5.107.030	4.226.759	n.d.
2005	4.126.837	3.337.041	34.297
2006	4.474.511	3.773.474	31.758
2007	5.573.106	5.144.788	31.845
2008	4.053.291	3.016.335	30.591
2009	7.448.530	4.780.163	31.703
2010	5.529.936	3.401.417	30.703
2011	7.408.846	3.671.499	28.154
2012	5.578.331	3.628.680	28.984
2013	4.342.099	3.087.406	30.072
2014	3.142.241	2.503.833	27.397
Total	64.062.398	46.144.537	

Fonte: (RODRIGUES, 2015, s/p).

Fazendo-se uma análise dos números do “total geral” do governo federal, observa-se que os valores recebidos pela revista *Carta Capital*, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (de 2000 a 2002), ficou bem abaixo do que a revista recebeu ao longo do governo Lula, sendo que o valor mais alto foi em 2007: R\$ 5.573.106. Ou seja, se compararmos o último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso (2002 – R\$ 1.213.368) com o primeiro ano do governo Lula, os valores foram praticamente quadruplicados (R\$ 4.295.743).

⁶⁹ Valores em reais, corrigidos pelo indicador usado no governo, o IGP-M, da FGV. Disponível em: <http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2015/06/29/tv-globo-recebeu-r-62-bilhoes-de-publicidade-federal-com-pt-no-planalto/>. Acesso em: 20/01/2017.

Em 2011, quando Dilma Rousseff assumiu o governo, a *Carta capital*, ao contrário da *Veja*, teve um aumento em seus valores: passando de R\$ 5.529.936 para R\$ 7.408.846. Entretanto, ao longo do governo, os valores foram baixando, chegando, em 2014, a R\$ 3.142.241. Se compararmos o ano de 2009, valor mais alto investido durante o governo Lula (R\$ 7.448.530), com o último ano que consta no quadro (2014) do governo de Dilma Rousseff (R\$ 3.142.241), a revista, assim como *Veja*, perdeu mais da metade de seus lucros com a União. Entretanto, mesmo que a *Carta Capital* tenha, ao longo do governo de Dilma Rousseff, diminuído seus lucros relativos à publicidade do governo federal, ao comparar-se a situação das duas revistas, percebe-se que *Veja*, de 2000 a 2014, perdeu praticamente uma terça parte de seus lucros com a União, ao passo que a *Carta Capital*, nesse mesmo período, quase triplicou seus ganhos com publicidade do governo federal.

Além desses dados e daqueles publicadas pela ANER, é possível acessar o site das editoras e ter contato com outras informações através do chamado *mídia kit*⁷⁰ de cada revista, destinado a assinantes e possíveis assinantes. No site do *mídia kit* 2016⁷¹, da *Veja*, a apresentação da revista se dá por meio da “Carta do Editor”, assinada por Roberto Civita. Nas palavras de Civita, “*Veja* continua sendo a maior, a mais influente e a mais prestigiada revista brasileira. Atribuímos isso aos seus mais de 8 milhões de leitores [...]” (PUBLIABRIL, 2016, p. 1). Já no *mídia kit* 2016⁷² da *Carta Capital*, a revista é apresentada através do enunciado “Mais que uma revista, uma marca com mais de 22 anos de credibilidade” (EDITORIA CONFIANÇA, 2016, p.1). Enquanto a revista *Veja* busca enfatizar a sua grandiosidade, ao apontar para seu prestígio e seu expressivo público leitor, a revista *Carta Capital* aponta para sua credibilidade, chamando atenção para o fato de estar há mais de 22 anos no mercado.

⁷⁰ O *mídia kit* trata-se de um arquivo em pdf, no qual são apresentados, além de a missão da cada revista e algumas de suas publicações, certos dados (segundo consta nos sites, a partir de pesquisas), como a tiragem, circulação, número de assinantes, perfil dos leitores, dentre outros.

⁷¹ Publiabril Disponível em: http://publiabril.abril.com.br/midia_kits?brand=Veja. Acesso em: 25/10/2016.

⁷² Editora Confiança Disponível em: https://www.editoraconfianca.com.br/formatos_html/assets/editoraconfianca_20_07.pdf. Acesso em: 25/10/2016.

Através do conteúdo expresso na missão de cada revista, o contraste entre ambas fica ainda mais evidente:

“Ser a maior e mais respeitada revista do Brasil. Ser a principal publicação brasileira em todos os sentidos. Não apenas em circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística, mas também em sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil. Essa é a missão da revista. Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos.”

Roberto Civita
(PUBLIABRIL, 2016, p.3)

“Qualidade é indispensável quando o objetivo é respeitar a audiência, na exposição da verdade factual, na fiscalização isenta do poder e na melhor lida com o vernáculo, diariamente aviltado por quem não sabe entender que jornalismo é uma forma importante e desafiadora de literatura. E no exercício do espírito crítico como motivador de vida inteligente.

Nada disso resulta na intenção de impor ideias, e sim de estimular o espírito crítico dos próprios leitores na elaboração de opiniões independentes, do pensamento nosso ou de quem quer que seja.”

Mino Carta
(EDITORA CONFIANÇA, 2016, p. 3)

Observa-se que Roberto Civita chama atenção para a magnitude de *Veja*, ao passo que Mino Carta demonstra preocupação com a qualidade de *Carta Capital*. Com relação às informações veiculadas e a visão sobre o leitor, também aparecem diferenças marcantes. Enquanto Civita declara a necessidade de consertar o Brasil, ao mesmo tempo em que menciona que, através da *Veja*, os leitores poderão entender melhor o mundo, Carta deixa claro que o objetivo da revista é motivar vida inteligente, sem impor ideias, estimulando o espírito crítico do leitor. No discurso de Civita não há espaço para autonomia, nem para o despertar de uma consciência crítica por parte do leitor, ao passo que, o discurso de Carta é permeado por essas ideias.

Dessa forma, os discursos apresentados pelas duas revistas são antagônicos, mostrando posicionamentos ideológicos bastante distintos. De acordo com Segurado (2005), *Veja* alinha-se à corrente ideológica neoliberal. Por outro lado, ainda segundo Segurado (2005), *Carta Capital* contrapõe-se aos ideais neoliberais, opondo-se ao emprego de recursos públicos para

financiar empresas particulares, apoiando políticas públicas de desenvolvimento econômico e inclusão social.

No que se refere ao perfil dos leitores⁷³, é importante observar alguns dados selecionados do *mídia kit* de cada revista, os quais são expostos no quadro a seguir.

Quadro 6 – Perfil dos assinantes das revistas *Veja* e *Carta Capital*

Revista	Perfil dos assinantes		
	Classe Social	Renda Familiar	Assinantes com pós-graduação
<i>Veja</i>	62% Classe A e B	56% acima de R\$ 15.000,00	55%
<i>Carta Capital</i>	78% Classe A e B	64% acima de R\$ 7.650,00	63%

Fontes: A autora, com base em dados Editora Confiança (2016) e Publiabril (2016).

O quadro acima mostra que as duas revistas apresentam, em sua maioria, assinantes das classes A e B (*Veja* com 62% e *Carta Capital* com 78%), os quais possuem uma renda familiar considerada alta, ainda que grande parte dos assinantes da *Veja* detenha quase o dobro da renda da maioria dos assinantes da *Carta Capital* (56% dos da revista *Veja* têm renda acima de R\$15.000,00; 64% dos da *Carta Capital* declaram renda acima de R\$7.650,00). Outro dado significativo diz respeito ao número de assinantes com pós-graduação, o qual representa mais da metade dos assinantes das revistas, sendo que 55% dos leitores da *Veja* e 63% dos leitores da *Carta Capital*.

A partir desses dados, é importante atentar para o fato de que ainda que os assinantes da *Veja* tenham renda familiar bem acima dos da *Carta Capital*, os assinantes com uma formação acadêmica mais qualificada é superior entre os desta última revista. Sendo assim, mesmo que os assinantes da *Veja* sejam mais bem remunerados no mercado de trabalho, a revista *Carta Capital* mantém maior notoriedade entre os com escolaridade elevada.

⁷³ Importante explicitar que foram selecionados apenas os dados relevantes para esta pesquisa.

Após essas considerações sobre as revistas *Veja* e *Carta Capital*, passa-se à abordagem do tipo de pesquisa e as bases metodológicas escolhidas para sua realização.

4.2 Tipo de pesquisa e suas bases metodológicas

O presente estudo de investigação, de cunho interpretativista, se propõe a realizar a análise de fenômenos sociais tomados a partir de um determinado contexto sócio-histórico, utilizando-se de uma abordagem de caráter qualitativo.

A pesquisa qualitativa, muito usada no campo das Ciências Humanas, volta-se para os fenômenos que envolvem os seres humanos no contexto em que esses se encontram inseridos. Nessa direção, objetiva compreender a forma como as experiências produzem sentido aos seus participantes, dando ênfase especial aos processos, os quais, nas palavras de Denzin & Lincoln (2006, p. 23) “[...] não podem ser examinados ou medidos experimentalmente em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência.” Desse modo, de acordo com Bogdan & Biklen (1994), esse tipo de investigação interessa-se pelo contexto e pelo processo, ao invés de olhar apenas para o resultado.

Ainda segundo Denzin & Lincoln (2006, p. 17), “A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo”, além de consistir em um “conjunto de práticas materiais e interpretativistas que dão visibilidade ao mundo, transformando-o em uma série de representações”. Ademais, essa modalidade de pesquisa busca entender as pessoas e os acontecimentos nas esferas em que circulam, considerando suas expressões e atitudes a partir do lugar social que ocupam. Sendo assim, é extremamente relevante nos estudos das relações sociais, uma vez que a pluralização das esferas da vida exigem uma sensibilidade especial para a análise empírica das questões de pesquisa.

Para Bogdan & Biklen (1994), a pesquisa qualitativa é definida através de cinco características, as quais podem estar ou não, ao mesmo tempo, presentes em um mesmo estudo. Essas particularidades podem ser resumidas da seguinte forma: a fonte direta dos dados é o ambiente natural, sendo gerados no contexto onde as práticas ocorrem e podem ser melhor entendidas; a investigação é descritiva, interessando ao pesquisador, após os dados descritos, analisá-los em toda sua riqueza; interessa o processo, ou seja, como

os significados são negociados pelos participantes da investigação; a compreensão do objeto de estudo vai sendo construída à medida em que se realiza o cruzamento dos dados, não tendo como objetivo a geração de dados para confirmar ou refutar hipóteses pré-estabelecidas; o modo como as pessoas dão significado às suas vidas é de fundamental importância para esse tipo de pesquisa.

No sentido de dar conta dessas concepções, o investigador qualitativo se utiliza de métodos flexíveis e variados. De modo algum isso pode ser interpretado como se os instrumentos de pesquisa não seguissem uma ordem ou, mesmo, abrissem mão do rigor científico. O que ocorre é que a metodologia qualitativa dá mais flexibilidade ao pesquisador no sentido desse ter liberdade para fazer suas escolhas, no que diz respeito aos instrumentos mais adequados para realizar sua pesquisa, os quais devem estabelecer um diálogo com os objetivos que a direcionam.

A pesquisa realizada neste trabalho é, portanto, de cunho qualitativo, além de ser do tipo documental, que, segundo Oliveira (2007), constitui-se em um tipo de investigação que considera dados primários, tais como reportagens, fotos, revistas, filmes, cartas e todos os tipos de materiais que ainda não receberam qualquer tipo de tratamento científico. Dessa forma, com base no objeto de análise desta investigação (os editoriais das revistas), pode-se defini-la como uma pesquisa qualitativa do tipo documental.

Nesse sentido, estabelecemos um diálogo entre estudos de pensadores contemporâneos que se dedicaram a estudar as grandes manifestações de rua no mundo e no Brasil (como Manuel Castells, Zygmunt Bauman, Carlo Bordoni, Slavoy Žižek, Boaventura Santos, dentre outros), além de dialogar também com as ideias sobre o poder da mídia (de John Thompson, Manuel Castells e Dênis de Moraes) e as concepções de linguagem bakhtinianas, recorrendo à pesquisa qualitativa e aos princípios da ADD.

Sendo assim, uma vez que se toma como base a ADD para a metodologia de análise, não se buscou um método fixo, com categorias pré-estabelecidas, mas sim uma ordem viável de análise, que melhor estabelecesse um diálogo com os objetivos da pesquisa. Nas palavras de Brait (2012):

“Sem querer (e sem poder) estabelecer uma definição do que seria uma análise/teoria dialógica do discurso, uma vez que esse fechamento significaria uma contradição em relação aos termos que a postulam, é possível explicitar seu embasamento constitutivo, ou seja, a indissolúvel relação existente entre língua, linguagens, história e sujeitos que instaura os estudos da linguagem como lugares de produção de conhecimento de forma comprometida, responsável, e não apenas como procedimento submetido a teorias e metodologias dominantes em determinadas épocas. Mais ainda, esse embasamento constitutivo diz respeito a uma concepção de linguagem, de construção e produção de sentidos apoiadas nas relações discursivas empreendidas por sujeitos historicamente situados. (BRAIT, 2012, p. 10).

Nesse sentido, Brait (2012) argumenta que a ADD parte da concepção Metalinguística, que tem como objeto as relações dialógicas, as quais são inerentemente extralinguísticas. Dentro disso, é importante mencionar que uma análise metalinguística não exclui o linguístico, uma vez que se complementam.

Em sua obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin, enfatiza que “a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta” e, a partir disso, propõe uma ordem metodológica para o estudo da linguagem, qual seja:

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza.
2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal.
3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação linguística habitual. (BAKHTIN, 2012, p.128, 129).

Em (1), temos as condições concretas dos dados, que devem ser consideradas. No caso deste estudo, a esfera a que pertencem as revistas em que são veiculados os editoriais (esfera jornalística), quem são os leitores das revistas, o momento histórico em que os editoriais foram veiculados, enfim todo o contexto extralinguístico que envolve a interação verbal. Em (2), temos os dados linguístico-discursivos, ou seja, a expressão específica do sujeito na situação. Em (3) devem estar contempladas as considerações sobre os aspectos linguísticos mais estritos.

Com relação aos estudos das ideologias (conceito caro neste trabalho), Bakhtin, na mesma obra citada acima, destaca as seguintes regras metodológicas que devem ser observadas:

1. *Não separar a ideologia da realidade material do signo* (colocando-o no campo da “consciência” ou em qualquer outra esfera fugidia e indefinível).
2. *Não dissociar o signo das formas concretas da comunicação social* (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizada e que não tem existência fora desse sistema, a não ser como objeto físico).
3. *Não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material* (infra-estrutura). (BAKHTIN, 2012, p. 45; grifos do autor).

Também na metodologia referente às ideologias, o extralinguístico se faz presente. Deve-se considerar que o signo faz parte da realidade material, de um sistema de comunicação social organizado, estando a comunicação intrinsecamente associada à base material.

A partir do exposto, fica claro que a ADD parte do entendimento de que a linguagem só pode ser compreendida em sua totalidade na historicidade e nas relações dialógicas. Seguindo essa linha, não estabelece um método fixo, com categorias fechadas de análise, sendo mais flexível, no sentido de possibilitar ao investigador escolher uma ordem de análise que melhor dialogue com os objetivos da pesquisa. Além dessa maior liberdade, extremamente importante para o pesquisador, esse é tido como o sujeito-autor, que não compreende sem julgamento de valor, ou seja, se busca compreender determinada realidade, seu modo de entender é inseparável de sua maneira de avaliar. Logicamente, ele pode ser mais ou menos valorativo, mas seu julgamento de valor sempre estará presente. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa, ao possibilitar o uso de métodos flexíveis e variados, valorizando o contexto que envolve a investigação, além de considerar que todo o texto tem autoria (até porque o pesquisador também é um sujeito), é um tipo de pesquisa bastante adequado para quando se toma como base a ADD e para quando se quer investigar fenômenos sociais.

A seguir, será explicitado como foi feita a seleção dos dados para compor o *corpus* da pesquisa, além de os procedimentos de análise e interpretação dos dados.

4.3 Seleção dos dados e procedimentos de análise e interpretação

As Manifestações de Junho de 2013 no Brasil foram um marco na história recente do país, uma vez que, ainda hoje, a política brasileira vive os desdobramentos daqueles episódios. Sendo esse um tema de grande relevância, conforme já mencionado no capítulo anterior, busca-se saber como dois veículos importantes de comunicação no Brasil, as revistas semanais *Veja* e *Carta Capital*, se posicionaram frente aos acontecimentos naquele período.

A escolha por revistas semanais de informação geral se deve ao fato de saber-se de sua importância, no sentido de, muitas vezes, pautarem o noticiário político nacional (principalmente, a revista *Veja*), além de serem conhecidas formadoras de opinião. Essa relevância também se reflete em números, uma vez que, somando-se a circulação semanal das quatro revistas de informação brasileiras, chega-se a cerca de 1,5 milhão, o que é bastante considerável.

A seleção das revistas *Veja* e *Carta Capital* tem relação com o fato de adotarem um viés ideológico diferente, conforme já explicitado anteriormente. Entre as três revistas semanais que seguem um viés mais conservador (*Veja*, *Época* e *IstoÉ*), a *Veja* foi a escolhida por ser a que tem a maior circulação. Já a escolha pela *Carta Capital* se deve ao fato de ser a única, dentre as quatro, que adota uma orientação mais progressista.

Sobre a decisão de selecionar editoriais destas revistas e não matérias do seu interior, por exemplo, tem a ver com a representação do editorial, o qual define a posição oficial da empresa diante dos fatos mais marcantes do momento.

Sendo assim, foram selecionados três editoriais para compor o *corpus* da pesquisa. Dois da revista *Veja* e um da revista *Carta Capital*. A ideia era comparar o posicionamento das revistas quando as manifestações começaram a ganhar força e, na semana seguinte, quando realmente explodiram. Isso foi possível com relação à revista *Veja*, uma vez que essa revista publica editorial semanalmente, entretanto, no que diz respeito à *Carta Capital*, foi impossível, visto que esse veículo de comunicação não traz editorial em todas as suas edições. Diante disso, foram selecionados dois editoriais da *Veja* (primeiro e segundo editoriais sobre as manifestações publicados na revista) e um da

Carta Capital (primeiro editorial publicado na revista sobre as manifestações). O primeiro editorial da *Veja*, intitulado, “Eles querem dizer alguma coisa” (Anexo 8), foi publicado na edição do dia 19 de junho de 2013; o segundo dessa revista, cujo título é “Sem medo do novo” (Anexo 9), foi publicado na edição de 26 de junho de 2013; o editorial da *Carta Capital*, “O PT ficou para trás” (Anexo 10), teve sua publicação na edição de 26 de junho de 2013, mesma data do segundo da *Veja*.

Após essas breves explicações sobre as escolhas de dados para compor o *corpus* da pesquisa, faz-se necessário tecer considerações acerca do tratamento dos dados para o procedimento de análise e interpretação.

Conforme Denzil & Lincoln (2006), nas pesquisas qualitativas, são possíveis as mais variadas estratégias de análises, envolvendo estudo de conteúdo, do discurso, de análises fonêmicas e, mesmo, estatísticas. Cabe ao pesquisador, diante da totalidade dos dados, definir a sistematização e os procedimentos metodológicos. Frente ao conjunto de dados, deve selecionar o que é mais significativo, de acordo com sua visão, e que esteja de acordo com os objetivos propostos e a concepção teórica escolhida para proceder à análise.

Nesta investigação, conforme já mencionado, a metodologia de análise e interpretação apoia-se na ADD, considerando os estudos de pensadores contemporâneos, da área da sociologia e da filosofia, que se dedicaram ao estudo das manifestações, a partir de 2011, no mundo, e, em 2013, no Brasil.

Na ADD, toma-se o discurso (enunciado) para o entendimento das questões que compreendem as atividades humanas. Na perspectiva dialógica, o enunciado é marcado por índices sociais de valor (que determinam as posições enunciativas/ideológicas dos sujeitos), sendo permeado por uma associação de vozes (presentes, passadas e futuras), as quais dão sentido à língua e às práticas sociais.

Sendo assim, com buscas a compreender os sentidos presentes no material discursivo selecionado, a pesquisadora estabelece com esse um diálogo, focando em certas marcas linguísticas que evidenciem acentos de valor. Nesse sentido, de acordo com Brait (2012), o pesquisador precisa estabelecer “um contato dialógico com o corpus selecionado”, ou seja, precisa assumir uma atitude responsiva diante dos dados, a fim de, com eles, poder

dialogar. Assim, dialoga-se com os dados, a partir da ADD e de estudos de pensadores contemporâneos sobre as manifestações.

Seguindo a perspectiva da ADD, para a análise dos dados, não se faz uso de categorias aplicáveis de forma mecânica aos discursos, entretanto, partindo-se dos dados e considerando-se os objetivos da pesquisa e o contexto de enunciação, foram estabelecidos eixos temáticos de análise. Brait (2012, p. 24) defende que, apesar de ser inadequada a aplicação de categorias de forma mecânica, é possível, dentro da ADD, “chegar a uma categoria, a um conceito, a uma noção, a partir da análise de um *corpus* discursivo, dos sujeitos e das relações que ele instaura.”

Partindo-se, então, do *corpus* discursivo, apresentam-se os eixos temáticos (tópicos organizadores) para a realização das análises dos dados. Nos quadros a seguir, de acordo com cada objetivo específico da pesquisa, é trazido um eixo temático de análise, construído a partir dos dados, e a forma utilizada para proceder à análise.

O quadro 7 traz a forma proposta para proceder à observação dos dados discursivos com relação ao modo como foi se construindo o olhar da revista *Veja* sobre as manifestações em junho de 2013.

Quadro 7 – Construção do olhar da revista *Veja* com relação às Manifestações de Junho de 2013 no Brasil

Objetivo Específico I - Analisar a construção do olhar da revista <i>Veja</i> com relações às Manifestações de Junho de 2013, através da comparação entre os dois primeiros editoriais publicados pela revista sobre os protestos.	
Eixo temático de análise	Forma utilizada para proceder à análise
A construção do olhar da revista <i>Veja</i> com relação às manifestações.	Análise e interpretação, em separado, do primeiro e do segundo editorial da revista <i>Veja</i> (anexos 8 e 9). Em seguida, comparação entre o olhar da revista veiculado em seu primeiro editorial em relação ao segundo.

Fonte: A autora.

O quadro 8 mostra o modo proposto para a realização da análise dos dados no que se refere à leitura das revistas *Veja* e *Carta Capital* sobre as manifestações, comparando seus posicionamentos.

Quadro 8 – Posições enunciativas/ideológicas de *Veja* e *Carta Capital* sobre os protestos de 2013

Objetivo Específico II – Verificar as posições enunciativas/ideológicas de <i>Veja</i> e <i>Carta Capital</i> sobre as manifestações, estabelecendo uma comparação entre as posições das revistas.	
Eixo temático de análise	Forma utilizada para proceder à análise
Comparação entre as posições enunciativas/ideológicas da revista <i>Veja</i> e da revista <i>Carta Capital</i> sobre as manifestações de 2013.	Análise e interpretação, em separado, do segundo editorial da revista <i>Veja</i> (Anexo 9) e do editorial da revista <i>Carta Capital</i> (Anexo 10), observando a posição das revistas sobre as manifestações e as instituições. Em seguida, comparação entre os dois editoriais, com relação aos aspectos citados.

Fonte: A autora

Após a apresentação da organização dos dados e do planejamento das análises, o próximo capítulo é destinado à análise, de cunho qualitativo e interpretativo, seguindo os dois eixos temáticos propostos.

CAPÍTULO V

O OLHAR DAS REVISTAS *VEJA* E *CARTA CAPITAL* SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL

Tomando-se como base a ADD para proceder à análise linguística, não se pode perder de vista as condições concretas em que se realizam as interações verbais, além de considerar-se as formas das enunciações com relação à interação de que fazem parte. Sendo assim, assumem fundamental importância o contexto extralinguístico que envolve a interação verbal e a situação específica em que se encontram os enunciados. Desse modo, a ADD parte da ideia de que só se pode entender a linguagem em sua totalidade, em seu contexto, na historicidade e nas relações dialógicas.

Ancorando-se nesses pressupostos, são apresentadas análises e interpretações, que advêm do princípio de que o texto é um espaço dialógico revelador de posições enunciativas estabelecidas pelas visões sociais de mundo e valores de quem enuncia, considerando a importância do outro a quem o discurso é endereçado.

Inicia-se o capítulo, apresentando-se algumas considerações extralinguísticas importantes para a análise a ser apresentada. Essa necessidade parte de um dos pressupostos da ADD, com base em Bakhtin (1976), de que o discurso verbal não é auto-suficiente, tendo origem em uma situação pragmática extraverbal, mantendo-se a ela conectado.

Em seguida, na segunda seção do capítulo, com foco de análise nas manifestações, lança-se um olhar mais detalhado sobre o primeiro editorial publicado pela revista *Veja* sobre o assunto (“Eles querem dizer alguma coisa” – Anexo 8) e, na sequência, volta-se para o segundo editorial publicado pela revista (“Sem medo do novo” – Anexo 9). Ainda, ao longo do capítulo, por meio da realização de uma interpretação comparativa dos dados analisados nos dois editoriais, objetiva-se verificar a construção do olhar da revista *Veja* sobre tais manifestações.

Dando continuidade às observações (na terceira seção do capítulo), volta-se para o segundo editorial publicado por *Veja*, no que diz respeito às instituições no Brasil. Em seguida, observa-se o editorial publicado pela revista

Carta Capital, intitulado “O PT ficou para trás” (Anexo 10), no que diz respeito às manifestações e às instituições no país. Na sequência, lança-se o olhar sobre os dois editoriais conjuntamente, estabelecendo uma interpretação comparativa entre os dois.

5.1 Breves considerações extralinguísticas

Conforme mencionado, o gênero textual a ser analisado, neste estudo, é o editorial. Os editoriais em questão, intitulados “Eles querem dizer alguma coisa” (Anexo 8) e “Sem medo do novo” (Anexo 9), foram publicados na revista *Veja*, já o editorial “O PT ficou para trás” (Anexo 10) foi publicado pela revista *Carta Capital*.

Com relação ao momento histórico do país à época das manifestações, corrobora-se que, apesar de problemas históricos vivenciados pelo Brasil, como corrupção política e problemas relativos à oferta de serviços públicos essenciais, tratava-se de um país em ascensão, que crescia economicamente. Além disso, junho de 2013 seria o ano da Copa das Confederações no Brasil, teoricamente, o “país do futebol”. Dessa forma, tais protestos surpreenderam políticos, governantes e instituições em geral.

A onda de manifestações começou no dia 06 de junho de 2013, em São Paulo, e se estendeu por quase todo o mês de junho. Sobre esse assunto, é importante mencionar que os protestos tiveram dois momentos: até o dia 13 e a partir desse dia⁷⁴. A violência policial usada na manifestação do dia 13, em São Paulo, ao invés de conter os manifestantes, surtiu um efeito contrário e, a partir desse dia, as manifestações tomaram proporções gigantescas. De acordo com Avritzer (2016, p.71), “Todo movimento social se organiza a partir de um evento ou ato simbólico, o qual canaliza adesões muito mais fortes do que o campo político que esse movimento consegue mobilizar.” A violência desmedida contra os participantes funcionou como um ato simbólico, a partir do qual as manifestações explodiram.

Os protestos do dia 13 representam um marco no processo, uma vez que foram os primeiros com participação considerável (para a PM 5.000

⁷⁴ Ao longo da análise, convencionou-se empregar a expressão “primeira etapa das manifestações” para os protestos ocorridos até o dia 13 de junho e a expressão “segunda etapa das manifestações” para os protestos ocorridos após essa data.

peessoas, para o MPL, 20.000), além de terem recebido cobertura mais ampla da imprensa. A partir dessa data, já na segunda etapa das manifestações, os protestos ampliaram-se. Jovens, pertencentes a uma classe média (de acordo com pesquisa IBOPE, de 21/06/2013, praticamente, metade dos participantes tinha renda familiar acima de cinco salários mínimos) aliaram-se ao movimento e este, que era apartidário, tornou-se antipartidário. Segundo Avritzer (2016), agendas de cunho conservador passaram a fazer parte das reivindicações e a pauta começou a diversificar-se.

Ainda a título de contextualização, a exemplo das manifestações ocorridas em outros países do mundo, as redes sociais da internet, no Brasil, funcionaram como um meio importantíssimo para a divulgação e discussão dos protestos, não só por parte de membros do MPL. Mesmo internautas que não faziam parte do MPL, articularam-se via redes sociais, passando a ser ativistas políticos digitais. Nesse contexto, confirma-se a comparação de Maffesoli (2009), que afirma ser a internet a “Ágora” da sociedade contemporânea.

A seguir, após essas breves retomadas sobre o contexto extralinguístico, passaremos à análise linguística e interpretação dos dados.

5.2 A construção do olhar de *Veja* sobre as manifestações

Dando continuidade ao trabalho, a seguir, será observada a construção do olhar da revista *Veja* com relação às Manifestações de Junho de 2013, através da análise de cada um dos editoriais (“Eles querem dizer alguma coisa” e “Sem medo do novo”), seguida de uma interpretação comparativa entre os dois.

5.2.1 “Eles querem dizer alguma coisa”

A análise e interpretação, a ser apresentada nesta subseção, toma como base o primeiro editorial publicado pela *Veja* (edição de 19 de junho) sobre as mobilizações, o qual propiciará observar como a revista se posicionou frente às manifestações/aos manifestantes quando os protestos no Brasil ainda não tinham tomado as proporções que ganhariam a seguir. A despeito da referida edição da revista datar do dia 19 de junho, é importante chamar atenção para o

fato de que a *Veja* chega às bancas no sábado anterior à data veiculada em sua capa, no caso dia 15 de junho⁷⁵. As manifestações a que são feitas referências no editorial a ser analisado aconteceram do dia 6 ao dia 13, e dia 14 a revista foi impressa para chegar às bancas dia 15, ou seja, pode-se dizer que ainda era o começo do que viria a entrar para a história. A partir dessa informação, conclui-se que tal editorial, provavelmente, tenha sido escrito no dia seguinte à manifestação do dia 13, ou seja, apesar de datar do dia 19, em sua abordagem, não considera as grandes manifestações ocorridas nos dias 17 e 18 de junho.

Ainda para efeito de contextualização, mesmo que o objeto de análise, nesta pesquisa, seja um editorial, e não se tenha como objetivo apresentar uma abordagem verbo-visual, é importante mencionar algumas considerações sobre a capa da edição da revista em que o texto é veiculado. Além de o editorial, conforme já mencionado, abordar os protestos no Brasil, o grande tema da capa da edição onde ele está contido também são as manifestações no país. A manchete da capa (Anexo 11) é “A REVOLTA DOS JOVENS”, tendo como subtítulo a seguinte pergunta em letras menores: “Depois do preço das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade?”. A ilustração de capa inteira traz uma imagem noturna. O que se vê é uma foto escura, supostamente de uma rua de uma grande cidade, que mostra os “rastros” de uma manifestação. Ao centro, aparece uma superfície de vidro (em sentido vertical) pichada com spray vermelho em que está escrito “CONTRA O AUMENTO”. No primeiro plano, à frente do vidro pichado, vê-se labaredas de fogo e lixo incendiado. Trata-se de uma imagem escura, iluminada parcialmente, apenas pelo fogo vindo do chão.

O editorial em tela (Anexo 8) traz na parte superior da página um grupo de pessoas (jovens no primeiro plano) em uma manifestação durante a noite. À direita da foto, uma pessoa, provavelmente um homem jovem, com uma máscara de macaco, segurando um cartaz amarelo em suas mãos com os seguintes dizeres: “HOMEM PRIMATA, CAPITALISMO SELVAGEM”.

Para facilitar a visualização, ao editorial (Anexo 8), da Ed. 25, de 19 jun. 2013, foram adicionadas linhas numeradas (Anexo 12). Assim, a cada vez que

⁷⁵ Todas as revistas informativas semanais brasileiras chegam às bancas no sábado anterior à data da edição.

for citado um fragmento, serão mencionadas as linhas, as quais foram acrescidas pela pesquisadora.

O editorial da revista *Veja* recebe como título “Eles querem dizer alguma coisa”. Pelos acontecimentos sociais vivenciados à época e pela imagem na parte superior da página, imediatamente, remete-se o pronome “Eles” a manifestantes. Segundo a revista, os manifestantes querem dizer “alguma coisa”, ou seja, se as manifestações são contra o aumento das passagens urbanas e *Veja* afirma que “Eles querem dizer **alguma coisa**” (grifos da autora), deixa implícita a ideia de que há algo mais nas causas das reivindicações do que apenas o transporte urbano.

Nesse sentido, logo no início do primeiro parágrafo, lê-se o seguinte:

“Uma **reportagem** especial desta edição **se dispõe a explicar o que querem os jovens brasileiros** que estão vandalizando as ruas a **pretexto de lutar contra o aumento de 20 centavos** nas passagens urbanas.” (linha 1 à 6). Grifos da autora.

A indefinição expressa no título passa, rapidamente, a poder ser “explicada” pela revista, ou seja, será apresentada uma reportagem que se dispõe a esclarecer o que querem os jovens brasileiros. Pelo emprego da palavra “pretexto”, a revista reafirma a ideia de que há outras causas por trás dos protestos, sendo assim, “lutar contra o aumento de 20 centavos” seria apenas um pretexto, que esconderia algo mais profundo. A posição enunciativa assumida por *Veja* é audaciosa, uma vez que muitos sociólogos renomados que se dedicam a estudar o assunto ainda não encontraram uma explicação exata para esses acontecimentos. Só para citar um exemplo, o filósofo e psicanalista esloveno Žižek (2013) afirma que, a seu modo de ver, ainda não está claro o que representam os protestos. Inclusive, cita como exemplo o Brasil, onde mesmo após a revogação do aumento do preço do transporte, que, supostamente, teria sido o fator desencadeador, os protestos continuaram.

Ainda no início do parágrafo, tem-se:

“[...] os **jovens brasileiros** que estão **vandalizando** as ruas [...]” (linhas 3 e 4). Grifos da autora.

Em primeiro lugar, generaliza quando diz que os jovens estão vandalizando as ruas. Não faz referência a alguns jovens ou a um grupo específico destes. É como se os jovens que estivessem nas manifestações fossem vândalos. Todos eles trariam em si essa carga negativa que a palavra “vândalo” carrega (“bárbaro”, “selvagem”)⁷⁶. Sabe-se que todo o signo adquire um ponto de vista, mostrando a realidade a partir de um lugar valorativo. A escolha linguística do vocábulo “vândalos” denota uma entoação valorativa, através da qual se verifica um tom de desqualificação, de descrédito no que se refere aos manifestantes.

Dando prosseguimento ao seu discurso, o enunciador declara:

“ os jovens brasileiros que estão vandalizando as ruas a **pretexto de lutar contra o aumento de 20 centavos** nas passagens urbanas”.
(linha 3 à 6). Grifos da autora.

Mais uma vez, a revista desqualifica os manifestantes. Fazendo-se uma leitura mais criteriosa, percebe-se estar sendo dito que, com a desculpa de lutar contra um aumento irrisório de 20 centavos, os jovens saíram às ruas quebrando tudo. A revista desconsidera o fato de que, para quem usa transporte público todos os dias, mais de uma vez por dia (a maioria dos usuários pertence às classes mais baixas, são pessoas com uma renda familiar menor), 20 centavos podem representar muito. Sabe-se que todo enunciado é construído levando em conta as atitudes responsivas, além de ser endereçado a um suposto interlocutor, independente desse estar presente ou não (Bakhtin, 2011). No caso da revista, ela se dirige aos seus assinantes, sendo que, de acordo com pesquisa publicada em seu site institucional, quase 70% deles pertencem às classes A e B. Possivelmente, para essa parcela da população, 20 centavos seja mesmo um valor insignificante.

O enunciador continua,

“Eles **querem protestar**.” (linha 6). Grifos da autora.

“Eles” novamente remete a manifestantes, mas o que chama atenção é o emprego do verbo “querer” de modo eufemístico, ou seja, é como se os

⁷⁶ Fonte: Dicionário Aurélio online.

Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com>. Acesso em: 10/11/2016.

manifestantes, como “crianças mimadas”, “quisessem” estar nas ruas. É como se protestar fosse uma questão de “querer” e não de, realmente, “precisar”. Mais uma vez, *Veja* refere-se aos manifestantes de modo depreciativo, desvalorizando uma de suas atitudes. A revista ignora o valor social dos protestos, dos movimentos sociais ao longo dos séculos. De acordo com Castells (2013), os movimentos sociais têm um papel importantíssimo, uma vez que exercem o contrapoder, construindo-se mediante um processo de comunicação autônoma, livre dos que detêm o poder institucional. É através dos protestos que se fazem as mudanças sociais.

Veja, na sequência de seu discurso, ainda referindo-se aos manifestantes, afirma:

“São donos de uma **indignação difusa** contra o ‘sistema’ e **pregam** que um **‘outro mundo é possível’**”. (linha 6 à 9). Grifos da autora.

Novamente, através das expressões em negrito, percebe-se uma entoação valorativa que manifesta ironia por parte da revista, como se sonhar e lutar por um mundo diferente do que vivemos fosse algo inalcançável e equivocado. Através da ideia de que a organização social e econômica atual é a única possível e, dessa forma, as pessoas não devem lutar por um outro mundo, mas sim agir com conformismo, *Veja* dá mostras de seu posicionamento ideológico, alinhado com o setor mais conservador.

Além disso, ainda no primeiro parágrafo, a revista compara os jovens brasileiros aos americanos (“*Occupy Wall Street*”) e aos ingleses que protestaram contra a cobrança de taxas nas universidades.

“[...] **são iguais aos jovens americanos** que em 2011 protagonizaram uma furiosa mas meteórica revolta urbana contra o capital financeiro (‘Ocupe Wall Street’).” (linha 9 à 13). Grifos da autora.

Apesar de, segundo Castells (2013), as formas de luta dos movimentos serem muito semelhantes, é impossível dizer que são “iguais”, pois apesar de vivermos em um mundo globalizado, os países não são iguais, as próprias culturas são diferentes. Além disso, de acordo com Žižek (2013), os manifestantes experimentam, em cada lugar, um sentimento fluido de

desconforto e descontentamento sobre demandas particulares. Sendo assim, não há como sustentar essa ideia de “igualdade” entre os movimentos.

O segundo parágrafo começa abordando o que têm em comum os jovens manifestantes de diferentes países.

“Eles têm em comum principalmente o fato **de pertencer às classes médias e ricas** de seus respectivos países.” (linha 19 à 21). Grifos da autora.

Afirma também que a renda média anual dos participantes do movimento contra *Wall Street* era de mais de 80.000 dólares. Inclusive, faz a seguinte declaração:

“O símbolo máximo dos militantes pela universidade gratuita de Londres foi **Charles Gilmour**, filho do milionário guitarrista da lendária banda de rock Pink Floyd “e, **claro, com dinheiro familiar bastante para custear as mais caras universidades do planeta.**” (linha 24 à 30). Grifos da autora.

Os enunciados revelam, novamente, um julgamento de valor por parte da revista, através da forma irônica como cita o fato de Charles Gilmour (um jovem rico) ser o símbolo dos estudantes em Londres. A revista apresenta dificuldade em ver significado relevante na atuação de manifestantes “ricos”. Não reconhece em seu discurso que “rico” também tem direito a ter sensibilidade social e lutar por direitos iguais.

Ao longo do parágrafo, lê-se que os repórteres de *Veja* entrevistaram dezenas de jovens no Rio e em São Paulo, os quais, de acordo com o editorial,

“ [...] **candidamente, confessaram nunca andar de ônibus**, mas **protestavam** mesmo assim **em nome de suas empregadas domésticas.**” (linha 33 à 36). Grifos da autora.

Através da entoação valorativa impressa ao enunciado, nota-se que a revista, uma vez mais, tenta a “técnica” da desqualificação, através do emprego da “confissão de forma cândida”. A palavra “cândida” relaciona-se com “ingenuidade”, “candura”, “pureza”. Sendo assim, é como se os jovens confessassem, ingenuamente, um pecado: não andam de ônibus.

Dando continuidade ao seu discurso da desqualificação, lê-se o seguinte enunciado, referindo-se às empregadas domésticas das famílias dos manifestantes, o qual expressa um misto de crítica e ironia.

“Fosse esse mesmo o caso, **seria mais eficiente pedir aos pais um aumento de salário para elas.**” (linha 36 à 38). Grifos da autora.

No começo do último parágrafo, apesar do emprego do substantivo depreciativo “surtos” (cujo sentido pode ser tomado como “incapacidade de avaliar a realidade externa”)⁷⁷, tem-se a impressão inicial de que o discurso tomará um caminho diferente, através do seguinte fragmento:

“Uma lição valiosa, porém, é a de que esses **surtos de indignação da juventude** sempre **guardam uma razão real escondida [...]**” (linha 39 à 41). Grifos da autora.

Entretanto, dando prosseguimento à leitura, percebe-se que o caminho em nada se alterou. Isso fica claro na passagem a seguir:

“ [...] atrás dos cartazes com **dizeres desconexos** e **palavras** de ordem **utópicas.**” (linhas 42 e 43). Grifos da autora.

Apesar de admitir a possibilidade de os protestos terem uma razão, ainda que essa esteja “escondida” (insinuando, mais uma vez que a luta não é pelo transporte urbano), desqualifica os cartazes e as palavras de ordem usados nas manifestações, através dos adjetivos “desconexos” e “utópicas”. Quanto a dizeres desconexos, os próprios representantes de cartazes trazidos nesta edição da revista, tanto na capa (“CONTRA O AUMENTO”) quanto no cartaz amarelo na parte superior da página do editorial (“HOMEM PRIMATA, CAPITALISMO SELVAGEM), não apresentam desconexão alguma. O aumento no preço das passagens do transporte público (e outros problemas envolvendo esse tema no Brasil) guardam profunda conexão com o capitalismo financeirizado, que também pode ser nomeado de “capitalismo selvagem”.

Na continuidade do parágrafo, lê-se:

⁷⁷ Fonte: Dicionário Houaiss Online.

Disponível em: <https://www.dicio.com.br/houaiss/>. Acesso em: 10/11/2016.

“Eles não podem ser simplesmente descartados como **arroubos naturais daquela idade** em que, como dizia o ditado, **sobra força e falta sabedoria**. Tampouco ajuda enxergar esses jovens como **massa de manobra de partidos radicais**. É muito útil tentar decifrar quais são as verdadeiras **frustrações extravasadas violentamente** por eles nas ruas das grandes cidades brasileiras.” (linha 43 à 53). Grifos da autora.

Ao mencionar “arroubos naturais daquela idade”, “sobra força e falta sabedoria”, “massa de manobra de partidos radicais” e “frustrações extravasadas violentamente”, a revista está tentando associar os manifestantes a uma juventude inconsequente, impulsiva, irracional, imatura e violenta. Dessa forma, *Veja* apresenta um discurso em que a caracterização dos jovens é permeada pelos adjetivos acima expostos. Some-se a isso, novamente, no enunciado “É muito útil tentar decifrar quais são as verdadeiras frustrações...”, através de um presumido, a revista insiste em que há outras frustrações por trás dos protestos.

Ao final, *Veja* declara contribuir para que as pessoas possam entender melhor os jovens manifestantes, corroborando o que afirma ser sua missão, em seu site institucional: “... *Veja* existe para que os leitores *entendam* melhor o mundo em que vivemos.” (Grifo da autora) Assim, através de sua posição enunciativa, *Veja* dialoga com seus leitores, propagando sua visão de mundo e seus valores.

Ainda que o objeto de análise não seja a capa da revista em que é veiculado o editorial, nem se proponha a apresentar aqui uma análise verbo-visual, conforme já mencionado, observando-se a capa da revista (Anexo 4), percebe-se que se tem nela o que vai se confirmar no editorial. A capa é escura, já traz a ideia das manifestações associadas ao vandalismo, à violência por parte dos manifestantes. O editorial vem reafirmar isso e, vai mais além, utilizando-se de um discurso que desvaloriza as manifestações, não reconhecendo sua legitimidade, além de tentar desqualificar os jovens, no sentido de serem “violentos”, “ricos”, “ingênuos” etc.

Acrescente-se a isso, ao posicionar-se sobre as manifestações/os manifestantes, *Veja* trata com extrema superficialidade alguns pontos, quando, por exemplo, ironiza o fato de jovens ricos participarem dos protestos. Somando-se ao desprezo pelos direitos de participação política, não reconhece a importância da reivindicação pela diminuição da tarifa de transporte, deixando

claro que vinte centavos é um valor quase insignificante. Também não considera a importância do MPL, que há anos luta pelo transporte público, nem concebe a relevância do tema. O transporte é um direito essencial para a efetivação de outros direitos. De acordo com o MPL-SP (2013, p.15), “O acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto de seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo.”

Outro ponto importante no que diz respeito ao transporte público é a inegável crise de mobilidade urbana que o Brasil vivencia. De acordo com Pomar (2013), por três motivos: regime de concessões, que possibilita lucros exorbitantes aos empresários; organização política de desenvolvimento urbano, que não leva em conta a possibilidade de fazer reparações históricas na disputa dos espaços das cidades; incentivos fiscais, por parte do governo federal, à indústria automobilística, que estimula as pessoas a, cada vez mais, comprarem carros, o que gera um trânsito caótico nas grandes cidades. E essa crise atinge diretamente os usuários.

Mais um assunto importantíssimo, sobre o qual o editorial silencia, é a violência policial usada contra os manifestantes no dia 13⁷⁸. Inúmeros relatos de violência foram divulgados nas redes sociais da internet. Inclusive, associações nacionais e internacionais pelos direitos humanos se manifestaram contra as agressões acontecidas, entretanto não foi um assunto que tenha constado no editorial. Mesmo nesse quadro, *Veja* não menciona a repressão por parte da polícia, só enfatiza abuso por parte dos manifestantes.

Após a observação dos dados, é possível verificar que *Veja*, em seu editorial, ao tempo em que anuncia as reais explicações para os protestos no interior da edição, trata de desqualificar os manifestantes sob várias formas e estratégias. Sequer menciona qualquer aspecto fundamental proposto por pensadores renomados para tentar compreender esses fenômenos sociais no Brasil, como por exemplo: a importância da internet na construção das mobilizações, a busca da democracia nos rumos desses movimentos, a crise

⁷⁸ Ainda que a proposta, nesta pesquisa, seja analisar o editorial da revista *Veja*, vale mencionar que, em sua matéria central, o tema “violência policial” aparece (abordado da seguinte ótica: a polícia reagiu às ações dos manifestantes). Entretanto, chama atenção que o editorial (opinião oficial do órgão de imprensa sobre os fatos de maior repercussão no momento), tenha tratado das manifestações e não tenha sequer mencionado tal assunto, mesmo ambos estando intimamente relacionados.

da mobilidade urbana no Brasil e a violência policial contra os manifestantes. A revista, ao dialogar com seus leitores, através do discurso conservador ao qual se alinha, constituído de acordo com determinados valores e interesses, demonstra claramente sua posição enunciativa.

5.2.2 “Sem medo do novo”

Assim como o primeiro editorial, o segundo publicado pela revista *Veja* sobre as Manifestações de Junho de 2013, intitulado “Sem medo do novo” (edição do dia 26 de junho de 2013), chegou às bancas no dia 22 (sábado), tendo sua edição sido fechada entre o final do dia 20 (quinta) e começo do dia 21 (sexta-feira). Dessa forma, o editorial foi escrito após as manifestações dos dias 13, 17 e 18, incluindo a manifestação que mais levou pessoas às ruas, a do dia 20 de junho. Sendo assim, quando o segundo editorial de *Veja* foi escrito, as manifestações já tinham se agigantado e sua pauta estava bastante ampliada, inclusive o MPL estava se retirando do movimento, uma vez que sua reivindicação já havia sido atendida (redução da tarifa do transporte urbano).

Conforme mencionado anteriormente, ainda que, neste estudo, não se busque apresentar uma análise verbo-visual, faz-se importante trazer algumas informações sobre a capa da revista (Anexo 13) em cujo interior encontra-se o editorial a ser analisado. A manchete da capa é: “OS SETE DIAS QUE MUDARAM O BRASIL”. Abaixo, mais à esquerda, em letras menores, tem-se a data e o local onde a foto foi tirada (“Rio de Janeiro, 20 de junho de 2013”). Justamente, no dia da maior mobilização em todo o Brasil. A foto traz uma imagem noturna, na qual, no primeiro plano, tem-se uma mulher, aparentemente jovem, de costas, caminhando, com uma bandeira do Brasil enrolada ao corpo, o que sugere uma ideia de patriotismo. Na bandeira, o lema “ORDEM E PROGRESSO” está bastante nítido, assim como o desenho e as cores que compõem a bandeira nacional. Ao fundo, em segundo plano, visualiza-se uma imagem que lembra fogo, provavelmente uma alusão ao que a revista vinha tratando como “vandalismo” por parte de alguns grupos nos protestos. Entretanto, a jovem manifestante retratada estaria longe do fogo, ou seja, distante da “baderna” praticada pelos “vândalos”.

O editorial “Sem medo do novo” (Anexo 9) traz, na parte superior da página, à direita, uma foto noturna, mas bem iluminada, em que aparece um grupo de manifestantes. Não se pode ver com clareza os participantes que estão mais atrás na imagem, entretanto duas moças aparecem no primeiro plano, estando uma delas sorridente, e a outra trazendo um cartaz com o seguinte enunciado: “Fechamos as ruas para abrir caminhos”. Detalhe importante: nenhuma das duas moças está usando qualquer tipo de máscara e, pelo seu semblante, passa a impressão de estar correndo tudo tranquilamente na manifestação. Acompanhando a foto, tem-se a seguinte legenda: **“Protestar contra a corrupção** e contra outras mazelas atuais levou o povo às ruas nas grandes cidades brasileiras”

O editorial (Anexo 9 – Anexo 12 com linhas numeradas) recebe como título “Sem medo do novo”. O “novo” a que o título faz referência, opõe-se a “velho”, que seria o que estava estabelecido, o que/quem estava no poder no momento. Acima de tudo, para um Brasil “novo”, seriam necessárias mudanças, trocas. Fazendo-se uma relação com a legenda da foto que acompanha o editorial (**“Protestar contra a corrupção** e contra outras mazelas atuais levou o povo às ruas nas grandes cidades brasileiras”), chama atenção o fato de que “corrupção” está em negrito, enquanto “outras mazelas”, não. Essa escolha linguística, incluindo sua grafia em negrito, revela um julgamento de valor por parte do locutor, ou seja, a grande mazela, dentre todas as outras, seria a “corrupção”, e ele não se furta de chamar atenção para isso. O “velho” é “corrupto”, o suposto “novo”, abrirá caminhos, trará soluções.

Logo no começo do editorial, lê-se:

“As manifestações de rua da semana passada **mostraram** de modo inequívoco que estão **quebrados os canais de comunicação da imensa porção da sociedade brasileira com as instituições que deveriam representá-la.**” (linha 1 à 8). Grifos da autora.

No excerto acima, evidencia-se o emprego do adjetivo **“inequívoco”**. Pela escolha linguística, fica claro que a revista assume uma posição enunciativa que não permite “contestação” ou “discussão” sobre a leitura relativa às causas das manifestações: há uma quebra de comunicação entre a sociedade brasileira e as instituições representativas. Ademais, segundo a revista, isso não se dá apenas com relação a algumas instituições, mas, pela

forma generalizada com que essa informação é posta, as instituições, sem exceção, não estão conseguindo “representar”, ou mesmo, “se comunicar” com a sociedade.

Ainda no mesmo parágrafo, tem-se:

“O **susto maior** foi descobrir nos cartazes e nas palavras de ordem gritadas nas manifestações que **a insatisfação é muito mais profunda e generalizada do que qualquer um poderia prever.**” (linha 17 à 21). Grifos da autora.

Contrapondo-se à “clareza” usada na abordagem anterior, *Veja*, na passagem acima, faz referência à expressão “susto” com relação à “insatisfação profunda e generalizada” expressa pelos manifestantes. Tal “susto” também se relaciona diretamente com a magnitude e o impacto assumido pelas manifestações. Ademais, no fragmento “a insatisfação é muito mais profunda e generalizada do que qualquer um poderia prever”, entende-se que a revista inclui-se em “qualquer um”, ou seja, há sete dias atrás, apesar de todas as suas certezas, nem mesmo a revista poderia imaginar no que se transformariam tais protestos.

No seguimento do editorial, a revista faz a seguinte afirmação sobre os “brasileiros que estão indo às ruas”:

“**As ruas brasileiras hoje pertencem aos brasileiros que não se sentem representados por essas legendas** e que fizeram questão de obrigar os militantes do PT, do PSOL e de outras agremiações a baixar suas bandeiras quando tentaram participar dos protestos.” (linha 25 à 30). (Grifos da autora)

“**Os brasileiros que estão indo às ruas não admitem mais ser usados como massa de manobra por partidos e políticos profissionais.**” (linha 45 à 48). Grifos da autora.

Importante observar a forma como são tratados os manifestantes. A revista enfatiza que, além de as ruas pertencerem a eles, estes não admitem mais ser usados como massa de manobra. *Veja* estabelece um tratamento de legitimidade com relação às ações dos manifestantes. Há, de acordo com a entoação valorativa adotada pelo locutor, lógica nos seus atos: como não se sentem representados pelo PT e pelo PSOL, obrigaram os militantes a não usar bandeiras nos protestos; ademais não aceitam mais ser usados como

massa de manobra de “partidos profissionais” (leia-se, pela citação acima, PT e PSOL, que são as siglas diretamente citadas). Esses brasileiros, pela dimensão expressiva do enunciado, são patriotas e não se deixam mais “enganar” por políticos corruptos.

“**Alguns** exibiram cartazes com dizeres anarquistas, como o que proclamava “**o povo unido não precisa de partido**”. (linha 48 à 50). Grifos da autora.

Estes mesmos manifestantes, de certo modo valorizados pela revista, mostram-se “antipartidários”, dando mostras de não terem consciência sobre o quanto isso pode ser perigoso para a própria democracia. A revista, sobre essa questão, não se detém. A própria escolha linguística pelo pronome indefinido “alguns”, muito relacionado à ideia de “poucos”, denota isso. Trata como se fossem poucos a compartilhar dessa ideia, quando, sabe-se, o “antipartidarismo” passou a ser uma das marcas das manifestações quando estas começaram a crescer. *Veja* apenas observa que esse modelo político é inviável, mas logo se volta novamente para a importância das manifestações e da necessidade de os manifestantes serem ouvidos, deixando claro que “o” que realmente importa é escutar as ruas:

“Mas, neste momento, **o imperativo é ouvir as ruas** [...]” (linhas 55 e 56). Grifos da autora.

A ideia de “patriotismo” (via imagem da moça com a bandeira do Brasil enrolada ao corpo) associada à importância das manifestações já começa a ser trabalhada na capa da revista. A própria manchete, “Os sete dias que mudaram o Brasil”, denota isso. Através dessa manchete hiperbólica, *Veja* já dá mostras do novo discurso adotado, de valorização das manifestações/dos manifestantes.

Entretanto, apesar desse “apoio” aos protestos, a ordem deve prevalecer. Na imagem da bandeira, na capa, o lema “Ordem e Progresso” aparece com grande nitidez, já que, para a revista, confirmando sua linha ideológica mais conservadora, a “ordem” precisa ser mantida. Os próprios manifestantes apoiados por *Veja*, nesta segunda etapa das manifestações, trouxeram para o movimento, segundo Avritzer (2016), reivindicações de

caráter mais conservador, dentre as quais o baixo nível de saúde e educação, vistos sob a ótica de uma classe média “expulsa” dos serviços privados de saúde e educação, a infraestrutura urbana sob a ótica das vias públicas e a corrupção sob uma ótica despolitizada, que não admite a relação entre corrupção e organização do sistema político.

Sendo assim, partindo-se do princípio dialógico de que o enunciado é sempre endereçado a um suposto interlocutor, com base em uma determinada visão de mundo, considerando sua atitude responsiva, *Veja* adota um discurso de apoio às manifestações/aos manifestantes, focando na não representatividade das instituições e na corrupção. Conforme as manifestações foram crescendo, a revista ao mesmo tempo em que “revelava” as verdadeiras motivações para os protestos, sugerindo pautas conservadoras disfarçadas de temas populares, aliava-se ao movimento e influenciava seus rumos. Paralelamente, dialogava com seus assinantes, na sua maioria de classe média, os quais se identificavam com a nova pauta.

5.2.3 Percorrendo o caminho entre “Eles querem dizer alguma coisa” e “Sem medo do novo”

Inicialmente, é importante ressaltar que cada órgão de imprensa, inegavelmente, é orientado por determinada ideologia, sendo constituído de acordo com certos valores e interesses, os quais conduzirão o modo de publicar as informações e opiniões por ele veiculadas.

Observando-se os dois editoriais publicados pela revista *Veja* – “Eles querem dizer alguma coisa” (editorial 1, de 19/06/2013) e “Sem medo do novo” (editorial 2, de 26/06/2013) –, mesmo havendo apenas uma semana de intervalo entre eles, fica notório que o discurso da revista com relação às manifestações (e, consequentemente, aos manifestantes) muda consideravelmente.

Veja, logo no começo do editorial 1, já dá mostras de seu projeto enunciativo. Desqualifica os manifestantes, associando suas ações a “vandalismo”, utopia (no sentido de “inatingível”) e ingenuidade. Já, no editorial 2, utiliza-se de um discurso diferente, deixando presumido que os manifestantes, além de conscientes, são patriotas. Tal presumido, que se trata

de um “não dito” explicitamente, constitui e sustenta o discurso adotado pela revista com relação ao caráter das manifestações. *Veja* alinha-se aos manifestantes e, ao citar que “alguns” se mostram antipartidários, até assinala a inviabilidade de a não representação via partidos, mas, nitidamente, releva tal posicionamento, em nome de “o imperativo é ouvir as ruas”. O antipartidarismo leva ao que Bordoni, em Bauman & Bordoni (2016), chama de “antipolítica”, o que pode ter consequências graves. Segundo o autor, esse é o caminho direto para o autoritarismo, do qual já se aproveitaram fascistas para a chegada ao poder.

A desqualificação dos manifestantes, no editorial 1, vem acompanhada da desvalorização da pauta, com afirmações, inclusive, de que os jovens brasileiros estão usando como pretexto a luta contra o aumento das passagens para vandalizar as ruas. Essa depreciação do valor da pauta não condiz com a realidade brasileira. De acordo com pesquisa IBOPE⁷⁹, de 21/06/2013, através de dados coletados nas oito maiores capitais brasileiras, a principal reivindicação que levou as pessoas a aderirem às manifestações foi o transporte público, primeira menção de 37,6% dos entrevistados. Somando-se a isso, pesquisa do Instituto de Pesquisas Datafolha⁸⁰, de 13 de junho de 2013, realizada na cidade de São Paulo, mostrou que 73% dos paulistanos utilizavam o ônibus como principal forma de transporte diário, sendo que a opinião de 84% destes sobre o transporte coletivo da cidade ficava entre ruim/péssimo e regular. Tais fatores estão atrelados à inegável importância da pauta.

Ainda nesse sentido, de acordo com o Movimento Passe Livre – SP (2013), o sistema de transporte público é crucial na estrutura social urbana. Além disso, Iasi (2013) associa concessões de transporte público a empresas privadas em troca de “contribuições” para campanhas eleitorais. Sendo assim, a posição enunciativa adotada por *Veja*, de desvalorização da pauta, não encontra respaldo em dados concretos.

Por outro lado, a desvalorização da pauta, é também um artifício usado pela revista, na tentativa de colocar a luta pelo transporte público em segundo plano, enxergando (plantando) no movimento pautas de seu interesse, às

⁷⁹ Disponível em: www.especial.g1.globo.com/fantastico/pesquisa-de-opiniao-publica-sobre-os-manifestantes/. Acesso em: 22/06/2016.

⁸⁰ Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/14/tarifa-de-onibus.pdf>. Acesso em: 22/06/2016.

quais, no editorial da semana seguinte, passa a dar destaque. Neste, a revista silencia com relação à reivindicação inicial, focando na não representatividade das instituições e na corrupção.

Ainda no exercício de comparação entre os dois editoriais, é importante mencionar que a relevância das redes sociais da internet para os movimentos não é sequer citada em nenhum deles. Segundo Castells (2013) e Recuero (2012), as redes são importantíssimas para a efetivação das manifestações. De acordo com Castells (2013), mesmo que os movimentos tenham sua base no espaço urbano, sua organização e divulgação se dão via internet. Ademais, para o autor, os movimentos espalharam-se pelo mundo pela rapidez que a internet propicia. No Brasil, ainda segundo pesquisa IBOPE do dia 20 de junho, 62% dos participantes, em oito capitais do Brasil, souberam da manifestação do dia 20 de junho via *Facebook*. Frente à relevância das redes sociais nas manifestações, *Veja* comete um deslize ao não fazer tal relação. Sendo assim, ao mesmo tempo em que se dispõe a “explicar o que querem os jovens brasileiros” (editorial 1) e enfatiza em sua missão que existe “[...] para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos.”, contradiz-se, ao tempo em que trata superficialmente o referido tema, sem estabelecer relações causais entre os fenômenos, excluindo materiais substanciais para uma compreensão reflexiva dos fatos.

Após tais considerações, é importante observar que não seria lúcido exigir, sequer esperar, que um editorial desse conta de analisar profundamente os vários fatores que perpassam um tema tão vasto e complexo. Entretanto, a revista, que se arvora a buscar respostas para as manifestações, se omite em aspectos cruciais, inclusive demonstrados cientificamente via pesquisas.

De acordo com Bakhtin (2011), “Desde o início, o enunciado se constrói levando em conta as atitudes responsivas, em prol das quais ele, em essência, é criado.” (BAKHTIN, 2011, p. 301). O enunciadador sempre fala de um determinado lugar, assumindo uma posição enunciativa, a qual é estabelecida pela sua visão social de mundo, pelos seus valores e com base na atitude responsiva de seu interlocutor. A revista dialoga com seus leitores (assinantes) e anunciantes (grandes bancos, multinacionais), com os quais há um alinhamento ideológico. A pauta do transporte público, que atende às camadas

mais populares, não faz parte do universo da maioria dos leitores da revista, tampouco é uma pauta que esteja no universo cotidiano de seus anunciantes.

A mudança no discurso de *Veja* com relação aos manifestantes/manifestações do editorial 1 para o 2 (de manifestantes imaturos e vândalos a inovadores e interlocutores merecedores de atenção), se dá simultaneamente com as mudanças relativas ao perfil dos manifestantes e o caráter das manifestações em sua segunda etapa. Segundo Singer (2013), o perfil dos manifestantes mudou. Conforme os movimentos se ampliaram, deixaram de ter o envolvimento dos setores originários do MPL e outras frações da sociedade entraram em cena, como jovens de uma classe média despolitizada.

Nesse sentido, a revista *Veja*, ao mesmo tempo em que mudou seu discurso com relação ao movimento, passou a influenciá-lo, com o reforço a leituras políticas dentro de sua orientação ideológica. Dessa forma, é importante atentar para o fato de que o discurso da revista com relação às manifestações/aos manifestantes mudou do editorial 1 para o 2, sem contradizer suas posições enunciativas, que trazem em si posicionamentos ideológicos conservadores.

5.3 O olhar de *Veja* e *Carta Capital* na segunda etapa das manifestações no Brasil

Dando continuidade ao trabalho, apresenta-se uma análise, em separado, de cada um dos editoriais (“Sem medo do novo”, revista *Veja*, e “O PT ficou para trás”, revista *Carta Capital*), seguida de uma interpretação comparativa entre os dois, focando na abordagem das manifestações e das instituições no Brasil.

Vale lembrar que a segunda etapa das manifestações refere-se às mobilizações ocorridas depois do dia 13 de junho, incluindo os dias 17, 18 e 20 de junho, quando atingem seu ápice. Segundo Singer, nessa etapa, “(...) outras frações da sociedade entram em cena, multiplicando por mil a potência dos protestos, mas simultaneamente tornando vagas suas demandas.” (SINGER, 2013, p. 25)

5.3.1 “Sem medo do novo” – posições enunciativas/ideológicas de *Veja* sobre as manifestações e às instituições no Brasil

Conforme já mencionado, o segundo editorial publicado pela revista *Veja*, intitulado “Sem medo do novo” (edição do dia 26 de junho de 2013), chegou às bancas no dia 22 (sábado). Pretende-se analisá-lo focando mais especificamente em sua abordagem sobre as manifestações/os manifestantes e as instituições (incluindo partidos políticos, governo e sindicatos).

O olhar da revista *Veja*, no segundo editorial, no que se refere às manifestações, já foi abordado na seção 5.2 (5.2.1), apontando no sentido de que essa passa a apoiar as manifestações/manifestantes na segunda etapa dos protestos. A revista assume tal discurso, focando na não representatividade das instituições e na corrupção. *Veja*, ao mesmo tempo em que alterou seu discurso com relação às manifestações, passou a influenciá-las, com o reforço à abertura de pauta, dando ênfase àquelas que lhe convinham política e ideologicamente.

Com relação às instituições, logo no início do editorial, lê-se:

[...] **estão quebrados os canais de comunicação** de imensa porção da **sociedade brasileira** com as **instituições** que deveriam representá-la. (linha 4 à 8). Grifos da autora.

Pela entoação valorativa, principalmente, através da escolha linguística do adjetivo “quebrados”, a revista anuncia o distanciamento entre as instituições representativas e a sociedade. Segundo o enunciado, os referidos “canais de comunicação” não estão “fragilizados” (adjetivo que denotaria um tratamento mais “suave” com o assunto), mas sim “rompidos”, o que confere ao discurso muito mais firmeza e segurança.

Ainda no mesmo parágrafo, o enunciador afirma:

[...] **o distante planeta Planalto, a Brasilha da Fantasia, vinha se tornando**, governo após governo, **uma entidade divorciada do Brasil real e focada apenas na arrecadação da maior carga fiscal** entre os países emergentes. (linha 9 à 17). Grifos da autora.

Logo após declarar o distanciamento entre as instituições e a população, o enunciador se volta para Brasília (capital federal), focando no governo federal

(“governo após governo”). O próprio “Planalto”, em alusão ao Palácio do Planalto (nome oficial do local de trabalho da Presidência do Brasil), é associado a um planeta distante da Terra (leia-se distante dos cidadãos): a “Brasilha da Fantasia”. Tal expressão resulta da junção das palavras “Brasília” e “ilha” (Brasilha), ou seja, “Brasilha da Fantasia”, uma referência à conhecida série televisiva dos anos 80, *Ilha da Fantasia*, cujos episódios contavam histórias que se passavam numa ilha onde qualquer desejo poderia ser realizado, mediante um alto pagamento (daí a alusão à “fantasia” no nome da ilha). No caso em questão, tais escolhas linguísticas conferem ao enunciado uma entoação valorativa que denota ironia. Através desse recurso, a revista associa o governo federal a uma instituição de “faz-de-conta”, afastada da população e de seus problemas reais, onde muito dinheiro é arrecadado e desperdiçado.

Veja dá continuidade ao seu discurso, voltando-se para os partidos de esquerda (ou centro-esquerda, no caso do PT):

O **choque** realmente perturbador **pegou em cheio os partidos de esquerda, e em especial o PT, que se considerava dono das ruas.** Não são. As ruas hoje pertencem aos **brasileiros** que **não se sentem representados por essas legendas e que fizeram questão de obrigar os militantes do PT, do PSOL e de outras agremiações a baixar suas bandeiras [...]** (linha 22 à 29). Grifos da autora.

A revista enfatiza que o impacto foi maior sobre os partidos de esquerda, principalmente para o PT (partido de Dilma Rousseff, presidente do Brasil à época). Segundo *Veja*, tal partido político “se considerava dono das ruas”. Esse enunciado, provavelmente, refira-se ao fato de o PT ter um histórico de lotar comícios e de ter uma militância que ocupava as ruas. A revista apressa-se em afirmar com veemência: “Não são.” Ou seja, os petistas não são mais “senhores” das ruas. Os manifestantes não aceitam bandeiras de partidos. Importante ressaltar que *Veja* enuncia que outras agremiações foram obrigadas a baixar suas bandeiras, mas as citadas são PT (partido que estava ocupando a presidência do poder federal, no momento) e PSOL (partido de esquerda com forte presença em sindicatos e outros movimentos sociais).

Prosseguindo seu discurso, *Veja*, chega à CUT, sindicato que tem forte ligação com o PT:

[...] **sindicalistas da CUT foram vigorosamente afastados de uma passeata no Rio de Janeiro** quando, **obedecendo a ordens do** ex-presidente **Lula**, quiseram **se passar por manifestantes**. (linha 31 à 35). Grifos da autora.

A revista chama atenção para o fato de que os sindicalistas da CUT foram afastados de uma manifestação e afirma que os mesmos “quiseram se passar por manifestantes”, como se membros dos sindicatos não tivessem direito a participar dos protestos. Além disso, diminui a importância da participação dos sindicalistas ao declarar que estavam lá “obedecendo a ordens do ex-presidente Lula”.

No excerto a seguir, a ideia apontada anteriormente é retomada:

Na avenida Paulista [...], a mesma rejeição foi dirigida a petistas tarefeiros, obedientes ao chamamento da direção nacional, imaginaram poder se misturar aos demais, **fingindo comungar da indignação geral com a corrupção, a impunidade e os gastos públicos de péssima qualidade**. (linha 35 à 42). Grifos da autora.

A abordagem de *Veja* busca demonstrar haver no PT uma suposta relação de autoritarismo entre “chefes” e “subalternos”, uma espécie de ausência de democracia interna: os sindicalistas da CUT estariam obedecendo a ordens do ex-presidente Lula e os petistas, ao chamamento da direção nacional. A revista trata do assunto como se, no PT, houvesse uma estrutura vertical, em que os que “pensam” mandam e os “operários” apenas realizam tarefas. Sendo assim, ao adjetivar os petistas de “tarefeiros” e de acusá-los de estar na manifestação “fingindo” compartilhar da indignação geral (de acordo com *Veja*, corrupção, impunidade e gastos públicos), desqualifica-os completamente (os referidos petistas, além de só cumprirem tarefas, mentem).

No final do segundo parágrafo, tem-se:

Foram violentamente lembrados de que **estão no poder** (os petistas tarefeiros). **São portanto, alvo da indignação**. (linha 42 à 44). Grifos da autora.

De acordo com a revista, os “petistas” foram afastados das manifestações porque estão no poder. A partir desse enunciado, fica ainda mais claro que a referência principal é ao governo federal, ocupado pelo partido.

Na continuidade do editorial, pode-se ler:

Os **brasileiros** que estão indo às ruas **não admitem mais ser usados como massa de manobra de partidos e políticos profissionais**. Alguns exibiram cartazes com dizeres anarquistas, como o que proclamava que **“o povo unido não precisa de partido”**. (linha 45 à 50). Grifos da autora.

Segundo o discurso da revista, os brasileiros, desta segunda etapa das manifestações, mostram-se conscientes, já que não aceitam mais ser direcionados por partidos e políticos profissionais, que fazem da política uma profissão, cuja centralidade de interesses é estar no poder e lucrar com isso.

Veja aponta para a impossibilidade de um modelo político assim:

A primeira reação é lembrar a **total inviabilidade de um modelo político em que o poder é exercido diretamente pelas ruas**. Isso leva ao caos, e este à miséria moral e econômica. (linha 50 à 54). Grifos da autora.

Entretanto, enfatiza que o importante é “ouvir as ruas”:

[...] o imperativo é ouvir as ruas e **esperar que essa energia pura seja canalizada para a construção de instituições mais representativas** dos anseios populares legítimos. (linha 55 à 59). Grifos da autora.

A revista traz em seu enunciado a palavra “pura” associada à energia vinda das ruas, o que pode remeter a um duplo sentido. “Energia pura”, no sentido de ser “só energia” (já que a pauta ampliou-se tanto, que, talvez, nem os manifestantes saibam mais pelo que estão lutando) e no sentido de uma energia “autêntica”, “genuína”, “legítima”. Segundo *Veja*, mesmo que os jovens não saibam exatamente pelo que estão nas ruas, essa energia pode ser conduzida no sentido de reivindicar por instituições mais representativas.

Veja dá continuidade ao seu discurso, afirmando:

O **erro fatal** [...] É **temer o novo**. (linhas 59 e 60). Grifos da autora.

Ou seja, ainda que o “novo” não tenha muita certeza para aonde quer ir, é esse novo “puro”, “genuíno” que pode afastar o “velho”, que é o que estava no poder no momento.

Nesse editorial (editorial 2), o que já havia sido insinuado no editorial 1, ganha força. No primeiro editorial, o enunciador reitera, a começar pelo título (“Eles querem dizer alguma coisa”), haver causas escondidas por trás da luta

pelo transporte urbano, tratando dessa como algo menor. Nesse segundo editorial, *Veja* passa a usar um discurso de apoio aos manifestantes, reforçando a diversificação de pautas das manifestações e enfatizando aquelas que lhe são convenientes política e ideologicamente.

Para que essa ideia fique mais clara, faz-se importante tecer algumas considerações. O projeto enunciativo do editorial 2 é construído de modo que tanto seu título quanto seu final remetem a “não temer o novo”, ideia que vai se tornando mais clara conforme o texto avança.

Veja inicializa seu discurso anunciando que estão “quebrados” os canais de comunicação entre a sociedade e as instituições representativas. De acordo com Bauman (2001), que trabalha com ideias de fragmentação e ruptura associadas à era atual, essa seria uma de suas características (“Modernidade Líquida”), na qual se convive com o “derretimento” dos poderes tradicionais, envolvendo o enfraquecimento das instituições. Giddens (1990) e Harvey (1989) não se afastam dessa ideia. Ainda sobre as instituições, segundo Castells (2013), todos os movimentos ocorridos ao redor do mundo (a partir de 2011) rejeitaram determinadas organizações sociais e instituições da sociedade.

Veja, ao mencionar Brasília, evidencia a alta carga de impostos. A revista trata de tal assunto de forma populista, sem trazer para o diálogo as causas reais dos problemas tributários no Brasil, até porque dialoga também com seus anunciantes (na sua maioria, grandes empresas que, proporcionalmente à massa trabalhadora, pagam ínfimos impostos), os quais seriam prejudicados, caso se concretizasse uma reforma tributária mais justa no país. Já apontava Castells (2013) o quanto é comum políticas programáticas serem desviadas em função dos interesses dos de sempre. Desfocando do centro do problema, *Veja* culpa o governo e insufla ainda mais a população contra este.

A revista, em seguida, volta-se para o PSOL, mas, principalmente, para o PT, desqualificando o partido e sua militância (“petistas tarefeiros”, obedientes ao ex-presidente Lula). Ademais, afirma que são alvo da indignação porque estão no poder, ficando ainda mais evidente que a referência é ao governo federal, ocupado pelo partido. Concluindo, *Veja* enfatiza a importância de “ouvir as ruas” e “não temer o novo”, retomando o título. Ou seja, ainda que

o “novo” não tenha muita segurança do caminho a seguir, é esse novo “genuíno” que pode tirar o “velho” do poder (leia-se PT, do governo federal).

Nesse sentido, via projeto enunciativo do editorial, *Veja* constrói todo um aparato contra o PT e o governo federal, voltando a pauta das manifestações na direção da “corrupção, impunidade e gastos públicos”, para, ao final do texto, trazer o seguinte enunciado, já anunciado no título: “O erro [...] é temer o novo.” Sobre esse tipo de justificativa para a crise, focando no campo moral da corrupção, do qual só os políticos participariam, segundo Rolnik (2013), trata-se de um grande reducionismo, podendo chegar a diversas formas de fascismo, no estilo “melhor sem políticos”.

Dessa forma, *Veja*, assume um discurso de apoio às manifestações, de rechaço ao PT e ao governo federal, partindo da não representatividade das instituições, focando na corrupção e nos gastos públicos. Conforme já mencionado, ao mesmo tempo em que “revelava” as verdadeiras motivações para os protestos, aliava-se ao movimento, influenciando-o. Simultaneamente, dialogava com seus assinantes, na sua maioria de classe média, os quais se identificavam com a nova pauta.

5.3.2 “O PT ficou para trás” – posições enunciativas/ideológicas de *Carta Capital* sobre as manifestações e as instituições no Brasil

O editorial publicado pela revista *Carta Capital* sobre as manifestações, intitulado “O PT ficou para trás” (Anexo 14 e Anexo 16, com suas linhas numeradas) – edição do dia 26 de junho de 2013 – chegou às bancas no dia 22, mesma data do segundo editorial da revista *Veja* analisado neste estudo. Desse modo, o referido editorial, assim como o segundo da revista *Veja*, foi escrito considerando as manifestações da segunda etapa do movimento no Brasil (a partir do dia 13 de junho).

Contextualizando, traz-se algumas informações sobre a capa da revista (Anexo 15) em cujo interior encontra-se o editorial a ser analisado. A capa tem o fundo na cor roxa. Nela, tem-se uma imagem estilizada de um suposto manifestante segurando um cartaz vermelho, no qual está escrito, em letras roxas: “PAREM DE SUBESTIMAR O POVO”. Um pouco mais abaixo, em letras brancas, lê-se: “NINGUÉM CONTROLA A RUA “.

No centro da página do editorial, em tamanho pequeno, há uma fotografia da presidente à época, Dilma Rousseff, na qual ela aparece com a mão tocando o queixo, com um semblante pensativo. Na legenda, o seguinte enunciado: “A presidenta: Entendemos que precisa de alguns companheiros mais atilados”. Quanto ao emprego da palavra “companheiro (s)” (cujo sentido no contexto vai além da significação “parceiro” ou “acompanhante”), segundo Cereja, tal signo adquiriu um valor político-ideológico “[...] com a fundação do Partido dos Trabalhadores, o PT, na década de 1980, que adotou o termo companheiro para se referir aos seus filiados ou a militantes de esquerda com algumas afinidades ideológicas [...]”. (CEREJA, 2012, p. 210). Ainda, de acordo com o autor, o PT teve um papel fundamental no uso e na difusão do signo companheiro com conotação ideológica. Assim, sabendo-se ser essa uma expressão com forte ligação com o PT, fica mais fácil entender o porquê de seu emprego em um gênero da esfera jornalística. Com relação ao substantivo “presidenta”, e não “presidente”, tal forma passou a ser usada logo após a vitória de Dilma Rousseff, nas eleições de 2010, quando a própria pediu que fossem feitas referências a ela como “presidenta”. O uso desse signo, “presidenta”, em geral, indica proximidade ou simpatia pela chefe de governo.

O título do editorial é bastante direto: “O PT FICOU PARA TRÁS”. Através de tal enunciado, percebe-se que *Carta Capital* estabelece uma relação direta entre as manifestações e o PT. Logo abaixo, em um excerto retirado do próprio texto, lê-se: “Fosse aquele anterior à eleição de Lula, hoje cavalgaria o agito popular”.

O editorial, em seu início, aborda a postura da mídia com relação às manifestações:

O Brasil vive um momento de desencontros e esperanças, nem todas bem postas. Primeiríssima entre estas a da **mídia nativa**, chega a sustentar que as atuais **manifestações de rua** se assemelham àquela pelo **impeachment de Fernando Collor**. **Má informação e delírio** são alguns dos atributos do jornalismo pátrio. Quando a **Globo mobilizou uma juventude carnavalizada** para solicitar a condenação do presidente corrupto, o próprio já havia sido atingido fatalmente pelas provas das **ligações entre o Planalto e a Casa da Dinda, levantadas pela IstoÉ**. Seu destino estava selado com ou sem **passeatas**. (linha 1 à 16) Grifos da autora.

A revista inicializa seu discurso reprovando as comparações feitas pela “mídia nativa” (mídia conservadora nacional) entre as Manifestações de Junho de 2013 e as manifestações pelo *impeachment* do ex-presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello⁸¹. A crítica torna-se ainda mais veemente quando *Carta Capital*, deixando presumido não fazer parte desse “jornalismo pátrio”, associa-o à “má informação” e “delírio” (loucura, desvario). Tais escolhas linguísticas carregam o enunciado de um tom de desqualificação em relação à mídia. A revista justifica tais críticas através do argumento de que quando a Rede Globo⁸² mobilizou a “juventude carnavalizada” (em alusão aos “caras-pintadas”, jovens com pinturas nas cores verde e amarelo no rosto, que participaram das manifestações pelo *impeachment* de Fernando Collor), o destino do ex-presidente já estava decidido, em função da publicação, pela revista semanal *IstoÉ*, das ligações do governo com as reformas na casa da família de Collor (a conhecida Casa da Dinda).

Em sua continuidade, lê-se:

No mais, é do conhecimento até do mundo mineral que **imaginar a derrubada de Dilma Rousseff naufraga no ridículo**. (linha 16 à 18)
Grifos da autora.

Carta Capital continua com seu discurso de desqualificação, ridicularizando quem possa imaginar o *impeachment* de Dilma Rousseff. Observando-se a dimensão expressiva do enunciado, fica clara a presença de uma entoação valorativa irônica, principalmente através da expressão “é de conhecimento até do mundo mineral” (que não pensa) que Dilma Rousseff não perderá seu cargo.

Ainda sobre a imprensa nacional, a revista prossegue com seu tom irônico:

⁸¹ Assunto já abordado na introdução deste trabalho.

⁸² Uma referência à Rede Globo de Televisão, de propriedade da família Marinho, citada pela revista *Forbes* como a mais rica do Brasil. É considerada a maior rede de televisão do país, com relação à abrangência do sinal, mantendo os mais altos índices de audiência em, praticamente, todos os horários. É de conhecimento comum, e confessado por seus principais dirigentes, que a Rede Globo teve participação nos encaminhamentos e desfechos de importantes acontecimentos sociopolíticos da história nacional nas últimas décadas.

Impávida, a mídia nativa, depois de recomendar repressão enérgica contra os baderneiros, percebeu a possibilidade de enganar os incautos ao sabor da sua vocação e tradição, e agora afirma com a devida veemência o caráter antigovernista das manifestações. Mira-se logo nas próximas eleições. (linha 19 à 26). Grifos da autora.

Refere-se à “mídia nativa” como “impávida” (“corajosa”), mas em seu sentido negativo. Ao mesmo tempo em que ironiza, enfatiza a desfaçatez da mídia, que começou criticando duramente os manifestantes e, percebendo sua ingenuidade e imprudência, viu uma possibilidade de direcionar as pautas do movimento de acordo com seus interesses e posicionamentos ideológicos.

Carta Capital, ao mesmo tempo em que dialoga com seus assinantes, identificados com sua postura progressista, não deixa de estar dialogando com a imprensa conservadora, que já expôs sua opinião sobre o assunto (ao contrário de *Carta Capital*, que traz seu primeiro editorial sobre o tema). Sendo assim, tomando-se a enunciação numa perspectiva dialógica, o enunciado, além de endereçar-se a seus supostos interlocutores, também responde aos enunciados proferidos anteriormente. (Bakhtin, 2011). No caso, o discurso da revista não deixa de ser uma resposta à imprensa e às suas estratégias.

Na continuidade do editorial, o enunciador se volta para os manifestantes/as manifestações:

Difícil mesmo, se não impossível, por enquanto, descobrir o que move os manifestantes. (linha 26 e 27). Grifos da autora.

No mais, há **espaço nas ruas para as motivações mais diversas**, desde o **prazer da festa** até a expectativa de **quem aspira a alguma mudança sem saber como se daria e com qual profundidade.** (linha 36 à 40). Grifos da autora.

A revista enfatiza que o difícil é descobrir o que realmente querem os manifestantes dessa segunda etapa das manifestações, já que as motivações se tornaram as mais diversas. Segundo Singer (2013), nesse período, outras frações da sociedade aderiram ao movimento, multiplicando sua potência, mas tornando vagas suas demandas.

Ainda, com relação aos manifestantes:

Desde quem se aproveita da confusão para quebrar vidraças e invadir lojas até os netos e bisnetos dos burguesotes das marchas da família, com Deus e pela liberdade⁸³ que invocavam o golpe de 64. (linha 40 à 45). Grifos da autora.

Dentre os manifestantes, os mais variados, indo desde os considerados violentos, até burgueses despolitizados. De acordo com Avritzer (2016), as mudanças da segunda etapa dos protestos deram novos rumos ao movimento: crescimento do número de participantes, pauta redefinida e ampliada e mudança em seu perfil (indo de uma juventude politizada, com um viés de esquerda e uma pauta progressista a uma classe média, no geral, despolitizada, conservadora, com uma pauta bastante dispersa).

Carta Capital refere-se aos manifestantes como fazendo parte de “torcidas organizadas”:

Todos juntos **como torcidas organizadas, mas ao acaso, sem liderança**. (linha 45 à 47). Grifos da autora.

Abrem-se situações expostas a qualquer desfecho [...] (linhas 47 e 48). Grifos da autora.

Tal enunciado e suas escolhas linguísticas para se referir aos manifestantes (“torcidas organizadas”, “ao acaso”, “sem liderança”) denota um julgamento de valor por parte do enunciator: movimentos que não sabem exatamente o que querem e sem liderança podem alcançar “qualquer desfecho”, inclusive, fica presumido, resultados negativos. Segundo Chauí, à época, “As manifestações estão sem rumo, têm palavras de ordem as mais variadas, mas não um rumo, o que as torna frágeis e apropriáveis pela mídia e pela direita.” (CHAUI, 2013, s/p), o que acabou, realmente, se efetivando.

Paradoxalmente ao que havia sido apontado no início do editorial, *Carta Capital* afirma:

[...] e mais uma certeza é a de que **ninguém consegue controlar as ruas**. (linha 47 à 49). Grifos da autora.

⁸³ A *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* é um nome comum a uma série de eventos ocorridos em Março de 1964 em resposta a uma suposta “ameaça comunista” do comício do presidente à época, João Goulart, no dia 13 de março de 1964. Vários grupos sociais, o clero, as famílias e os setores políticos mais conservadores se organizaram em marchas, levando às ruas mais de um milhão de pessoas, com o objetivo de derrubar o presidente João Goulart do governo, o que acabou contribuindo para o início do governo militar.

Tal enunciado contrapõe-se à ideia inicial de que a mídia, percebendo a ingenuidade e a falta de direção dos manifestantes, viu uma possibilidade de direcionar as pautas do movimento de acordo com seus interesses. Sendo assim, “controlar” os manifestantes, em seu sentido denotativo, não. Entretanto, controlá-los, no sentido de “controlar” (“direcionar”) suas pautas, sim.

Em seguida, a revista volta-se para a falta de representatividade das instituições:

Igual ao abismo que separa ricos e pobres há outro entre a nação e as instituições ditas democráticas. Entre Legislativo, Judiciário e Executivo e esta massa empurrada em boa parte por intenções nebulosas. (linha 50 à 55). Grifos da autora.

Avulta, no quadro, a ineficácia do Congresso, entregue aos interesses particulares de deputados e senadores, donde inabilitados a influenciar o destino do protesto popular e, cada qual, o comportamento dos seus eleitores. (linha 55 à 60). Grifos da autora.

O enunciador inclui, além do Executivo e do Legislativo, o Judiciário, como o terceiro poder, também afastado da nação, representada pelos manifestantes. Esses são caracterizados como uma “massa empurrada em boa parte por intenções nebulosas”. Nesse final, não está dito, mas fica presumido, pelo que foi abordado até então, que as “intenções nebulosas” seriam oriundas da referida “mídia nativa”, ou seja, tal “massa”, sem rumo certo, estaria sendo, em parte, conduzida por intenções não muito claras da mídia. Ressalta também a ideia de que o Congresso está entregue aos interesses particulares dos deputados e senadores, os quais não têm mais influência alguma sobre os seus eleitores. De acordo com Rancière (2014), uma das regras mínimas para um sistema representativo poder ser considerado democrático, seria dissociar a representação da vontade geral da representação dos interesses particulares. Essa, segundo o autor, seria uma das condições para se evitar representantes políticos que gostam do poder e acabam “assenhorando-se” dele.

No parágrafo seguinte, o foco é o PT, único partido político ao qual é feita menção no editorial.

[...] **o que se daria hoje se o PT tivesse mantido as posições** anteriores à eleição de Lula (...) (linhas 62 e 63). Grifos da autora.

Hoje **vemos o PT presa dos compromissos da chamada governabilidade**, disposto às piores concessões [...] (linha 66 à 68). Grifos da autora.

O enunciador começa lançando uma reflexão, no sentido de qual seria a situação no momento se o PT não tivesse se afastado de seu ideário, mantendo suas posições mais à esquerda, as quais incluíam, por exemplo, reforma tributária (aumento da taxaço para os mais ricos e cobrança mais justa de impostos), reforma agrária (que se deu, porém em escala muito menor do que a reforma proposta inicialmente), auditorias para rever os valores das dívidas internacionais. A linha inicial do partido apontava o “ataque ao capital” em benefício do povo, o que não se concretizou.

Na continuidade do parágrafo, emprega a expressão, referindo-se ao PT, “presa dos compromissos da governabilidade”, no sentido de que o partido, para poder governar e se manter no poder, fez acordos, no Congresso, com partidos de centro e de direita. O próprio vice de Lula em seus dois mandatos, José Alencar, pertencia a um pequeno partido de centro-direita (PRB – Partido Republicano Brasileiro). Ademais, era um grande empresário do ramo têxtil, o que sinalizava tratar-se de um governo dos “trabalhadores” e do “empresariado”. No caso do governo Dilma Rousseff, também o vice, Michel Temer, era de um partido de centro (PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

Carta Capital, na continuidade de seu discurso, utiliza-se de um enunciado composto por metáforas (“ratoeira”, “queijo”, “ratos”, “armadilha”):

O PT montou a **ratoeira** e ali colocou o **queijo** para atrair os **ratos**. Ao cabo, ele próprio gostou do queijo e caiu na **armadilha**. **Não fosse isso**, [...], **neste instante cavalgaria o agito das ruas**. (linha 70 à 75). Grifos da autora.

Através de tal figura de linguagem, enuncia que o PT não só atraiu uma base sedenta pelo poder, mas o próprio partido se viu atraído por ele e cedeu a concessões para lá permanecer. Ademais, se fosse aquele PT da sua origem, valer-se-ia de tal situação em seu próprio favor, ou seja, “cavalgaria o agito das ruas”.

Prosseguindo, o enunciador se volta para o governo. Começa afirmando, de forma crítica, que o governo petista, representado por Dilma Rousseff, apesar dos índices relativamente altos de aprovação⁸⁴, não diverge do PT com relação a todos os itens já apontados.

O governo não discrepa do PT, a despeito dos índices elevados de aprovação [...] (linhas 77 e 78). Grifos da autora.

A revista foca na relação do governo com a mídia e com a sua base aliada:

Às vezes porta-se como se o complexo do vira-lata, ao qual Lula costuma aludir, **tomasse conta das suas ações**, inclusive no **confronto com a mídia que o ataca e denigre**, e também com uma **base pretensamente aliada, predadora voraz**. (linha 81 à 86). Grifos da autora.

Chama atenção para o fato de que a mídia ataca o governo e este, como se abalado por um complexo de inferioridade, não contra-ataca. O contra-ataque, nesse caso, fica presumido, seria através da regulamentação da mídia, ou seja, mudar o sistema de concessões, criando formas de não permitir que se estabeleça um monopólio da informação, como acontece ainda hoje no Brasil. Enfoca também a questão da base do governo, que, em muitas situações, não se portava realmente como base aliada, mantendo a presidente, com relação a tais situações, uma postura tímida.

Ainda no que diz respeito ao governo, *Carta Capital* assinala a necessidade de mais política e não apenas tecnocracia:

Faltam ao lado da presidenta tanto uma figura capaz de operar politicamente, como se diz, quanto parceiros mais competentes e menos comprometidos em alguns ministérios. Sem esquecer que **os problemas de um país não se resolvem a partir de uma lógica meramente tecnocrática**. (linha 86 à 93). Grifos da autora.

Através de uma leitura mais criteriosa dos enunciados acima, fica claro que, Dilma Rousseff, por sua reconhecida característica mais tecnocrática e

⁸⁴ Até o início de junho de 2013, segundo pesquisa IBOPE/CNI, o percentual de aprovação do governo era de 55%. A referida pesquisa está disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/CNI_IBOPE_edicao%20especial_jul2013_web.pdf. Acesso em: 10/05/2016.

menos política, precisaria de alguém que mediasse os interesses políticos e partidários com as necessidades e com seu plano de governo. Uma figura que dominasse o “jogo” entre seus programas de governo e os diversos interesses que se expressam na sociedade.

Na continuidade do editorial, é feita a seguinte declaração:

Seria trágico, e não hesito ao recorrer ao adjetivo, **desperdiçar 12 anos de governo petista, até hoje de efeitos em geral benéficos**. (linha 94 à 97). Grifos da autora.

Por meio das escolhas linguísticas do enunciado acima, principalmente através do contundente adjetivo “trágico”, percebe-se uma entoação valorativa que expressa “lástima”, ou seja, o enunciador emite um firme juízo de valor, no sentido de que os 12 anos de governo petista, entre erros e acertos, foram positivos para o país. Dessa forma, seria dramático colocar em risco os efeitos benéficos do governo PT (provavelmente, numa referência aos programas sociais, como Prouni; aos programas habitacionais, como Minha Casa Minha Vida; às políticas em relação ao salário mínimo; às políticas de transferência de renda aos mais pobres, como o Bolsa Família; às políticas de fortalecimento da indústria nacional; às reduções drásticas das privatizações).

Sendo assim, de acordo com a revista, para, no mínimo, manter o que foi conquistado, a postura do governo (e, presumidamente, a do PT também) precisaria mudar:

Outra há de ser, porém, a postura nas circunstâncias. Quero dizer, **mais afirmativa, mais desabrida, mais corajosa. E mais afinada com as promessas do passado**. (linha 97 à 101). Grifos da autora.

Para finalizar, *Carta Capital* vê, nas manifestações, uma possibilidade de revigorar a política brasileira:

Isso tudo terá o efeito de **oxigenar a política brasileira**. Tal é mais uma **esperança** do momento. Bem posta, [...] desde que não deságue em nova **desilusão**. (linhas 101 à 105). Grifos da autora.

Entretanto, através do final do enunciado “[...] desde que não deságue em nova desilusão.”, percebe-se um tom de dúvida. Tal possível “nova

desilusão” se somaria à “antiga desilusão”, que se relaciona com as mudanças de direção do PT após a chegada de Lula ao poder.

Fica notório, através do discurso adotado por *Carta Capital* que, com relação à mídia (“mídia nativa”), coloca-se em posição de superioridade, como se tivesse uma visão privilegiada dos acontecimentos, o que não se concretiza em uma previsão certa dos fatos futuros. Inclusive, ridiculariza a ideia que começa a ser trabalhada pela mídia, de um possível *impeachment* de Dilma Rousseff.

Dialoga com seus leitores e com a própria imprensa (respondendo às vozes que projetam a queda da presidente). Foca nos diferentes discursos veiculados por esta ao longo das manifestações, deixando claro o direcionamento da pauta (mirando no governo federal e no PT), possibilitado pelo próprio perfil dos manifestantes (segundo a revista, uma massa ao acaso, com demandas vagas).

A revista defende que há um distanciamento entre a população e as instituições ditas democráticas e, voltando-se para o PT, afirma que esse sofre as consequências de ter se afastado de sua origem (por isso “O PT ficou para trás” – em alusão ao título do editorial). Se o partido tivesse mantido suas posições mais à esquerda, se não tivesse feito certas concessões para se manter no poder, estaria vivenciando uma situação muito diferente, podendo, inclusive, valer-se das manifestações a seu favor.

Retomando a ideia expressa na legenda que acompanha a fotografia da presidente Dilma Rousseff na página do editorial (“A presidenta. Entendemos que precisa de alguns companheiros mais atilados.”), *Carta Capital* foca no governo federal. Conforme ressalta os erros do governo, indica as possíveis soluções, através da assunção de uma nova postura por esse, menos tecnocrática e mais política, além de mais “corajosa” na relação com a base aliada e com a mídia.

A revista, ao tempo em que tece críticas ao PT e ao governo federal, também reconhece que “Seria trágico [...] desperdiçar 12 anos de governo petista, até hoje de efeitos em geral benéficos.”. Apesar de todos os erros cometidos, os resultados (que não são especificados, mas ficam presumidos, constituindo o sentido do enunciado) foram positivos: os programas sociais

desenvolvidos pelo governo, com políticas de transferência de renda aos mais pobres.

Através de sua posição enunciativa, a revista revela um posicionamento ideológico progressista, confirmado em seu site oficial: “[...] a semanal [...] tem orgulho de afirmar-se progressista, respeitadora da diversidade humana e defensora de um mundo mais justo para todos.”⁸⁵

5.3.3 Entre “Sem medo do novo” e “O PT ficou para trás”

Observando-se os dois editoriais publicados no dia 26/06/2013, pela revista *Veja* – “Sem medo do novo” – e pela revista *Carta Capital* – “O PT ficou para trás” –, fica notório que, mesmo havendo sido publicados no mesmo dia, suas posições enunciativas são bastante diferentes.

Tanto *Veja* quanto *Carta Capital* enfocam as causas das manifestações, entretanto através de projetos distintos. As duas revistas reconhecem haver um distanciamento entre as instituições representativas e a população, mas cada uma seguindo um caminho diferente. *Veja* passa a apoiar as manifestações, critica o PT, foca na corrupção (associando-a, quase que completamente, ao PT e ao governo federal) e quer o “novo” (antepondo-se ao “velho”, que está ocupando o poder no momento), o qual, supostamente, abrirá caminhos, trará soluções. Já, *Carta Capital* critica fortemente a mídia que imagina a derrubada de Dilma Rousseff, reconhece os “erros” do PT e os problemas do governo federal, entretanto, apesar de também querer uma “renovação”, deseja-a através de posturas diferentes adotadas pelo governo petista que está no poder.

Com relação aos manifestantes, *Veja* trata-os como patriotas e estabelece uma relação de legitimidade com relação às suas ações e às novas reivindicações da segunda etapa das manifestações, com as quais, ao mesmo tempo em que se identificava, as influenciava. Segundo Avritzer (2016), os movimentos comportavam uma agenda despolitizada, que negava a relação entre corrupção e organização do sistema político, atribuindo-a ao governo petista.

⁸⁵ Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>. Acesso em: 06/01/2017.

Mais na linha de Singer (2013) e Avritzer (2016), *Carta Capital* refere-se aos manifestantes dessa segunda etapa das manifestações como uma massa, praticamente, sem direção, sem líderes, com as mais diversas motivações, pertencente a uma classe média despolitizada e conservadora. Assim, chama atenção para o fato de que movimentos com tais características podem ter qualquer desfecho, inclusive serem enganados, vindo a obter, até mesmo, resultados negativos.

Nesse sentido, a revista, inclusive, afirma que a mídia conservadora, percebendo a falta de direção dos manifestantes, sentiu a possibilidade de enganá-los, ampliando e direcionando sua pauta, atribuindo às manifestações um caráter antigovernista. Sobre a dispersão da pauta, que cresceu a partir da manifestação do dia 13 (quinta-feira), Judensnaider et al (2013) tecem a seguinte consideração: “Se analisarmos o que é publicamente compartilhado nas redes sociais no fim de semana, vemos que, desde a sexta-feira (dia 14) – ou seja, mais ou menos quando começam a circular as revistas semanais – algumas das publicações mais compartilhadas [...] já incorporaram a dispersão de pauta.” (JUDENSNAIDER ET AL., 2013, p. 148)

Com relação aos partidos políticos, as duas revistas focam no PT. *Veja* desqualifica os petistas (usando adjetivos, como tarefeiros, fingidos) e associa o afastamento “forçado” desses das manifestações ao fato de estarem no poder. Já, *Carta capital* aponta os “erros” do PT, enfatizando que esse afastou-se de seu ideário, distanciando-se de suas posições mais à esquerda, cedendo às pressões da chamada “governabilidade”. Inclusive, menciona que se o PT tivesse se mantido fiel aos seus ideais, estaria junto com o povo nas ruas e o teria a seu favor.

Outro assunto importante diz respeito à abordagem das revistas sobre o governo federal. A revista *Veja* ironiza o governo, comparando-o com um planeta distante, afastado da realidade do Brasil, com foco na arrecadação de impostos. *Carta Capital*, assumindo uma postura bastante diferente da de *Veja*, faz críticas ao governo Dilma Rousseff, entretanto, atenta para a forma como vem se dando seu funcionamento. Conforme a revista, esse sofre com os ataques da mídia conservadora e com uma base supostamente aliada, mas não enfrenta essas questões de forma mais desabrida. Com relação à mídia, por exemplo, poderia instituir uma regulamentação dos veículos que operam

sob concessão de direito público. Somando-se a isso, *Carta Capital* alerta para o fato de que o governo precisa ser mais político e menos tecnocrata, com uma efetiva mediação entre os interesses políticos e partidários e as necessidades do seu plano de governo.

Para uma maior compreensão sobre a posição enunciativa das revistas, faz-se importante retomar alguns princípios do Dialogismo Bakhtiniano. Segundo Bakhtin (2011), o enunciador fala de um determinado lugar, assumindo certa posição enunciativa, estabelecida pela sua visão social de mundo, seus valores, baseado na atitude responsiva de seu interlocutor. Nas palavras do autor, “Desde o início, o enunciado se constrói levando em conta as atitudes responsivas, em prol das quais ele, em essência, é criado.” (BAKHTIN, 2011, p. 301).

Ainda em conformidade com o Dialogismo, a língua tem um caráter social e ideológico. Sendo assim, disputas envolvendo relações ideológicas de dominação e resistência na sociedade estão representadas na linguagem. Todo signo adquire um ponto de vista, uma vez que exhibe a realidade de um lugar valorativo, atribuindo-lhe uma ideologia. Portanto, todo signo é ideológico, sendo a linguagem o meio mais incontestável da realização do fenômeno ideológico.

Conforme mencionado, *Veja* e *Carta Capital*, em seus editoriais, assumem posições enunciativas bastante distintas. A revista *Veja* critica o PT, o governo e a própria militância do partido, desqualificando-os. Não busca explicações mais aprofundadas e cai no discurso senso comum, que associa as mazelas do país à política e à corrupção. *Carta Capital* também critica o PT e o governo, entretanto aprofunda o assunto. Aponta que o PT sofre as consequências de ter se afastado de sua origem (mais à esquerda), e o governo de ter exagerado na tecnocracia, entretanto assinala que os efeitos do governo foram, em geral, benéficos. Enquanto o discurso veiculado por *Carta Capital* pode provocar reflexões por parte do leitor, o discurso de *Veja* fica na superficialidade. A própria missão de cada uma das revistas dá pistas de suas direções. Segundo Roberto Civita, *Veja* objetiva “[...] consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil. [...] Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos.” (PUBLIABRIL, 2016, p. 3). De acordo com Mino Carta, *Carta Capital* não tem a intenção “[...] de impor ideias, e sim de

estimular o espírito crítico dos próprios leitores na elaboração de opiniões independentes [...]”. (EDITORA CONFIANÇA, 2016, p.3).

Com relação à mídia, partindo-se de uma das ideias do Dialogismo de que “[...] toda enunciação é uma resposta, uma réplica, a enunciações passadas e a possíveis enunciações futuras [...]” (SOBRAL, 2009, p. 33), *Carta Capital* responde à mídia conservadora, que imagina a queda da presidente, atribuindo a essa má informação e delírio (equívoco cometido pela revista, o qual vem a ser confirmado três anos depois, com o *impeachment* da presidente). Além disso, a acusa de atribuir à pauta das manifestações um caráter antigovernista. *Veja* silencia sobre a atuação da mídia conservadora, uma vez que está incluída nessa, compartilhando das mesmas táticas.

De acordo com o Dialogismo, todo o signo é valorativo, sendo através da linguagem que se realiza o fenômeno ideológico. Observando-se a posição enunciativa de *Veja* e *Carta Capital*, percebe-se que cada uma fala de um determinado lugar valorativo. A posição enunciativa de *Veja* revela um antipetismo. Não apenas critica, mas ironiza o governo e desqualifica o partido e seus militantes completamente. Já a posição enunciativa de *Carta Capital* revela uma certa simpatia pelo governo petista, apesar de reconhecer os erros cometidos. Segundo a revista, o governo do PT trouxe efeitos, em sua maioria, benéficos para o Brasil, os quais, presume-se, tenham relação com os programas sociais e com as políticas de transferência de renda aos mais pobres. Tais posições enunciativas evidenciadas nos editoriais vão ao encontro do posicionamento ideológico evidenciado na página oficial das revistas.

Carta Capital assume-se progressista, declarando em sua página na internet: “[...] a semanal [...] tem orgulho de afirmar-se progressista, respeitadora da diversidade humana e defensora de um mundo mais justo para todos.”⁸⁶ Dessa forma, nada mais natural que haja uma simpatia/identificação maior da revista com o governo petista, que promoveu ações sociais, às quais levaram um pouco mais de justiça social aos mais pobres.

Veja, através de informações disponíveis na página oficial do Grupo Abril⁸⁷, dá mostras de um viés sociopolítico alinhado ao neoliberalismo. Dentre seus princípios estão: “competitividade”, “rentabilidade” e “desenvolvimento da

⁸⁶ Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>. Acesso em: 06/01/2017.

⁸⁷ Disponível em: <http://www.grupoabril.com.br/pt/missao-e-valores>. Acesso em: 06/01/2017.

livre iniciativa”, características de uma visão neoliberal conservadora. Sendo assim, não é surpresa que a revista não tenha pelo PT e o governo federal a mesma identificação apresentada por *Carta Capital*, afinal o governo petista, apesar do afastamento de suas origens, assumiu determinadas políticas (como de redução das privatizações) que andam na contramão do neoliberalismo.

Além de o enunciador falar de um determinado lugar, também considera a atitude responsiva de seu interlocutor. *Veja* e *Carta Capital* têm assinantes com um perfil parecido⁸⁸, relativo à classe social (mais de 60% dos assinantes de *Veja* e quase 80% dos assinantes de *Carta Capital* pertencem às classes A e B). Entretanto, apesar de não ter sido possível encontrar pesquisas sobre o perfil ideológico dos assinantes das revistas, é bastante provável que, pelo menos, a maioria desses busque informação nos meios de comunicação com os quais têm mais afinidade. Dessa forma, provavelmente, *Veja* dialogue com assinantes mais conservadores, do ponto de vista sociopolítico, e *Carta Capital*, com assinantes de uma linha mais progressista. Como a circulação média semanal de *Veja* chega a quase um milhão de exemplares e a de *Carta Capital* fique próxima aos vinte e cinco mil⁸⁹, pode-se deduzir que a população das classes A e B que busca informação em revistas semanais tende a identificar-se mais com meios de comunicação dentro de uma linha mais conservadora.

As revistas também estabelecem um diálogo com seus anunciantes. Conforme informações citadas no capítulo 3, *Veja* ocupa cerca de 40% de suas páginas com anúncios publicitários e *Carta Capital* 15%. O retorno financeiro dessa publicidade tem muita importância para as revistas, representando um valor bastante considerável. Os anunciantes de *Veja* são, na sua maioria, grandes empresas multinacionais, já parte considerável dos anúncios de *Carta Capital* são públicos (não só do governo federal, mas também de governos estaduais e empresas estatais). Dessa forma, *Veja* fala com grandes empresários, muitos estrangeiros, para os quais uma política neoliberal é mais interessante e lucrativa, ao passo que *Carta Capital*, por ter poucos anúncios

⁸⁸ Dados disponíveis no Quadro 6, Capítulo 3, deste trabalho.

⁸⁹ Dados disponíveis no Quadro 2, Capítulo 3, deste trabalho.

oriundos desse grupo social⁹⁰, fica mais à vontade para declarar-se progressista.

A maior ou menor identificação das revistas com a linha ideológica do governo PT, refletiu-se também nos gastos de publicidade da União destinados a cada uma delas⁹¹. De acordo com Rodrigues (2015), do ano 2000 (ano em que Lula assumiu o governo federal) até 2014, *Veja* perdeu, praticamente, uma terça parte de seus lucros com a União, já, *Carta Capital*, nesse mesmo período, quase triplicou seus ganhos com publicidade do governo federal. O aumento se deu ao longo do governo Lula, porque, durante o período governado por Dilma Rousseff, tanto *Veja* quanto *Carta Capital* perderam mais da metade de seus lucros com a União.

As duas revistas, apesar das posições enunciativas diferentes nos editoriais, concordam que as instituições representativas brasileiras estão afastadas da população. Ainda que haja o direcionamento da pauta das reivindicações por parte da mídia, é inegável que o Brasil enfrentava, em 2013, e ainda enfrenta, problemas com relação à desigualdade social e à oferta de serviços públicos de qualidade. Em pesquisa Datafolha, do dia 18 de junho de 2013 (Tabela 2 – Capítulo 2), poucas instituições foram classificadas pela população como tendo “muito prestígio” (apenas ficaram acima de 60%, a imprensa, com 61%, e as redes sociais da internet, com 65%). Instituições, como Congresso Nacional, Forças Armadas, Poder Judiciário, Partidos Políticos, Presidência da República e Ministérios, Sindicatos dos Trabalhadores, todas ficaram com percentual abaixo de 28%, sendo que os percentuais mais baixos correspondem ao Congresso Nacional (12%) e aos partidos políticos (16%). Também de acordo com pesquisa IBOPE, publicada no dia 21 de junho de 2013 (Figura 1 – Capítulo 2), 83% dos entrevistados diziam não se sentir representados por nenhum político e 89% apontavam que não se sentiam representados por nenhum partido político. Segundo Sakamoto (2013), o modelo político atual está em crise por não ter conseguido dar respostas satisfatórias à sociedade.

No Brasil, nas Manifestações de Junho de 2013, uma das demandas tinha relação com o alto pagamento de impostos e o baixo retorno em termos

⁹⁰Tal constatação se deu através da observação, realizada pela própria pesquisadora, dos anúncios publicitários veiculados em várias edições da revista.

⁹¹Dados disponíveis nos Quadros 4 e 5, Capítulo 3, deste estudo.

de serviços públicos de qualidade, como saúde, educação e segurança. As pessoas pediam serviços públicos de qualidade, mas muitas não percebiam que o grande problema está na forma como são cobrados os impostos no Brasil e, posteriormente, como retornam à população. A classe média e os pobres pagam muito, além disso, não têm como sonegar, pois os impostos lhes são cobrados diretamente; em contrapartida, os ricos pagam pouquíssimo em proporção ao que ganham, podendo engendrar nas suas contabilidades formas de sonegação. Isso contribui para a situação de desigualdade em que o país se encontra. O Brasil precisa de uma reforma tributária.

Outro problema que os manifestantes apontavam nas manifestações era a corrupção. Uma das principais causas da corrupção no Brasil é a forma como funciona o sistema eleitoral brasileiro. O financiamento das campanhas não pode continuar sendo feito pelo setor privado. Não há democracia que possa se sustentar nesse sistema. À época, Dilma Rousseff, propôs um plebiscito para que a população pudesse votar uma reforma eleitoral, entretanto os políticos, temerosos de terem suas vantagens abaladas, apressaram-se em impedi-lo. Além disso, a presidente, com relação a essa pauta específica, não teve o apoio necessário das ruas, até porque grande parte da população não associa reforma eleitoral com diminuição da corrupção, tampouco relaciona reforma tributária com melhorias de serviços públicos. De acordo com Chaui, “[...] a crítica aos partidos brasileiros é justificada, a crítica aos governos é justificada, o que não é justificado é não perceber qual a origem desse sistema partidário, qual é a origem desse sistema eleitoral [...]”. (CHAUÍ, 2013, s/p). A mídia, principalmente a que segue uma linha mais conservadora, contribui para isso, ao trabalhar tais questões de forma bastante superficial, focando nas consequências e não nas causas.

Logicamente, pautas, como a necessidade de uma reforma eleitoral, para conter a corrupção, e uma reforma tributária mais justa, que melhore o retorno dos impostos em forma de serviços públicos de qualidade à população, são problemas bastante específicos do Brasil, entretanto esse descrédito atribuído ao Estado e às instituições é visto, por muitos sociólogos, como um problema mundial. Segundo Castells (2013), todos esses movimentos que ocorreram entre 2011 e 2013 no mundo rejeitaram determinadas organizações sociais e instituições da sociedade.

Para autores, como Castells (1999), Bauman (2010), Žižek (2013) e Bauman & Bordoni (2016), dentre outros, o capitalismo vive uma crise, sendo que a causa fundamental dessa crise seria a forma atual do próprio sistema, que inclui o enfraquecimento do Estado. Além disso, a globalização torna a situação ainda mais grave, já que com a “multinacionalização”, a economia global é afetada, ainda que, logicamente, os países “poderosos” sejam atingidos de modo diferente dos países “dependentes”.

De acordo com Bauman, em Bauman (2010) e Bauman & Bordoni (2016), o momento de crise que o mundo vivencia tem a ver com uma crise de Estado. O Estado/poder e a política sempre andaram juntos, no sentido de que a política era responsável pelas decisões e o Estado era forte o necessário para concretizá-las. Com a globalização (que acabou com a fronteira entre os Estados), hoje o poder está distante, espalhado num plano global e separado da política. O Estado perdeu a capacidade de atuação, uma vez que foi “capturado” pelas forças globais, ou seja, vive-se uma crise de agência do Estado-nação. Castells (1999), já afirmava que o Estado vinha perdendo espaço para os fluxos globais de capital, serviços, tecnologia e informação. O autor, à época, já trazia a ideia de que a globalização estava comprometendo a capacidade de agir do Estado.

Dessa forma, as manifestações da atualidade teriam as mesmas causas: a crise do capitalismo (capitalismo financeirizado), do Estado (decorrente da crise do próprio sistema e da globalização), o que resulta numa crise de democracia. O que se vive hoje é uma democracia eleitoral (visão liberal de democracia), mas não uma democracia social e econômica. De acordo com Sousa Santos (2016), vivemos em democracias de baixa intensidade que convivem com regimes sociais fascistas, ou seja, “as sociedades são politicamente democráticas, mas socialmente fascistas”. Ainda segundo o autor, a democracia liberal, cada vez mais, se adapta às exigências do capitalismo. As demandas populares não são atendidas, o Estado não provê serviços sociais adequados. Isso faz com que o povo deixe de acreditar no Estado, nas instituições e nos políticos, que não atendem às suas necessidades.

Essa situação acaba por gerar o que Bordoni, em Bauman & Bordoni (2016), chama de antipolítica (algo com o qual o povo entende que não deve se

envolver, por ser “uma coisa suja”), o que pode levar a consequências sérias, como o autoritarismo.

Para finalizar, faz-se importante trazer algumas considerações de Žižek (2013), para quem o funcionamento do capitalismo global atual é direcionado à expansão do reino do mercado, combinado à diminuição dos serviços públicos. Ainda que, como por exemplo, no Brasil, a causa profunda dos problemas sofridos não chegue ao entendimento de grande parte da população, segundo o autor, a insatisfação é com as consequências do capitalismo como sistema. A democracia multipartidária não é suficiente para conter os excessos do sistema, precisando a democracia ser reelaborada. Sendo assim, nas palavras do autor: “Os protestos globais devem servir de lembrança ao fato de que temos a obrigação de pensar em alternativas.” (ŽIŽEK, 2013, p. 108).

A seguir, no capítulo final, serão retomadas algumas considerações expressas ao longo do trabalho ao tempo em que serão apresentadas reflexões acerca da relação entre as posições enunciativas/ideológicas de *Veja* e *Carta Capital* e os desdobramentos sociopolíticos pós-junho de 2013 no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo seguiu orientações da pesquisa qualitativa de base interpretativista, tendo a análise linguística seu lugar de legitimação no Dialogismo Bakhtiniano, o qual traz em si uma concepção da linguagem inserida num diálogo permanente entre o histórico, o social, o cultural e o ideológico. Tais pressupostos, ao longo do trabalho, mantiveram constante diálogo com ideias de pensadores contemporâneos que se dedicaram a estudar as manifestações de rua no mundo e no Brasil, como Manuel Castells, Zygmunt Bauman, Carlo Bordoni, Slavoy Žižek, Boaventura Santos, dentre outros. Buscou-se apresentar reflexões, colaborando no universo de pesquisas que vêm abordando o posicionamento da mídia frente às Manifestações de Junho de 2013.

Sabe-se que a mídia tem um papel importante em nossa sociedade como formadora de opinião. Não raro, apesar de as informações não serem inventadas, a angulação que é dada a elas está impregnada do discurso ideológico que se deseja defender. Cada órgão de imprensa é constituído de acordo com determinados valores e interesses, ou seja, tem uma ideologia que o orienta. Segundo Moraes (2013), uma das principais características do sistema midiático envolve sua “[...] capacidade de fixar sentidos e ideologias, interferindo na formação da opinião pública e em linhas predominantes do imaginário social.” (MORAES, 2016, p. 12). Ademais, ainda conforme o autor, a grande mídia conservadora tem uma capacidade infinita de manipular e distorcer a realidade em função de defender os interesses do grande capital.

De acordo com Thompson (2002), os meios de comunicação têm uma dimensão simbólica incontestável, influenciando, através da forma de abordagem do que veiculam, atitudes e posicionamentos. Ao entrar em contato com o sistema de informações, o público imprime em suas ações parte do que é transmitido, quando tais informações têm representatividade em seu contexto social. Ainda nesse sentido, Castells (2015a) aborda que as relações de poder na sociedade têm sua base nos processos de comunicação, os quais, segundo o autor, formam mentalidades de forma profunda e duradoura. Sendo assim, o poder midiático é incontestável.

Conforme já evidenciado, as revistas cujos editoriais foram analisados neste trabalho seguem linhas político-ideológicas distintas. *Carta Capital* mantém uma orientação ideológica progressista, identificando-se com o governo petista; ao passo que *Veja* mantém uma posição mais conservadora, alinhada ao neoliberalismo, colocando-se contra o governo do PT. Esta começou desvalorizando a pauta e adjetivando os manifestantes de vândalos, depois passou a tratar os protestos como sendo uma expressão da democracia, focando numa pauta ampla, direcionada contra o governo federal. Dentro disso, é importante mencionar que outros veículos impressos de comunicação importantes no Brasil (como os jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*) adotaram essa mesma postura da revista *Veja* frente às manifestações.

As revistas as quais são tomadas para análise nesta pesquisa são impressas e fazem parte do que se convencionou chamar mídia tradicional. Com a ascensão das novas tecnologias, as redes sociais da internet vêm ganhando um *status* importante no que diz respeito aos meios de comunicação. Entretanto, de acordo com Recuero, “As redes sociais não têm vocação jornalística em essência, mas complementar à prática jornalística.” (RECUERO, 2009, p.13). Ainda segundo a autora, isso não quer dizer que as redes sociais não possam produzir notícia ou, mesmo, colaborar em sua produção, todavia essas redes, em geral, atuam aproximando-se do jornalismo, complementando-o, filtrando matérias relevantes, conferindo credibilidade e importância para estas através das reverberações. Dessa forma, as redes atuam muito no sentido de reproduzir notícias, ficando, em geral, a produção jornalística a cargo dos grandes meios de comunicação.

Segundo Lopes (2016), as duas principais iniciativas de imprensa independente na internet que atuam na cobertura de fatos do dia, preferencialmente em tempo real, são o *Mídia Ninja* (com mais de 850.000 seguidores no *Facebook*) e o *Jornalistas Livres* (com mais de 450.000 seguidores). Tais números são bastante significativos, entretanto ainda são inferiores se comparados aos veículos tradicionais. Só para fazer uma comparação, as revistas *Veja* e *Carta Capital* têm, respectivamente, por volta de 7 milhões e 1,8 milhão de seguidores no *Facebook*. Sendo assim, a mídia

alternativa vem ganhando espaço, entretanto ainda não superou a mídia tradicional com relação à audiência e à produção jornalística.

Portanto, as redes sociais conectam as pessoas e reverberam informações, mas a produção jornalística, as bases da construção do fato político, ainda estão a cargo das estruturas da mídia tradicional. E, no contexto brasileiro, as Manifestações de Junho de 2013 tiveram, na revista *Veja*, um dos primeiros alicerces de uma mudança nos seus rumos e de suas profundas consequências. Evidentemente, que as condições estavam, de alguma forma, criadas (seja nos erros do governo, do PT, no distanciamento das instituições representativas da população, nos serviços públicos precários), entretanto o papel da revista *Veja* e de outros veículos conservadores de grande expressão foram determinantes para a guinada político-ideológica pós-junho de 2013.

Depois das manifestações do dia 13 de junho (quinta-feira), a próxima revista *Veja* a chegar às bancas foi no dia 15 de junho (sábado, mais para o final do dia). Essa edição já veio com a nova abordagem sobre as manifestações. Ainda no dia 15, o Jornal Nacional (principal jornal televisivo do Brasil, veiculado pela Rede Globo de televisão), segundo Souza (2016), continuava com uma cobertura negativa das manifestações, mesmo que, nesse mesmo dia, pela manhã, os jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo* já tivessem começado a mudar sua abordagem. Entretanto, a Globo esperou pelas revistas semanais (não é raro o Jornal Nacional pautar algumas de suas notícias em capas da revista *Veja*) para definir a linha da próxima edição do jornal. Quando chegou segunda-feira, dia 18 de junho, a cobertura passou a adotar o mesmo viés de *Veja* e de outros jornais importantes do país (só que esses, desde o dia 15 – sábado – já vinham adotando tal abordagem). Também segundo Judensnaider et al (2013), naquele final de semana, é a partir do momento em que começam a circular as revistas semanais que a dispersão da pauta das manifestações passa a estar entre as publicações mais compartilhadas nas redes sociais. Quando se chama atenção para a revista *Veja* (mesmo havendo outras três semanais no Brasil, inclusive *Carta Capital*, investigada nesta pesquisa), deve-se ao fato de ser essa a que tem maior circulação entre elas. Nesse sentido, seu alcance e possibilidade de reproduzir sua ideologia é muito maior.

Conforme os meses de junho e julho de 2013 foram passando, a popularidade da Presidente Dilma Rousseff foi caindo sensivelmente (segundo pesquisa IBOPE⁹², recuou de 55% para 31% entre esses meses), além de suas estruturas de sustentação (partidos políticos com um viés de esquerda, sindicatos, centrais sindicais). A partir de agosto, as manifestações, praticamente, não ocorreram mais.

Em 2014, ainda com a permanência da pressão midiática, Dilma Rousseff conseguiu se reeleger. Em julho de 2015, estourou a “operação lava-jato”, que se trata de uma investigação deflagrada pela Polícia Federal (PF), em março de 2014, visando a desmontar um esquema de lavagem de dinheiro e de evasão de divisas, que movimentou centenas de milhões de reais, envolvendo empresários, políticos importantes de diversos partidos, inclusive alguns nomes que faziam parte do governo à época. A partir disso, começou a ser feita uma associação direta do governo com a corrupção, e a presidente começou a perder força cada vez mais. As capas da revista *Veja*, praticamente, todas as semanas, traziam algo contra Dilma Rousseff, contra Lula ou contra o PT.

Depois dos protestos de 2013, uma juventude que não costumava se manifestar nas ruas começou a aparecer frequentemente na imprensa. Notou-se um crescimento de movimentos conservadores e reacionários no Brasil, os quais surgiram na internet. Dentre esses grupos, pode-se citar o “Movimento Brasil Livre” (MBL); “Revoltados On Line”, com quase 750 mil seguidores no *Facebook*, cujo líder defendera a intervenção militar e a extinção dos partidos; o “Vem pra Rua” (articuladores do “panelaço” contra Dilma Rousseff), que apregoam ataques à Venezuela, a Cuba, além de tudo que possa lembrar o comunismo. O líder do MBL, Kim Kataguirí, ganhou *status* de celebridade nacional, auxiliado pela grande mídia, chegando, inclusive, a ser citado várias vezes (sempre de forma positiva) pela revista *Veja* e a ser colunista do jornal *Folha de São Paulo*.

Além do apoio da mídia, esses grupos também receberam suporte (financiamento) de alguns partidos políticos e de empresários importantes. O “Vem pra Rua”, por exemplo, segundo a BBC-Brasil (Companhia de Transmissão Britânica-Brasil), tinha o domínio de seu site oficial em nome da

⁹² A referida pesquisa IBOPE consta no Capítulo 2 deste trabalho.

Fundação Estudar, de Paulo Lemann, que é considerado o maior empresário do Brasil, e o mais rico também, sendo proprietário da cervejaria Ambev, da rede de *fast food* Burger King, dentre outras grandes empresas.

Mais uma manifestação do avanço do conservadorismo no Brasil pós-junho de 2013, que se cristalizou no Parlamento Nacional, são os chamados congressistas BBB (bala, os que são pró-armamento da população; bíblia, os que são evangélicos; boi, os que representam os interesses do agronegócio). Esses três setores formam no Congresso uma espécie de bancada do ultraconservadorismo, que, em número, vem crescendo há muito tempo, mas que passaram a ter expressão e a ganhar visibilidade após junho de 2013. Segundo Souza (2016), formou-se o Congresso mais reacionário de que se tem notícias no Brasil nos últimos tempos.

Tais fenômenos, que representam a ascensão do pensamento de direita, sinalizam que, após as manifestações de 2013, ainda que com enormes contradições, esses atores todos se unificaram, com auxílio da grande mídia nacional, com um objetivo: enfraquecer o governo petista. Nas redes sociais da internet exacerbou-se o discurso anti-PT, chegando a tomar formas fascistas.

Em março de 2015, o MBL alcançou seu auge, atraindo jovens de classe média nas redes e organizando passeatas, pedindo o *impeachment* de Dilma Rousseff. Enquanto os movimentos *pró-impeachment* recebiam apoio dos grandes meios de comunicação, com ampla cobertura da imprensa nos dias de manifestações, os movimentos contra a derrubada da presidente tinham uma divulgação muito menor. Além de não terem auxílio midiático, não podiam mais propagar eventos no *facebook* na mesma amplitude que em 2013, uma vez que, depois das manifestações desse ano, a referida rede social mudou o sistema de comunicação. O número de convites para evento por usuário que, até então, era ilimitado, passou a ser limitado. Essa mudança, certamente, teve reflexo nas divulgações dos eventos pós-2013, já que os convites chegavam para um número muito menor de pessoas.

Em dezembro de 2015, parlamentares (deputados e senadores), boa parte envolvidos em casos de corrupção, instituíram um processo de destituição contra a presidente, com pretexto de irregularidades fiscais (“pedaladas fiscais”), a fim de cobrir déficits nas contas públicas. Essa, uma prática ilegal, mas corriqueira em governos anteriores. Na realidade, os

deputados de direita que conduziram o processo são uns dos mais comprometidos na operação lava-jato, começando pelo presidente da Câmara dos Deputados à época, Eduardo Cunha.

No dia 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff, sob um massacre de gigantescas passeatas organizadas pelos movimentos conservadores, sempre com intensa cobertura dos grandes veículos de comunicação brasileiros, perdeu o cargo de presidente. Segundo Lopes (2016), quatro famílias conduziram todo o cenário para a destituição da chefe de governo:

Os Marinho (Organizações Globo), os Civita (Grupo Abril/*Veja*), os Frias (Grupo Folha) e os Mesquita (Grupo Estado). [...] Colocaram em movimento uma máquina de propaganda incontrastável, sob o nome de “imprensa”, para criar opinião e atmosfera para o golpe de Estado contra o governo de Dilma Rousseff, eleito por 54 milhões de pessoas, em 26 de outubro de 2014. (LOPES, 2016, p. 120).

Sendo assim, o papel da mídia na derrubada do governo petista foi decisivo, não só de acordo com Lopes (2016), mas também segundo Souza (2016) e Miguel (2016), dentre outros. Ainda, conforme Miguel (2016), setores do poder judiciário, que deveriam guardar a constituição, participaram do processo de afastamento da presidente. Paradoxalmente, o próprio ministro presidente do STF (Superior Tribunal Federal), Ricardo Lewandowski, que presidiu a sessão final de julgamento do *impeachment* no Senado, alguns dias depois, declarou que tal expediente havia sido “um tropeço na democracia”.

Após o *impeachment* da presidente, assumiu o poder Michel Temer (vice na chapa de Dilma Rousseff), sendo, de acordo com Miguel (2016), imediatamente, colocada em prática uma vasta agenda de retrocesso: redução de direitos trabalhistas, começo da reforma da previdência, diminuição do patrimônio público, redução do pensamento crítico no que se refere à educação, diminuição dos programas sociais e recuo nas leis ambientais. Nas palavras do autor, ainda que tenhamos eleições diretas em 2018 “talvez até ganhe um candidato mais à esquerda [...], parecerá que a democracia foi restaurada. Mas o retrocesso desses anos não será apagado.” (MIGUEL, 2016, p. 36).

Sobre as revistas *Veja* e *Carta Capital*, com relação à influência no processo, é relevante salientar que esta representa um contraponto necessário

a partir de um pensamento progressista na mídia brasileira, dialogando com outros veículos de comunicação mais conservadores. Entretanto, se comparados seus números aos da *Veja*, sua circulação é mais baixa, o que reduz sua condição de reprodução política-ideológica. Em contrapartida, pode-se dizer que *Veja* (considerando-se seu poder midiático, sua posição enunciativa/ideológica expressa nos editoriais analisados, além de a análise de autores importantes sobre a conjuntura contemporânea no Brasil) esteve na vanguarda dos desdobramentos sociopolíticos pós-junho de 2013, juntamente com outros veículos de comunicação poderosos e do mesmo espectro conservador.

Nesse contexto, o futuro do Brasil se mostra muito incerto. Assim como na Espanha, onde após as manifestações dos chamados “indignados”, a direita voltou ao poder, no Brasil, depois das Manifestações de Junho de 2013, o governo petista, mais à esquerda, foi derrubado, e o poder está nas mãos dos neoliberais conservadores. Ainda que tenhamos eleições diretas em 2018, o cenário político brasileiro se põe aberto a qualquer desfecho. Sendo assim, aqui “Se encerra o discurso, não o diálogo.” (BRAIT; MAGALHÃES, 2014, p. 15)

REFERÊNCIAS

- ABRIL, S.A. **Grupo Abril.** Governança Corporativa. <http://www.grupoabril.com.br/pt/quem-somos/governanca-corporativa>. Acesso em: 18 jan. 2017.
- ABRIL, S.A. **Grupo Abril.** Missão e Valores. <http://www.grupoabril.com.br/pt/missao-e-valores>. Acesso em: 06 jan. 2017.
- ALI, T. O espírito da época. IN: HARVEY et al. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. Trad. João Alexandre Peschanski et al. (2ª reimpressão). São Paulo: Boitempo Editorial, 2012, p. 65-71.
- ALVES FILHO, F. A autoria institucional nos editoriais de jornais. **Alfa**: Revista de Linguística. São Paulo, 2006, nº 50, volume 1, p. 77-89, 2006. Disponível em: <http://www.ser.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1396>. Acesso em: 17/11/2016.
- AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- AZEREDO, J. C.; ANGELIM, R. C. C. Argumentação no jornalismo escrito. IN: CARNEIRO, A. D. (Org.). **O discurso da mídia**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996. p. 125-134.
- BAKHTIN, M. (VOLOSHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. Trad. Aurora Fernoni Bernardini et al. 5 ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.
- BAKHTIN, M. (VOLOSHINOV). **Discurso na vida e discurso na arte** (sobre a poética sociológica). Trad. Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza, com base na tradução inglesa de I. R. Titunik. Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics. In: V. N. Voloshinov, **Freudism**. New York: Academic Press, 1976.
- BAUMAN, Z. & BORDONI, C. **Estado de crise**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- BAUMAN, Z. **Capitalismo parasitário**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BELTRÃO, L. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BOGDAN, R. C. & BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: Uma introdução à teoria e aos métodos. Trad. Maria J. Alvarez; Sara B. dos Santos; Telmo M. Baptista. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BRAIT, B.; MAGALHÃES, A. S. (org.). **Dialogismo teoria e(m) prática**. São Paulo: Terracota, 2014.

BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. IN: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 9-31.

CAMARGO, C. O meio é a mensagem: a globalização da mídia. In: MARTINS, A. L. & LUCA, T. R. de. **História da imprensa no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012

CARCANHOLO, R. A. Interpretações sobre o capitalismo atual. **Herramienta debate y crítica marxista**. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/foro-capitalismo-en-trance/interpretacoes-sobre-o-capitalismo-atual>. Acesso em: 6 jan. 2017.

CARNEIRO, H. S. Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011. IN: HARVEY et al. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. Trad. João Alexandre Peschanski et al. (2ª reimpressão). São Paulo: Boitempo Editorial, 2012, p. 7-14.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. Trad. Rita Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2015a.

CASTELLS, M. “Os cidadãos estão buscando gerar outra democracia” (Entrevista). **Diário Catarinense**, 17/05/2015b, p. 28-31.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede – A era da informação**: economia, sociedade e cultura. Trad. Roneide Venancio Majer. (Vol. 1). Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1999.

CEREJA, W. Significação e tema. IN: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. 5 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CHAUÍ, M. “Pela responsabilidade intelectual e política” (Entrevista). **Revista Cult**, 29/08/2013, (s/p). Disponível em: <http://www.geledes.org.br/marilena-chauí-pela-responsabilidade-intelectual-e-politica/#gs.hXuQvdo>. Acesso em: 26 maio 2017.

CORRÊA, T. S. A era das revistas de consumo. In: MARTINS, A. L. & LUCA, T. R. de. **História da imprensa no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DENZIN, N. K. & LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. **O planejamento da**

pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Trad. Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DUPUIS-DÉRI, F. **Black blocs.** Trad. Guilherme Miranda. São Paulo: Veneta, 2014.

EDITORA CONFIANÇA. **Carta Capital Midia kít 2016.** Disponível em: https://www.editoraconfianca.com.br/formatos_html/assets/editoraconfianca_20_07.pdf. Acesso em: 25/10/2016

FARIA, M. A.; ZANCHETTA, J. Jr. **Para ler e fazer o jornal na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2002.

FERNANDES, E. & ROSENO, R. de F. **Protesta Brasil:** das redes sociais às manifestações de rua. São Paulo: Prata Editora, 2013.

G1. Grupo Abril vende operação de educação para Fundos Tarpon. **Economia.** Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/02/fundos-da-tarpon-fecham-aquisicao-de-controle-da-abril-educacao-20150209075504229921.html>. Acesso em: 17 jan. 2017.

GIDDENS, A. **The consequences of Modernity.** Cambridge: Polity Press, 1990.

GOHN, M. da G. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HARVEY, D. Os rebeldes na rua: o partido de Wall Street encontra sua nêmesis. IN: HARVEY et al. **Occupy:** movimentos de protesto que tomaram as ruas. Trad. João Alexandre Peschanski et al. (2ª reimpressão). São Paulo: Boitempo Editorial, 2012, p. 57-64.

HARVEY, D. **The condition of Post-Modernity.** Oxford: Oxford University Press, 1989.

IASI, M. L. A rebelião, a cidade e a consciência. IN: MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 41-46.

JUDENSNAIDER, H. et al. **Vinte centavos:** a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013.

LATTMAN-WELTMAN, F.; RAMOS, P. A.; CARNEIRO, J. A. D. **A imprensa faz e desfaz um presidente.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LIMA, V. A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. IN: MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 89-94.

LOPES, M. As quatro famílias que decidiram derrubar um governo. IN: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 119-126.

MAFFESOLI, M. **A república dos bons sentimentos**. Trad. Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009.

MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais**: Linguagens, Ambientes e Redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MARTINS, A. L. & LUCA, T. R. de. **História da imprensa no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012

MCGREW, A. A global society? IN: HALL, S.; HELD, D.; MCGREW, A. (Orgs.). **Modernity and its futures**. Cambridge: Polity Press/Open University Press, 1992, p. 61-116.

MELO, J. M. de. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo. 3 ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MELO, J. M. de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MIGUEL, L. F. A democracia na encruzilhada. IN: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 31-38.

MIOTELLO, V. Ideologia. IN: BRAIT, B. (org). **Bakhtin**: conceitos-chave. 5 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 167-176.

MORAES, D. Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial. IN: MORAES, D. de (Org.); RAMONET, I.; SERRANO, P. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. Rio de Janeiro: FAPERJ/Boitempo Editorial, 2013, p. 12-30.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. IN: MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 13-18.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PESCHANSKI, J. A. Os “ocupas” e a desigualdade econômica”. In: HARVEY et al. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. Trad. João Alexandre Peschanski et al. (2ª reimpressão). São Paulo: Boitempo Editorial, 2012, p. 27-30.

POMAR, M. Não foi um raio em um céu azul. In: JUDENSNAIDER, H. et al. **Vinte centavos**: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013, p. 9-19.

PUBLIABRIL. **Veja mídia kit 2016**. Disponível em: http://publiabril.abril.com.br/midia_kits?brand=Veja. Acesso em: 25/10/2016.

RANCIÈRE, J. **O ódio à democracia**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

RECUERO, R. **A conversação em rede**: Comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RECUERO, R. Redes Sociais na Internet, Difusão de Informação e Jornalismo: Elementos para discussão. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; FIRMINO, Fernando.(Org.). **Metamorfoses jornalísticas 2**: a reconfiguração da forma. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2009, v. p. 1-269.

REVISTA CAROS AMIGOS. São Paulo: Ed. Caros Amigos, ano 9, n. 113, ag/2006.

REVISTA CARTA CAPITAL. Editora. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>. Acesso em: 06 jan. 2017.

REVISTA CARTA CAPITAL. São Paulo: Editora Confiança, ano XVIII, n. 754, 26 jun., 2013.

REVISTA VEJA. São Paulo: Editora Abril, ano 46, n. 26, 26 jun. 2013.

REVISTA VEJA. São Paulo: Editora Abril, ano 46, n. 25, 19 jun. 2013.

REVISTA VEJA. São Paulo: Ed. Abril, ano, 21 n. 1020, 23 mar. 1988.

REVISTA VEJA. São Paulo: Ed. Abril, ano 25, n. 1251, 9 set. 1992.

RODRIGUES, Fernando. TV Globo recebeu R\$ 6,2 bilhões de publicidade federal com PT no Planalto. **UOL, Notícias. Política**. Disponível em: <http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2015/06/29/tv-globo-recebeu-r-62-bilhoes-de-publicidade-federal-com-pt-no-planalto/>. Acesso em: 20 jan. 2017.

ROLNIK, R. Apresentação – As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. IN: MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 7-12.

ROSÁRIO, Miguel do. As ligações da *Veja* com o *apartheid* da África do Sul. **O Cafezinho**. Disponível em: <http://www.ocafezinho.com/2013/12/11/as-ligacoes-da-veja-com-o-apartheid-da-africa-do-sul/>. Acesso em: 18 jan. 2017.

SADER, E. Crise capitalista e novo cenário no Oriente Médio. IN: HARVEY et al. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. Trad. João Alexandre Peschanski et al. (2ª reimpressão). São Paulo: Boitempo Editorial, 2012, p. 83-86.

SAFATLE, V. Amar uma ideia. IN: HARVEY, D. et al. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. Trad. João Alexandre Peschanski et al. (2ª reimpressão). São Paulo: Boitempo Editorial, 2012, p. 45-55.

SAKAMOTO, L. Em São Paulo, o *Facebook* e o *Twitter* foram às ruas. IN: MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 95-100.

SOUSA SANTOS, B. de. “Vivemos em sociedades politicamente democráticas mas socialmente fascistas” (Entrevista). **Pensar Contemporâneo**, 8/12/2016, (s/p). Disponível em: <http://www.pensarcontemporaneo.com/vivemos-em-sociedades-politicamente-democraticas-mas-socialmente-fascistas-por-boaventura-de-sousa-santos>. Acesso em: 20 mai. 2017.

SCOTT, J. (org.) **Sociologia: conceitos-chave**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SEGURADO, R. A mídia e a crise política brasileira. In: CONGRESO DEMOCRACIA Y BIEN GOBIERNO, VII, 2005, Madrid. **Democracia y buen gobierno**: VII Congreso Espanol de Ciencia Política y de la Administración. Barcelona: AECPA, 2005. p. 230-241.

SEIXAS, L. **Redefinindo os gêneros jornalísticos**: proposta de novos critérios de classificação. Covilhã – Portugal: Labcom Books, 2009. Disponível em: http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110818-seixas_classificacao_2009.pdf. Acesso em: 12/12/2016.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013 – **Classes e ideologias cruzadas**. Novos Estudos, n. 97, p. 23-40, nov, 2013.

SOBRAL, A. Ato/atividade e evento. IN: BRAIT, B. (org.) **Bakhtin: conceitos-chave**. 5 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012a, p. 11-36.

SOBRAL, A. Estética da criação verbal. IN: BRAIT, B. (org.) **Bakhtin: dialogismo e polifonia**. São Paulo, Editora Contexto: 2012b, p. 167-187.

SOBRAL, A. Gêneros discursivos, posição enunciativa e dilemas da transposição didática: novas reflexões. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 37-45, jan./mar. 2011.

SOBRAL, A. **Do dialogismo ao gênero**: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009. Série Ideias sobre Linguagem.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

THOMPSON, J. B. A. **A Mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. IN: MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 35-40.

WALLERSTEIN, I. A esquerda mundial após 2011. IN: HARVEY et al. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. Trad. João Alexandre Peschanski et al. (2ª reimpressão). São Paulo: Boitempo Editorial, 2012, p. 73-76.

YAGUELLO, M. Bakhtin, o homem e seu duplo (Introdução). IN: BAKHTIN, M. (VOLOSHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2012, p. 11-19.

ŽIŽEK, S. Problemas no paraíso. IN: MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 101-108.

ŽIŽEK, S. O violento silêncio de um novo começo. IN: HARVEY et al. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. Trad. João Alexandre Peschanski et al. (2ª reimpressão). São Paulo: Boitempo Editorial, 2012, p. 15-26.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR⁹³

ABAD, A. Islândia, um país que pune os banqueiros responsáveis pela crise. **Carta Maior**. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Islandia-um-pais-que-pune-os-banqueiros-responsaveis-pela-crise/7/16467>. Acesso em: 16 set. 2015.

ANDERSON, P. “A rua e o poder”. **O Estado de São Paulo**, 03/11/2103, p. E2.

BAKHTIN, M. **O Freudismo**. Trad. Paulo Bezerra. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

BBC. Brasil. **Líbia vive caos com 2 governos, 1.700 milícias e avanço do Estado Islâmico**. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150129_libia_caos_ei_fn. Acesso em: 03 nov. 2015.

BRAIT, B. (org). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

BRINGEL, B. **Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013**. Insight Inteligência, n. 62, p. 43-51, jul.-ago.-set, 2013.

CALLIGARIS, C. “A pauta dos jovens sem pauta comum”. **Folha de São Paulo**, 17/11/2011, p. E14.

CERRONI, U. **Política: Métodos – Teorias – Processos – Sujeitos - Instituições – Categorias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

COSCELLI, J. “A revolução será twittada”. **O Estado de São Paulo**, 17/12/2011.

COSTA, L. R. Dialogismo e responsividade no discurso da SBPC: análise de editoriais da revista *Ciência Hoje*. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 39 (3): p. 818-831, mai.-ago. 2010.

EL PAÍS. Zygmunt Bauman: “As redes sociais são uma armadilha”. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html? id_externo_rsoc=fb_CM. Acesso em: 10 jan. 2016.

EURONEWS. Egito: Manifestações mortíferas marcam aniversário da revolução. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2015/01/25/egito-manifestacoes-mortiferas-marcam-aniversario-da-revolucao>. Acesso em: 04 nov. 2015.

FARACO, C.A. **Linguagem e diálogo: as ideias do Círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola, 2009.

⁹³ Tais referências contribuíram para a realização deste trabalho e, ainda que não sejam citadas, perpassam o texto. O leitor, que tenha mais curiosidade com relação ao tema, pode buscar informações extras através das obras citadas.

FOLHA DE S. PAULO (Jornal). Protesto contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP. 7 de junho de 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/112751-protesto-contr-aumento-de-onibus-tem-confronto-e-vandalismo-em-sp.shtml> . Acesso em: 15 mar. 2016.

G1. No aniversário de 4 anos da revolta, 17 manifestantes são mortos no Egito. **Mundo**. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/no-aniversario-de-4-anos-da-revolta-11-manifestantes-sao-mortos-no-egito.html>. Acesso em: 04 nov. 2015.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GODOY, F. (Coord.). **O Brasil nas ruas**. Rio de Janeiro: Infoglobo, 2013. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=MhrT8e-4XeAC&pg=PT8&lpg=PT8&dq=Convocadas>. Acesso em 20 jun. 2016.

GRIPP, A. “Não era pelos 20 centavos”. **Folha de São Paulo**, Caderno Retrospectiva, 27/12/2013, p. 2.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. (11ª ed.) Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARVEY, D. et al. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. Trad. João Alexandre Peschanski et al. (2ª reimpressão). São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

LASN, K. Criador do *Occupy Wall Street* diz que "a magia acabou". **Folha de São Paulo**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2012/09/1150343-criador-do-occupy-wall-street-diz-que-a-magia-acabou.shtml>. Acesso em: 17 jan. 2016.

LIMA, J. A. Quatro anos depois, a Líbia é um caos: A União Europeia cogita sancionar guerrilheiros líbios contrários ao acordo de paz, rara boa iniciativa que pode ajudar o país africano. **Carta Capital**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/quatro-anos-depois-a-libia-e-um-caos-2005.html>. Acesso em: 03 nov. 2015.

MAFFESOLI, M. **Vejo esses movimentos como Maiores de 68 pós-modernos**. O Globo, 22 jun. 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/michel-maffesolivejo-esses-movimentos-como-maiores-de-68-pos-modernos-8786658>. Acesso em: 29 out. 2013.

MORAES, D. de (Org.); RAMONET, I.; SERRANO, P. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. Rio de Janeiro: FAPERJ/Boitempo Editorial, 2013.

NOBRE, M. **Choque de democracia**: razões da revolta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOGUEIRA, M. A. **As ruas e a democracia**: Ensaios sobre o Brasil contemporâneo. São Paulo: Contraponto, 2013.

PRESSE, F. Guerra na Síria já deixou 240 mil mortos, entre eles 12 mil crianças. **Globo**. Disponível em: [http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/08/ guerra-na-siria-ja-deixou-240-mil-mortos-entre-eles-12-mil-criancas.html](http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/08/guerra-na-siria-ja-deixou-240-mil-mortos-entre-eles-12-mil-criancas.html). Acesso em: 04 nov. 2015.

PRESSE, F. Conflito na Síria completa 4 anos com balanço humanitário dramático. **Globo**. Disponível em: [http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/03/ conflito-na-siria-completa-4-anos-com-balanco-humanitario-dramatico-20150315164505898955.html](http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/03/conflito-na-siria-completa-4-anos-com-balanco-humanitario-dramatico-20150315164505898955.html). Acesso em: 04 nov. 2015.

RIBEIRO, A. P. G.; SACRAMENTO, I. (Orgs.). **Mikhail Bakhtin**: linguagem, cultura e mídia. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2010.

SANTOS, F. **Do protesto ao plebiscito**: uma avaliação crítica da atual conjuntura brasileira. Novos Estudos, n. 96, jul. 2013a.

SANTOS, F. **Primavera brasileira ou outono democrático?** Insight Inteligência, n. 62, p. 32-38, jul.-ago.-set, 2013b.

SILVA, R. O.; ALMEIDA, M. F. Análise da interação verbal na teoria bakhtiniana. **Macabéa** – Revista Eletrônica do Netlli. v. 2., n.1., jun. 2013, p. 117-127.

SOBRAL, A. Texto, discurso, gênero: alguns elementos teóricos e práticos. **Nonada: Letras em Revista**. Porto Alegre, ano 13, n. 15, p. 9-29, 2010.

ANEXOS

Anexo 1 – Primeiro ato em São Paulo (06/junho/ 2013)

São Paulo - Capital



Disponível em: <https://goo.gl/xe3ONY>
Acesso em: 17/06/2016.

São Paulo - Capital



Disponível em: <https://goo.gl/L0iiYc>
Acesso em 17/06/2016.

São Paulo - Capital



Disponível em: <https://goo.gl/dsHxYF>
Acesso em: 17/06/2016.

São Paulo - Capital



Disponível em: <https://goo.gl/misi7z>
Acesso em: 17/06/2016.

Anexo 2 – Segundo dia de protesto (07/junho/2013)

São Paulo - Capital



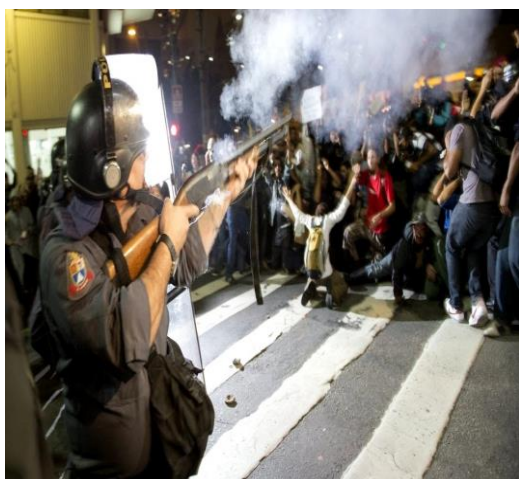
Disponível em: <https://goo.gl/dQfWQz>
Acesso em: 17/06/2016.

São Paulo - Capital



Disponível em: <https://goo.gl/Q5G0Jo>
Acesso em: 17/06/2016.

São Paulo - Capital



Disponível em: <https://goo.gl/zsFllw>
Acesso em: 17/06/2016.

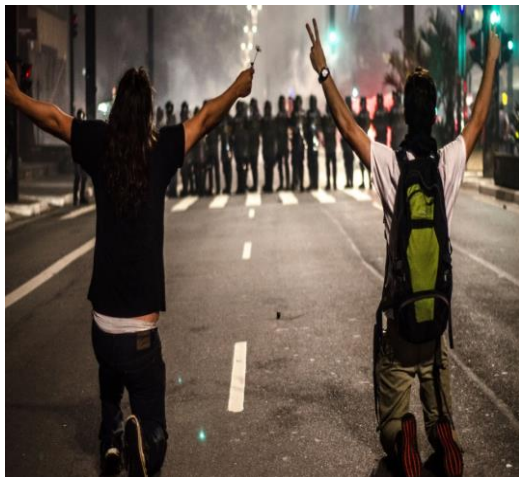
São Paulo - Capital



Disponível em: <https://goo.gl/3k8Ds5>
Acesso em: 17/06/2016.

Anexo 3 – Terceiro dia de protesto (11/junho/2013)

São Paulo - Capital



Disponível em: <https://goo.gl/E4rv3Z>
Acesso em: 17/06/2016.

São Paulo - Capital



Disponível em: <https://goo.gl/SCOs9W>
Acesso em: 17/06/2016.

São Paulo - Capital



Disponível em: <https://goo.gl/z5d2iw>
Acesso em: 17/06/2016.

São Paulo - Capital



Disponível em: <https://goo.gl/n9YFkA>
Acesso em: 17/06/2016.

Anexo 4 – Quarto dia de protesto (13/junho/2013)

São Paulo - Capital



Disponível em: <https://goo.gl/Kp6Bak>
Acesso em: 17/06/2016.

São Paulo - Capital



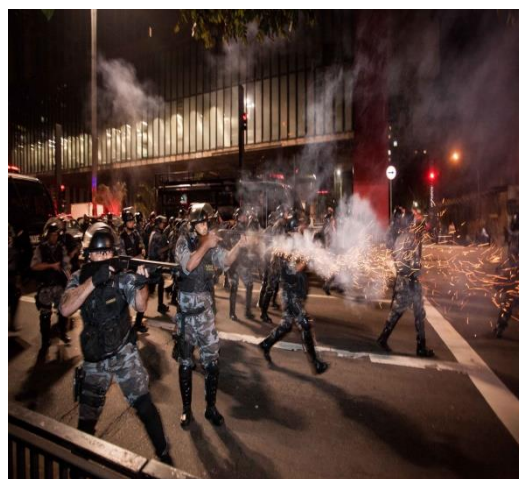
Disponível em: <https://goo.gl/OrMFzY>
Acesso em: 17/06/2016.

São Paulo - Capital



Disponível em: <https://goo.gl/5TcieZ>
Acesso em: 17/06/2016.

São Paulo - Capital



Disponível em: <https://goo.gl/N294wW>
Acesso em: 17/06/2016.

Anexo 5 – Quinto dia de protesto (17/junho/2013)

São Paulo - Capital



Disponível em: <http://migre.me/wKDxU>
Acesso em: 17/06/2016.

Brasília - DF



Disponível em: <https://goo.gl/IzYKel>
Acesso em: 17/06/2016.

São Paulo - Capital



Disponível em: <https://goo.gl/YlrL9b>
Acesso em: 17/06/2016.

São Paulo - Capital



Disponível em: <https://goo.gl/mhH7oM>
Acesso em: 17/06/2016.

Anexo 6 – Sexto dia de protesto (18/junho/2013)

São Paulo - Capital



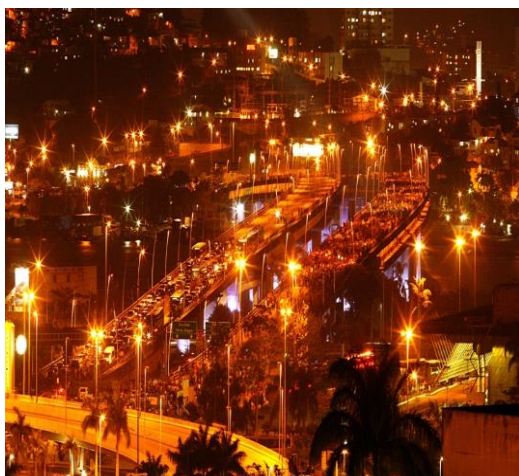
Disponível em: <https://goo.gl/ILkSna>
Acesso em: 17/06/2016.

São Paulo - Capital



Disponível em: <https://goo.gl/10GoqQ>
Acesso em: 17/06/2016.

Florianópolis - SC



Disponível em: <https://goo.gl/cJT4R7>
Acesso em: 17/06/2016.

Belo Horizonte - MG



Disponível em: <https://goo.gl/sG377K>
Acesso em: 17/06/2016.

Anexo 7 – Sétimo dia de protesto (20/junho/2013)

Rio de Janeiro - Capital



Disponível em: <https://goo.gl/a7DT8w>
Acesso em: 17/06/2016.

Pelotas – RS



Disponível em: <https://goo.gl/yKGFZG>
Acesso em: 17/06/2016.

São Paulo - Capital



Disponível em: <https://goo.gl/8Fij88>
Acesso em: 17/06/2016.

São Paulo - Capital



Disponível em: <https://goo.gl/tC3Htm>
Acesso em: 17/06/2016.

Anexo 8 - Editorial da revista *Veja* (ed. 25, 19 jun. 2013)**Carta ao Leitor**

Atrás dos cartazes
sempre se esconde
um desconforto
legítimo dos jovens

Eles querem dizer alguma coisa

Uma reportagem especial desta edição se dispõe a explicar o que querem os jovens brasileiros que estão vandalizando as ruas a pretexto de lutar contra o aumento de 20 centavos nas passagens urbanas. Eles querem protestar. São donos de uma indignação difusa contra o “sistema” e pregam que um “outro mundo é possível”. Nisso são iguais aos jovens americanos que em 2011 protagonizaram uma furiosa mas meteórica revolta urbana contra o capital financeiro (“Ocupe Wall Street”). Eles se parecem com os estudantes ingleses que, também há dois anos, barricaram o centro de Londres em protesto contra a cobrança de algumas taxas nas universidades, que até 1997 eram inteiramente gratuitas.

Eles têm em comum principalmente o fato de pertencer às classes médias e ricas de seus respectivos países. Uma pesquisa mostrou que a renda média anual dos participantes do movimento contra Wall Street era de mais de 80 000 dólares. O símbolo máximo dos militantes pela universidade gratuita de Londres foi Charles Gilmour, filho do milionário guitarrista da lendária

banda de rock Pink Floyd e, claro, com dinheiro familiar bastante para custear as mais caras universidades do planeta. Os repórteres de VEJA entrevistaram dezenas de jovens nas ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro que, candidamente, confessaram nunca andar de ônibus, mas protestavam mesmo assim em nome de suas empregadas domésticas. Fosse esse mesmo o caso, seria mais eficiente pedir aos pais um aumento de salário para elas.

Uma lição valiosa, porém, é a de que esses surtos de indignação da juventude sempre guardam uma razão real escondida atrás dos cartazes com dizeres desconexos e palavras de ordem utópicas. Eles não podem ser simplesmente descartados como arroubos naturais daquela idade em que, como dizia o ditado, sobra força e falta sabedoria. Tampouco ajuda enxergar esses jovens apenas como massa de manobra de partidos radicais. É muito útil tentar decifrar quais são as verdadeiras frustrações extravasadas violentamente por eles nas ruas das grandes cidades brasileiras. A reportagem de VEJA que começa na página 82 contribui para isso.

Carta ao Leitor

Sem medo do novo

As manifestações de rua da semana passada mostraram de modo inequívoco que estão quebrados os canais de comunicação de imensa porção da sociedade brasileira com as instituições que deveriam representá-la. Não era novidade para ninguém que o distante planeta Planalto, a Brasília da Fantasia, vinha se tornando, governo após governo, uma entidade divorciada do Brasil real e focada apenas na arrecadação da maior carga fiscal entre os países emergentes. O susto maior foi descobrir nos cartazes e nas palavras de ordem gritadas nas manifestações que a insatisfação é muito mais profunda e generalizada do que qualquer um poderia prever.

O choque realmente perturbador pegou em cheio os partidos de esquerda, e em especial o PT, que se consideravam donos das ruas. Não são. As ruas brasileiras hoje pertencem aos brasileiros que não se sentem representados por essas legendas e que fizeram questão de obrigar os militantes do PT, do PSOL, e de outras agremiações a baixar suas bandeiras quando tentaram participar dos protestos. Na quinta-feira passada, sindicalistas da CUT foram vigorosamente afastados de uma passeata no Rio de Janeiro quando, obedecendo a ordens do ex-presidente Lula, quiseram se passar por manifestantes. Na Avenida Paulista, o coração de São Paulo, a mesma rejeição foi dirigida a petistas tarefeiros que, obedientes ao chamamento da direção nacional, imaginaram poder se misturar aos demais,



Protestar contra a corrupção e contra outras mazelas atuais levou o povo às ruas nas grandes cidades brasileiras

fingindo comungar da indignação geral com a corrupção, a impunidade e os gastos públicos de péssima qualidade. Foram violentamente lembrados de que estão no poder. São, portanto, alvo da indignação.

Os brasileiros que estão indo às ruas não admitem mais ser usados como massa de manobra por partidos e políticos profissionais. Alguns exibiram cartazes com dizeres anarquistas, como o que proclamava que "o povo unido não precisa de partido". A primeira reação é lembrar a total inviabilidade de um modelo político em que o poder é exercido diretamente pelas ruas. Isso leva ao caos, e este à miséria moral e econômica. Mas, neste momento, o imperativo é ouvir as ruas e esperar que essa energia pura seja canalizada para a construção de instituições mais representativas dos anseios populares legítimos. O erro fatal agora é fechar os ouvidos. É temer o novo.

Anexo 10 - Editorial da revista *Carta Capital* (ed.754, 26 jun. 2013)

EDITORIAL

Mino Carta O PT ficou para trás

► Fosse aquele anterior à eleição de Lula, hoje cavalgaria o agito popular

O BRASIL VIVE UM momento de desencontros e esperanças, nem todas bem-postas. Primeiríssima entre estas a da mídia nativa, chega a sustentar que as atuais manifestações de rua se assemelham às aquelas pelo *impeachment* de Fernando Collor. Má informação e delírio são alguns dos atributos do jornalismo pátrio. Quando a Globo mobilizou uma juventude carnavalizada para solicitar a condenação do presidente corrupto, o próprio já havia sido atingido fatalmente pelas provas das ligações entre o Planalto e a Casa da Dinda, levantadas pela *IstoÉ*. Seu destino estava selado com ou sem passetas. No mais, é do conhecimento até do mundo mineral que imaginar a derrubada de Dilma Rousseff naufraga no ridículo.

Impávida, a mídia nativa, depois de recomendar repressão energética contra os baderneiros, percebeu a possibilidade de enganar os incautos ao sabor da sua vocação e tradição, e agora afirma com a devida veemência o caráter antigovernista das manifestações. Mira-se logo nas próximas eleições. Difícil mesmo, se não impossível por enquanto, distinguir o que move os manifestantes. Certa apenas a demanda da periferia no país da casa-grande e da senzala. Aludo à maioria dos brasileiros que usam ônibus e desconhecem um certo Estado do Bem-Estar Social, para sofrer as consequências de sistemas de saúde, educação, transporte coletivo de péssima qualidade. Sem contar o saneamento básico.

No mais, há espaço nas ruas para as motivações mais diversas, desde o prazer



A presidenta. Entendemos que precisa de alguns companheiros mais atilados

da festa até a expectativa de quem aspira a alguma mudança sem saber como se daria e com qual profundidade. Desde quem se aproveita da confusão para quebrar vidraças e invadir lojas até os netos e bisnetos dos burguesotes das marchas da família, com Deus e pela liberdade, que invocavam o golpe em 1964. Todos juntos, como torcidas uniformizadas, mas ao acaso, sem liderança. Abrem-se situações expostas a qualquer desfecho e mais uma certeza é a de que ninguém consegue controlar as ruas.

Entende-se. Igual ao abismo que separa ricos e pobres há outro entre a nação e as instituições ditas democráticas. Entre Legislativo, Judiciário e Executivo e esta massa empurrada em boa parte por intenções nebulosas. Avulta, no quadro, a ineficácia do Congresso, entregue aos interesses particulares de deputados e senadores, donde inabilitados a influenciar o destino do protesto popular e, cada qual, o comportamento dos seus eleitores.

Pergunto aos meus inquietos botões o que se daria hoje se o PT tivesse mantido

as posições anteriores à eleição de Lula, quando no centro de sua doutrina instalava-se a negativa peremptória à modernização do atraso. Hoje vemos o PT presa dos compromissos da chamada governabilidade, disposto às piores concessões e irremediavelmente esquecido das consignas de outrora. O PT montou a ratoeira e ali colocou o queijo para atrair os ratos. Ao cabo, ele próprio gostou do queijo e caiu na armadilha. Não fosse isso, respondem soturnos os botões, neste instante cavalgaria o agito das ruas. Seria o partido que lidera antes mesmo de controlar.

O governo não discrepa do PT, a despeito dos índices elevados de aprovação, conquanto em leve diminuição e à espera das consequências das manifestações destes dias. Às vezes porta-se como se o complexo do vira-lata, ao qual Lula costuma aludir, tomasse conta das suas ações, inclusive no confronto com a mídia que o ataca e denigre, e também com uma base pretensamente aliada, predadora voraz. Faltam ao lado da presidenta tanto uma figura capaz de operar politicamente, como se diz, quanto parceiros mais competentes e menos comprometidos em alguns ministérios. Sem esquecer que os problemas do País não se resolvem a partir de uma lógica meramente tecnocrática.

Seria trágico, e não hesito ao recorrer ao adjetivo, desperdiçar 12 anos de governo petista, até hoje de efeitos em geral benéficos. Outra há de ser, porém, a postura nas circunstâncias. Quero dizer, mais afirmativa, mais desabrida, mais corajosa. E mais afinada com as promessas do passado. Ouço uma voz otimista: "Isso tudo terá o efeito de oxigenar a política brasileira". Tal é mais uma esperança do momento. Bem-posta, creio eu, desde que não deságue em nova desilusão. ■

Anexo 11 – Capa da revista *Veja* (ed.25, 19 jun. 2013)

Anexo 12 – Editorial da revista *Veja* (ed.25, 19 jun. 2013) – linhas numeradas



Eles querem dizer alguma coisa

1 **U**ma reportagem especial desta edi-
 2 ção se dispõe a explicar o que que-
 3 rem os jovens brasileiros que estão
 4 vandalizando as ruas a pretexto de lutar
 5 contra o aumento de 20 centavos nas passa-
 6 gens urbanas. Eles querem protestar. São
 7 donos de uma indignação difusa contra o
 8 “sistema” e pregam que um “outro mundo
 9 é possível”. Nisso são iguais aos jovens
 10 americanos que em 2011 protagonizaram
 11 uma furiosa mas meteórica revolta urbana
 12 contra o capital financeiro (“Ocupe Wall
 13 Street”). Eles se parecem com os estudan-
 14 tes ingleses que, também há dois anos,
 15 barricaram o centro de Londres em protesto
 16 contra a cobrança de algumas taxas nas
 17 universidades, que até 1997 eram inteira-
 18 mente gratuitas.
 19 Eles têm em comum principalmente o
 20 fato de pertencer às classes médias e ricas
 21 de seus respectivos países. Uma pesquisa
 22 mostrou que a renda média anual dos parti-
 23 cipantes do movimento contra Wall Street
 24 era de mais de 80 000 dólares. O símbolo
 25 máximo dos militantes pela universidade
 26 gratuita de Londres foi Charles Gilmour,
 27 filho do milionário guitarrista da lendária

28 banda de rock Pink Floyd e, claro, com
 29 dinheiro familiar bastante para custear
 30 as mais caras universidades do planeta.
 31 Os repórteres de VEJA entrevistaram deze-
 32 nas de jovens nas ruas de São Paulo e do Rio
 33 de Janeiro que, candidamente, confessaram
 34 nunca andar de ônibus, mas protestavam
 35 mesmo assim em nome de suas empregadas
 36 domésticas. Fosse esse mesmo o caso, seria
 37 mais eficiente pedir aos pais um aumento
 38 de salário para elas.
 39 Uma lição valiosa, porém, é a de que
 40 esses surtos de indignação da juventude
 41 sempre guardam uma razão real escondida
 42 atrás dos cartazes com dizeres desconexos
 43 e palavras de ordem utópicas. Eles não
 44 podem ser simplesmente descartados
 45 como arroubos naturais daquela idade
 46 em que, como dizia o ditado, sobra força e
 47 falta sabedoria. Tampouco ajuda enxergar
 48 esses jovens apenas como massa de mano-
 49 bra de partidos radicais. É muito útil ten-
 50 tar decifrar quais são as verdadeiras frus-
 51 trações extravasadas violentamente por
 52 eles nas ruas das grandes cidades brasilei-
 53 ras. A reportagem de VEJA que começa
 54 na página 82 contribui para isso.

Anexo 13 – Capa da revista *Veja* (ed.26, 26 jun. 2013)

Carta ao Leitor

Sem medo do novo

1 As manifestações de rua
2 da semana passada
3 mostraram de modo
4 inequívoco que estão quebra-
5 dos os canais de comunicação
6 de imensa porção da sociedade
7 brasileira com as instituições
8 que deveriam representá-la.
9 Não era novidade para nin-
10 guém que o distante planeta
11 Planalto, a Brasília da Fanta-
12 sia, vinha se tornando, governo
13 após governo, uma entidade di-
14 vorciada do Brasil real e focada
15 apenas na arrecadação da
16 maior carga fiscal entre os paí-
17 ses emergentes. O susto maior foi descobrir
18 nos cartazes e nas palavras de ordem grita-
19 das nas manifestações que a insatisfação é
20 muito mais profunda e generalizada do que
21 qualquer um poderia prever.

22 O choque realmente perturbador pegou em
23 cheio os partidos de esquerda, e em especial
24 o PT, que se consideravam donos das ruas.
25 Não são. As ruas brasileiras hoje pertencem
26 aos brasileiros que não se sentem representa-
27 dos por essas legendas e que fizeram questão
28 de obrigar os militantes do PT, do PSOL e de
29 outras agremiações a baixar suas bandeiras
30 quando tentaram participar dos protestos.
31 Na quinta-feira passada, sindicalistas da CUT
32 foram vigorosamente afastados de uma pas-
33 seata no Rio de Janeiro quando, obedecendo
34 a ordens do ex-presidente Lula, quiseram se
35 passar por manifestantes. Na Avenida Paulis-
36 ta, o coração de São Paulo, a mesma rejeição
37 foi dirigida a petistas tarefeiros que, obe-
38 dientes ao chamamento da direção nacional,
39 imaginaram poder se misturar aos demais,



Protestar contra a corrupção e contra outras mazelas atuais levou o povo às ruas nas grandes cidades brasileiras

40 fingindo comungar da indignação geral com
41 a corrupção, a impunidade e os gastos públi-
42 cos de péssima qualidade. Foram violenta-
43 mente lembrados de que estão no poder.
44 São, portanto, alvo da indignação.
45 Os brasileiros que estão indo às ruas não
46 admitem mais ser usados como massa de
47 manobra por partidos e políticos profissio-
48 nais. Alguns exibiram cartazes com dizeres
49 anarquistas, como o que proclamava que
50 "o povo unido não precisa de partido". A pri-
51 meira reação é lembrar a total inviabilidade
52 de um modelo político em que o poder é
53 exercido diretamente pelas ruas. Isso leva ao
54 caos, e este à miséria moral e econômica.
55 Mas, neste momento, o imperativo é ouvir
56 as ruas e esperar que essa energia pura seja
57 canalizada para a construção de instituições
58 mais representativas dos anseios populares
59 legítimos. O erro fatal agora é fechar os ou-
60 vidos. É temer o novo.

Anexo 15 – Capa da revista *Carta Capital* (ed.754, 26 jun. 2013)

Anexo 16 – Editorial da revista *Carta Capital* (ed.754, 26 jun. 2013) – linhas numeradas

EDITORIAL

Mino Carta

O PT ficou para trás

► Fosse aquele anterior à eleição de Lula, hoje cavalgaria o agito popular

O BRASIL VIVE UM momento de desencontros e esperanças, nem todas bem-postas. Primeiríssima entre estas a da mídia nativa, chega a sustentar que as atuais manifestações de rua se assemelham àquelas pelo impeachment de Fernando Collor. Má informação e delírio são alguns dos atributos do jornalismo pátrio. Quando a Globo mobilizou uma juventude carnalizada para solicitar a condenação do presidente corrupto, o próprio já havia sido atingido fatalmente pelas provas das ligações entre o Planalto e a Casa da Dinda, levantadas pela *IstoÉ*. Seu destino estava selado com ou sem pas-seatas. No mais, é do conhecimento até do mundo mineral que imaginara derrubada de Dilma Rousseff naufraga no ridículo.

Impávida, a mídia nativa, depois de recomendar repressão enérgica contra os baderneiros, percebeu a possibilidade de enganar os incautos ao sabor da sua vocação e tradição, e agora afirma com a devida veemência o caráter antigovernista das manifestações. Mira-se logo nas próximas eleições. Difícil mesmo, se não impossível por enquanto, distinguir o que move os manifestantes. Certa apenas a demanda da periferia no país da casa-grande e da senzala. Aludo à maioria dos brasileiros que usam ônibus e desconhecem um certo Estado do Bem-Estar Social, para sofrer as consequências de sistemas de saúde, educação, transporte coletivo de péssima qualidade. Sem contar o saneamento básico.

No mais, há espaço nas ruas para as motivações mais diversas, desde o prazer



A presidenta. Entendemos que precisa de alguns companheiros mais atilados

da festa até a expectativa de quem aspira a alguma mudança sem saber como se dá e com qual profundidade. Desde quem se aproveita da confusão para quebrar vidraças e invadir lojas até os netos e bisnetos dos burguesotes das marchas da família, com Deus e pela liberdade, que invocam o golpe em 1964. Todos juntos, como torcidas uniformizadas, mas ao acaso, sem liderança. Abrem-se situações expostas a qualquer desfecho e mais uma certeza é que ninguém consegue controlar as ruas. Entende-se. Igual ao abismo que separa os ricos e pobres há outro entre a nação e as instituições ditas democráticas. Entre Legislativo, Judiciário e Executivo e esta massa empurrada em boa parte por intenções nebulosas. Avulta, no quadro, a ineficácia do Congresso, entregue aos interesses particulares de deputados e senadores, onde inabilitados a influenciar o destino do protesto popular e, cada qual, o comprometimento dos seus eleitores.

Pergunto aos meus inquietos botões o que se daria hoje se o PT tivesse mantido

as posições anteriores à eleição de Lula, quando no centro de sua doutrina instalaria-se a negativa peremptória à modernização do atraso. Hoje vemos o PT preso dos compromissos da chamada governabilidade, disposto às piores concessões e irremediavelmente esquecido das consequências de outrora. O PT montou a ratoeira e ali colocou o queijo para atrair os ratos. Ao cabo, ele próprio gostou do queijo e caiu na armadilha. Não fosse isso, responderiam os botões, neste instante cavalgaria o agito das ruas. Seria o partido que lidera antes mesmo de controlar.

O governo não discrepa do PT, a despeito dos índices elevados de aprovação, quanto em leve diminuição e à espera das consequências das manifestações destes dias. Às vezes porta-se como se o complexo do vira-lata, ao qual Lula costuma aludir, tomasse conta das suas ações, inclusive no confronto com a mídia que o ataca e denigre, e também com uma base pretensamente aliada, predadora voraz. Faltam ao lado da presidenta tanto uma figura capaz de operar politicamente, como se diz, quanto parceiros mais competentes e menos comprometidos em alguns ministérios. Sem esquecer que os problemas do País não se resolvem a partir de uma lógica meramente tecnocrática.

Seria trágico, e não hesito ao recorrer ao adjetivo, desperdiçar 12 anos de governo petista, até hoje de efeitos em geral benéficos. Outra há de ser, porém, a postura nas circunstâncias. Quero dizer, mais afirmativa, mais desabrida, mais corajosa. E mais afinada com as promessas do passado. Ouça uma voz otimista: "Isso tudo terá o efeito de oxigenar a política brasileira". Tal é mais uma esperança do momento. Bem-posta, creio eu, desde que não deságue em nova desilusão. *